



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Mestrado em Direção e Gestão Desportiva

Dissertação

Gestão do Desporto no Município de Santarém
Cidade Desportiva Século XXI como motor de desenvolvimento

Pedro Miguel Serra Bernardes

Orientador:

Professor Doutor Armando Manuel de Mendonça Raimundo

Co-Orientador:

Mestre Fernando Manuel Silva Parente

agosto de 2012

Mestrado em Direção e Gestão Desportiva

Dissertação

**Gestão do Desporto no Município de Santarém
Cidade Desportiva Século XXI como motor de desenvolvimento**

Pedro Miguel Serra Bernardes

Orientador:

Professor Doutor Armando Manuel de Mendonça Raimundo

Co-Orientador:

Mestre Fernando Manuel Silva Parente

AGRADECIMENTOS

A elaboração desta dissertação exigiu de mim uma gestão de tempo mais eficiente, ao mesmo tempo que impôs a responsabilidade de, pelo menos, manter a dedicação familiar e profissional que me permite cumprir com os compromissos a esses níveis. Ao longo dos dezoito meses nem sempre o terei conseguido cumprir com sucesso.

Como tal, a minha primeira dedicatória é dirigida à minha esposa, Carla, que acompanhou a nossa filha durante a minha ausência física aquando das deslocações a Évora. Não raras vezes, privilegiei o computador em detrimento da nossa relação. De agora em diante retribuirei, dando o meu melhor para ajudar a concretizares os teus objetivos pessoais e familiares. Obrigado!

Aos meus Pais, Otília e Amadeu, quero agradecer tudo o que me proporcionaram ao longo da vida, o esforço e sacrifícios que passaram para que nada me faltasse. Fico contente por finalmente ter oportunidade de poder expressar este meu agradecimento desta forma, que é tão justo como sentido. Como não poderia deixar de ser, são as referências da minha vida.

À minha Irmã, Isabel, agradeço o seu apoio e motivação constantes, a capacidade de demonstrar que, em determinados momentos, é necessário ser mais emotivo e menos racional. Ao estar sempre disponível para ajudar os mais queridos, é um exemplo que não posso esquecer.

À minha Tia, Eugénia, que sempre me transmitiu um sentimento de proximidade e carinho enormes e para quem olho em variadas ocasiões como se duma irmã mais velha se tratasse.

Agora os mais novos. Não é um agradecimento, mas quero partilhar o que desejo no futuro. E quem sabe, uma parte da minha visão do que deve ser o Desporto os possa beneficiar. Faço votos para que o meu Sobrinho Francisco possa definir um rumo equilibrado na sua vida. Agora que entra no início da sua adolescência, idade em que começará a escolher o caminho que sustentará o perfil de adulto, desejo que tenha a capacidade de aprender com

os mais velhos que o rodeiam e ao mesmo tempo, que consiga ser capaz de experimentar sensações que apenas a juventude nos possibilita. Sobretudo, que recorde este período da vida como “os bons velhos tempos”.

A minha Filha, Inês, o meu maior e permanente desafio. O meu amor por ti não tem limites, não pode ser explicado, aliás quem não é Pai (ou Mãe) não o iria perceber, porque sente-se e entranha-se, é uma parte de mim. Desejo que, caso leias este trabalho um dia, encontres nele uma fonte de inspiração e motivação para concretizares um qualquer desejo, seja ele qual for, que te desperte emoção e paixão, sentimentos que o Desporto me provoca e que gostaria de transmitir nas páginas seguintes. Que eu saiba ser “o arco a partir do qual”, tu, “flecha da vida”, serás “lançada para diante”.

Aos responsáveis da Scalabisport, E.E.M., Dra. Cristina Santos, Dr. Luís Arrais e Dr. Luís Cordeiro, agradeço a disponibilidade de partilhar comigo a visão e experiência da Gestão Desportiva Municipal, bem como a informação fundamental para elaboração desta dissertação. Estou seguro de que o vosso contributo significa uma grande parte do valor que atribuo a este documento.

Finalmente, agradeço aos meus Orientadores, Prof. Doutor Armando Raimundo e Mestre Fernando Parente, sem os quais não poderia ter levado o “barco a bom porto”. Mesmo depois de iniciar o Mestrado, tinha dúvidas quanto à minha capacidade de estruturar e redigir uma Dissertação. Não estava enganado, sem as vossas experiências e sugestões, não o teria conseguido.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	i
ÍNDICE GERAL	iii
ÍNDICE DE FIGURAS	vi
ÍNDICE DE GRÁFICOS	vii
ÍNDICE DE TABELAS	ix
LISTA DE ABREVIATURAS	x
RESUMO	1
ABSTRACT	2
1. INTRODUÇÃO	3
2. A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESPORTIVAS E AS NECESSIDADES A SATISFAZER	5
3. OBJETIVO DO ESTUDO	8
4. REVISÃO DA LITERATURA	9
4.1. PORTUGAL E O DESPORTO	9
4.1.1. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA	9
4.1.2. LEI DE BASES DA ATIVIDADE FÍSICA E DO DESPORTO	10
4.1.3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO	10
4.1.4. AGENTES DO DESENVOLVIMENTO	11
4.1.5. REALIDADE PRÁTICA	14
4.1.6. PARTICIPAÇÃO NO DESPORTO	15
4.2. UNIÃO EUROPEIA E O DESPORTO	17
4.2.1. EUROBARÓMETRO 2010	18
4.3. DESPORTO E SOCIEDADE	20
4.4. DESPORTO E SAÚDE	23
4.4.1. ESTATÍSTICAS	24
4.4.2. CAUSAS	24
4.4.3. CUSTOS	25
4.4.4. AÇÕES	25
4.5. DESPORTO E ECONOMIA	26
5. OPÇÕES DE POLÍTICA PÚBLICA DESPORTIVA	30
6. INTERVENÇÃO POLÍTICA DAS AUTARQUIAS NO ÂMBITO DO DESPORTO	35
7. LEGITIMAÇÃO DAS SOLUÇÕES	37
8. IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS AUTARQUIAS	39
9. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E EFEITOS – UMA VISÃO PROSPETIVA	40
10. FALHAS E MÉRITOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESPORTIVAS	42
10.1. PRINCIPAIS FALHAS NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DESPORTIVAS	42

10.2. PRINCIPAIS MÉRITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESPORTIVAS-----	43
11. AJUSTAMENTOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DESPORTIVAS – SUGESTÕES DE MELHORIA-----	45
12. METODOLOGIA -----	48
13. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM -----	49
13.1. DEMOGRAFIA -----	49
13.2. ATIVIDADE ECONÓMICA E EMPREGO-----	56
13.3. ENSINO-----	60
13.4. TURISMO-----	62
13.5. DESPORTO -----	63
13.5.1. INDICADORES DE ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA-----	63
13.5.2. PERFIL SOCIAL DOS PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA -----	65
13.5.2.1. GÉNERO -----	65
13.5.2.2. GRUPO ETÁRIO-----	66
13.5.2.3. GÉNERO E GRUPO ETÁRIO -----	67
13.5.2.4. AGRUPAMENTO DE FREGUESIAS -----	68
13.5.2.5. GÉNERO E AGRUPAMENTO DE FREGUESIAS-----	68
13.5.2.6. GRUPO ETÁRIO E AGRUPAMENTO DE FREGUESIAS -----	69
13.5.3. INTENSIDADE DA PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA -----	70
13.5.3.1. FREQUÊNCIA-----	70
13.5.3.2. DURAÇÃO -----	71
13.5.3.3. PERÍODO DO DIA-----	72
13.5.4. ATIVIDADES PRATICADAS -----	73
13.5.4.1. GÉNERO -----	75
13.5.4.2. GRUPO ETÁRIO-----	76
13.5.4.3. AGRUPAMENTO DE FREGUESIAS -----	77
13.5.5. ATIVIDADES PRETENDIDAS-----	78
13.5.5.1. GÉNERO -----	79
13.5.5.2. GRUPO ETÁRIO-----	81
13.5.5.3. AGRUPAMENTO DE FREGUESIAS -----	82
13.5.6. RAZÕES PARA A PRÁTICA-----	84
13.5.6.1. GÉNERO -----	86
13.5.6.2. GRUPO ETÁRIO-----	87
13.5.6.3. AGRUPAMENTO DE FREGUESIAS -----	87
13.5.7. RAZÕES PARA A NÃO PRÁTICA -----	88
13.5.8. FREQUÊNCIA DE ASSISTÊNCIA A ESPETÁCULOS DESPORTIVOS-----	90
13.5.9. PROGRAMAS DE ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA-----	91
13.5.10. FILIAÇÃO NO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO -----	92
13.5.11. ÂMBITO DE REALIZAÇÃO DA PRÁTICA-----	94
13.5.12. AGENTES DE SOCIALIZAÇÃO-----	94
13.5.13. PRÁTICA NO ÂMBITO DO DESPORTO ESCOLAR-----	96
13.6. CARTA DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS ARTIFICIAIS DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-----	99
13.6.1. TIPOLOGIAS DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS -----	101
13.6.2. ÁREA DESPORTIVA ÚTIL -----	105
13.6.3. AVALIAÇÃO FUNCIONAL-----	105
14. PLANIFICAÇÃO ESTRATÉGICA DO DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO DO CONCELHO DE SANTARÉM----	109
14.1. SCALABISPORT, E.E.M. -----	112
14.2. PROCESSO DE PLANIFICAÇÃO ESTRATÉGICA-----	118

<i>14.3. PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO DO CONCELHO DE SANTARÉM 2013-2016</i>	120
<i>14.3.1. DIAGNÓSTICO</i>	120
<i>14.3.2. VISÃO</i>	122
<i>14.3.3. MISSÃO</i>	122
<i>14.3.4. VALORES</i>	122
<i>14.3.5. EIXOS DE INTERVENÇÃO</i>	123
<i>14.3.6. OBJETIVOS</i>	123
<i>14.3.7. ESTRATÉGIAS</i>	125
15. CONCLUSÕES	127
16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	129
17. ANEXOS	134
ANEXO 1 – OBESIDADE E EXCESSO DE PESO	134
ANEXO 2 – DESCRIÇÃO DAS ID A CARGO DA SCALABISPORT, E.E.M	136
ANEXO 3 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SCALABISPORT, E.E.M	142
ANEXO 4 – SCALABISPORT, E.E.M	146
ANEXO 5 – DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA DOS ESTUDOS DA PRÁTICA E PROCURA DESPORTIVA NO CONCELHO DE SANTARÉM	148
ANEXO 6 – DESCRIÇÃO DOS CINCO NÍVEIS FUNCIONAIS DAS ID	155

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Caracterização da prática de atividade física e desporto.....	16
Figura 2 – Prática de atividade física e desporto na União Europeia.....	19
Figura 3 – Freguesias urbanas e rurais do Concelho de Santarém	50
Figura 4 – Densidade Populacional (Censos 2001).....	54
Figura 5 – Tipologias das instalações desportivas segundo o RJIDUP.....	100
Figura 6 – Dispersão geográfica das ID segundo a tipologia.....	103
Figura 7 – Dispersão geográfica das IDBF com avaliação funcional APTO	108
Figura 8 – Organograma da Scalabisport, E.E.M.	112
Figura 9 – Análise SWOT.....	121
Figura 10 – Descrição dos 5 níveis funcionais das ID	155

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População residente no Concelho de Santarém (Censos 1981-2011).....	49
Gráfico 2 – População residente (Censos 1981-2011)	51
Gráfico 3 – População residente por grupos etários (Estimativa 2010 – Censos 1991)	52
Gráfico 4 – População residente por género (Censos 1981-2011)	52
Gráfico 5 – Projeção da população por ciclos de vida (2010-2060).....	55
Gráfico 6 – População ativa e taxa de desemprego (2001-2011)	57
Gráfico 7 – Desempregados (2004-2011).....	58
Gráfico 8 – Poder de compra per capita (2000-2009).....	59
Gráfico 9 – Despesas municipais per capita em jogos e desporto (2005-2009)	59
Gráfico 10 – Nº de alunos matriculados.....	60
Gráfico 11 – Nº de docentes e de estabelecimentos de ensino	61
Gráfico 12 – Prática de atividade física e desportiva	64
Gráfico 13 – Prática futura	64
Gráfico 14 – Prática desportiva por género (15-74 anos)	66
Gráfico 15 – Prática desportiva por idade.....	67
Gráfico 16 – Prática desportiva por idade e género (15-74 anos)	67
Gráfico 17 – Prática desportiva por agrupamento de freguesias (15-74 anos)	68
Gráfico 18 – Prática desportiva por género e agrupamento de freguesias (15-74 anos).....	69
Gráfico 19 – Prática desportiva por idade e agrupamento de freguesias (15-74 anos)	70
Gráfico 20 – Frequência da prática desportiva (15-74 anos).....	71
Gráfico 21 – Frequência da prática desportiva (10-14 anos).....	71
Gráfico 22 – Duração da prática desportiva (15-74 anos)	72
Gráfico 23 – Duração da prática desportiva (10-14 anos)	72
Gráfico 24 – Período do dia da prática desportiva.....	73
Gráfico 25 – Atividades praticadas (15-74 anos).....	74
Gráfico 26 – Atividades praticadas (10-14 anos).....	75
Gráfico 27 – Atividades praticadas por género (15-74 anos).....	76
Gráfico 28 – Atividades praticadas por agrupamento de freguesias (15-74 anos).....	77
Gráfico 29 – Atividades pretendidas (15-74 anos).....	78
Gráfico 30 – Atividades pretendidas (10-15 anos).....	79
Gráfico 31 – Atividades pretendidas por género (15-74 anos)	80
Gráfico 32 – Atividades pretendidas por agrupamento de freguesias (15-74 anos)	83
Gráfico 33 – Atividades pretendidas por idade (15-74 anos).....	81
Gráfico 34 – Razões para a prática (15-74 anos).....	84
Gráfico 35 – Razões para a prática (10-14 anos).....	85
Gráfico 36 – Razões da prática por género	86
Gráfico 37 – Razões da prática por idade (15-74 anos)	87
Gráfico 38 – Razões da prática por agrupamento de freguesias (15-74 anos)	88
Gráfico 39 – Razões para a não prática (15-74 anos).....	89
Gráfico 40 – Razões para a não prática (10-14 anos).....	90
Gráfico 41 – Frequência de assistência a espetáculos desportivos	91
Gráfico 42 – Conhecimento de programas de promoção do desporto	92
Gráfico 43 – Filiação no associativismo desportivo (15-74 anos)	92
Gráfico 44 – Filiação no associativismo desportivo por género (15-74 anos)	93
Gráfico 45 – Filiação no associativismo desportivo por agrupamento de freguesias (15-74 anos).....	93
Gráfico 46 – Filiação no associativismo desportivo (15-74 anos)	94
Gráfico 47 – Agentes de socialização (10-14 anos).....	95
Gráfico 48 – Agentes de socialização (15-74 anos).....	95
Gráfico 49 – Prática no desporto escolar	96

Gráfico 50 – Prática por ano de escolaridade	97
Gráfico 51 – Prática por idade	97
Gráfico 52 – Prática por modalidade.....	98
Gráfico 53 – Frequência da prática	98
Gráfico 54 – Duração da prática.....	99
Gráfico 55 – Tipologias das ID no Concelho de Santarém (%)	102
Gráfico 56 – Principais ID segundo a designação técnica	104
Gráfico 57 – KPI	114
Gráfico 58 – N.º de empregados.....	115
Gráfico 59 – Subsídios à exploração.....	116
Gráfico 60 – Equilíbrio financeiro.....	117

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Orçamento do IDP, I.P.....	27
Tabela 2 – Desporto de Elite e Desporto para Todos.....	31
Tabela 3 – População residente (Censos 1981-2011).....	51
Tabela 4 – Densidade Populacional (Censos 1981-2011).....	53
Tabela 5 – Indicadores por Freguesia (Censos 2011).....	53
Tabela 6 – População empregada por setor de atividade económica (Censos 2001).....	56
Tabela 7 – Indicadores de escolaridade (Censos 2001).....	61
Tabela 8 – Indicadores de turismo.....	62
Tabela 9 – Índices de prática desportiva.....	65
Tabela 10 – Atividades físicas e desportivas praticadas, por idade.....	76
Tabela 11 – Tipologias das ID no Concelho de Santarém.....	101
Tabela 12 – ID segundo a designação técnica.....	104
Tabela 13 – Parâmetros da avaliação funcional das IDBF.....	105
Tabela 14 – Avaliação funcional das IDBF.....	106
Tabela 15 – IDBF com avaliação funcional NÃO APTO.....	106
Tabela 16 – ADU das IDBF com avaliação funcional APTO.....	107
Tabela 17 – Nº de utentes por tipo de ID.....	113
Tabela 18 – Tesouraria Líquida.....	117
Tabela 19 – Riscos relativos a problemas de saúde frequentemente associados ao excesso de peso.....	134
Tabela 20 – IMC e risco de comorbilidade.....	134
Tabela 21 – Perímetro da cintura e risco metabólico.....	135
Tabela 22 – Segmentos de idade dos inquiridos.....	149
Tabela 23 – Freguesia de residência dos inquiridos.....	149
Tabela 24 – Freguesias urbanas e rurais dos inquiridos.....	150
Tabela 25 – Nacionalidade dos inquiridos.....	150
Tabela 26 – Nível de escolaridade dos inquiridos.....	151
Tabela 27 – Situação dos inquiridos perante o trabalho.....	151
Tabela 28 – Profissão dos inquiridos.....	152
Tabela 29 – Nº de alunos matriculados, ano letivo 2007-2008, no 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, por escola.....	153

LISTA DE ABREVIATURAS

ADU – Área Desportiva Útil

CRP – Constituição da República Portuguesa

DGO – Direção-Geral do Orçamento

EBIT – *Earnings before Interest and Taxes*

EBITDA – *Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*

GOP – Grandes Opções do Plano

ID – Instalações Desportivas

IDP – Instituto do Desporto de Portugal

INE – Instituto Nacional de Estatística

KPI – *Key Performance Indicators*

LBAFD – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto

OMS – Organização Mundial de Saúde

PIB – Produto Interno Bruto

POC – Plano Oficial de Contabilidade

SAD – Sociedade Anónima Desportiva

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SWOT – *Strenghts, Weaknesses, Opportunities, Threats*

UE – União Europeia

RESUMO

Face à decisão de construir novas instalações desportivas no Município de Santarém, os responsáveis pela política desportiva municipal, promoveram um conjunto de estudos com o objetivo fundamental de conhecer a realidade desportiva atual do Concelho e assim, identificar os desafios, de curto, médio e longo prazo, que se colocam ao sistema desportivo municipal. As informações recolhidas anteriormente nesse âmbito, permitirão definir toda uma orientação estratégica que direcione a atuação dos diversos agentes desportivos – públicos, associativos e privados – no sentido de responderem com soluções eficazes e eficientes.

As políticas desportivas futuras deverão privilegiar o aumento das oportunidades de participação dos cidadãos na prática desportiva, garantindo a igualdade no acesso e a fidelização dos grupos de população com menor representação na atualidade.

É igualmente importante envolver entidades municipais e regionais com competências e responsabilidades noutros setores de atuação, como forma de potenciar as vertentes saúde, educativa, cultural, social e económica do desporto.

Esta é uma oportunidade única para pensar os desafios de longo prazo e colocar em prática um conjunto de respostas que conduzam a uma nova ordem na realidade desportiva municipal que, com sustentabilidade, corresponda às necessidades das populações e oriente o desenvolvimento desportivo no Município de Santarém, no século XXI.

Palavras-chave: prática desportiva, economia, municipal, instalações desportivas, desenvolvimento desportivo.

SPORT MANAGEMENT IN THE MUNICIPALITY OF SANTARÉM: SPORTS CITY 21st CENTURY AS A MOTOR OF DEVELOPMENT

ABSTRACT

Due to the decision to develop new sport facilities in the Municipality, local public authorities promoted a set of studies with the main purpose to know the sport reality in Santarém and therefore identify short, medium and long term challenges to be faced by the local sport system. The information previously gathered allows the set up of strategic decisions in order to clearly guide stakeholders' – clubs, public and private sectors – in the pursuit of appropriate solutions.

Future sport policies must focus on providing increased opportunities for people to participate in sport, ensuring equal access to population groups with less engagement currently.

It's also critical to obtain commitment from public entities with responsibilities in other areas, at local and regional level thus creating synergies within the several dimensions of sport, such as health, educational, cultural, social and economic.

This is a unique opportunity to address long term challenges and put in place the necessary resources leading to an improved sports reality in the Municipality, corresponding to population needs and guiding sport development in a sustainable and timely fashion, in the 21st century.

Keywords: sport practice, economy, municipality, sports facilities, sport development.

1. INTRODUÇÃO

“O desporto faz parte da herança de todos os homens e mulheres e a sua ausência nunca poderá ser compensada” – Pierre de Coubertin

O Desporto é um dos fenómenos com maior impacto social à escala global. O seu desenvolvimento contribui para uma melhoria sustentável da qualidade de vida das populações.

É igualmente uma poderosa indústria que contribui decisivamente para a economia global, gerando receitas e empregos crescentes, inovações constantes e investimentos avultados, quer públicos quer privados, em áreas como a organização de eventos, a construção de infraestruturas desportivas ou no apoio aos atletas de elite. Como consequência, verifica-se uma crescente regulamentação neste domínio, tanto a nível nacional como internacional, em áreas como as relações laborais, dopagem, federações desportivas, clubes/SAD, instalações desportivas, agentes de jogadores, formação, diretores técnicos, etc.

A nível europeu, dada a crescente visibilidade do desporto na elaboração de políticas comunitárias, a Comissão Europeia desenvolveu o Livro Branco do Desporto, com o objetivo de estabelecer as orientações estratégicas do setor do Desporto na Europa e sensibilizar a opinião pública para as necessidades e especificidades do setor.

Independentemente do modelo adotado, a avaliação do seu sucesso não pode ter em conta apenas os resultados desportivos obtidos, sob pena dessa avaliação estar dependente do *photo-finish*, da bola que bate no poste ou do salto nulo, que não raras vezes separam os vencedores dos “primeiros dos últimos”.

Em Portugal, o desporto está consagrado na Constituição da República Portuguesa. Concede aos cidadãos o direito social e cultural à atividade desportiva. O Estado Português tem adotado um modelo interventivo, quer a nível central, quer a nível local, direcionando os apoios para o desporto de elite e para o desporto para todos.

No entanto, os investimentos efetuados não traduzem uma melhoria assinalável, qualitativa e quantitativamente em diversos quadrantes do desporto nacional, como por exemplo na participação dos cidadãos no desporto e na atividade física, na formação de jovens atletas ou na gestão dos clubes desportivos amadores.

Constituem-se as autarquias como entidades promotoras do desenvolvimento do desporto ou apenas como entidades com autonomia para gerirem um quadro delimitado de competências para o desporto na sua zona de influência? Qual o papel a desempenhar pelo associativismo desportivo ou pelo setor privado? A aposta deverá ser efetuada no desporto de elite ou na participação das massas?

Seguramente, deverá existir uma gestão desportiva economicamente mais racional e um planeamento desportivo eficiente e eficaz, para o que é imperativo dinamizar a qualificação de profissionais nesta área da gestão. Está em causa o sucesso das organizações desportivas do futuro!

Pretende-se com este trabalho, apresentar sugestões para aplicação na gestão desportiva do Município de Santarém, cujo âmbito de ação se verifica em duas áreas consideradas fundamentais para desenvolver o desporto e a atividade física, nomeadamente, o alargamento da base de participação e a conceção, construção, gestão e manutenção de instalações desportivas.

2. A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESPORTIVAS E AS NECESSIDADES A SATISFAZER

Segundo Mackenzie (1970), Caetano (1983) e Amaral (1994), para definir Política é necessário encontrar um conceito-chave, sendo mais adequado o do poder. Assim, a política tem por objeto a conquista, manutenção e exercício do poder no âmbito do Estado. Segundo Caetano (1983), o poder é a possibilidade de impor aos outros de forma eficaz o respeito pela própria conduta, compreendendo tanto o poder pela “força” como o poder “legítimo” assente na legislação. Para Martins (2009), as políticas são o meio pelo qual uma organização escolhe as suas principais diretrizes. Para satisfazer as necessidades da sociedade, o Estado traça as suas metas através de políticas públicas.

No contexto do presente trabalho, é importante também definir Políticas Públicas. Correia (2009) descreve política pública como tudo aquilo que os governos decidem ou não fazer. Segundo Heidenheimer *et al* (1990), as políticas públicas constituem o estudo do como, porquê e com que efeito os governos prosseguem certos cursos de ação.

Para Dey (1972, citado por Tavares, 2006), as políticas públicas estudam o conteúdo das políticas e impacto dos respetivos atores bem como os efeitos dos arranjos políticos, as consequências dessas políticas no sistema político e a avaliação do seu impacto na sociedade.

Desta forma, todas as políticas públicas derivam da responsabilidade dos governos ou das autoridades locais assentes num objetivo comum. Ambicionam, portanto, solucionar problemas públicos, otimizando os recursos disponíveis. Assim, podemos dizer que a política pública ao mesmo tempo que estrutura a vida política e social, é também uma consequência das interações de diferentes organizações e grupos.

Segundo Tavares (2006: p. 83), “Os analistas de políticas públicas constituem-se como especialistas nas diversas áreas de atuação governamental (...) tendo como objetivo principal aconselhar as autoridades governamentais sobre as políticas a adotar em cada um desses setores”.

Passando ao plano das políticas desportivas, estas relacionam-se com o poder do Estado sobre as organizações que dirigem e conduzem a atividade desportiva. O primeiro contributo nesta matéria é dado por Meynaud (1966) que considera o desporto como um elemento de democratização tendo, assim, peso político no setor. Já para Martins (2009) a área do desporto foi adquirindo importância e hoje é uma das políticas públicas definidas pelo Estado.

Encontramo-nos num momento em que, verificando-se uniformidade legislativa por um lado, por outro as práticas demonstram alguma diversidade na intervenção desportiva. A carga política associada ao desporto é, portanto, bastante elevada. Desta forma, é importante analisar as razões de tal diversidade. Segundo Amaral (1994), quando a política local não é um subproduto da política nacional, adota características particulares e bastante díspares da política nacional, o que se torna num sinal inovador. Conforme a liderança partidária assente em modelos de gestão diferenciados, a intervenção das autarquias locais no desporto é distinta. Desta forma, os governos locais não se limitando à implementação de medidas administrativas, tomam decisões estratégicas nos domínios da cidadania e da democracia.

Para Meirim (2003), vivemos num tempo com dois sistemas desportivos – o confluente das indicações normativas e o da realidade da política desportiva. Ambos são contraditórios por vezes, sendo que na prática muitas das medidas com carácter imperativo não passaram de provisórias e não chegam a ser implementadas.

É de entendimento geral que Portugal está atualmente confrontado com a necessidade de efetuar escolhas políticas e estratégicas, com impacto esmagador na organização da sociedade atual e nas gerações futuras. O desenvolvimento desportivo não escapa a esta realidade e a sua evolução no futuro, a médio e longo prazo, será seguramente condicionada pelas opções tomadas e ações postas em prática nos próximos anos. Exigem-se decisões extremamente criteriosas, gestão eficiente e eficaz, avaliação rigorosa e sobretudo atores que efetivamente privilegiem a seriedade, a competência e a responsabilização nas suas funções.

Gostaríamos de destacar os desafios de longo prazo que em nossa opinião são transversais ao sistema desportivo (Estado central e local, iniciativa privada e movimento associativo)¹:

- ✓ Aumentar a participação dos cidadãos no desporto e atividades físicas;
- ✓ Responder às transformações demográficas com consequências de difícil previsão para a sociedade;
- ✓ Redefinir a atuação do Estado, privilegiando a regulação e reduzindo a intervenção;
- ✓ Assumir a iniciativa privada e o movimento associativo como motores do sistema desportivo;
- ✓ Potenciar as externalidades positivas do desporto transversais em diversas áreas da sociedade;
- ✓ Adotar o binómio desporto / saúde (em especial no que respeita à obesidade, doenças cardiovasculares e do foro psíquico);

Verificam-se igualmente algumas tendências que irão acentuar-se nos próximos anos, as quais colocam dificuldades acrescidas, mas que ao mesmo tempo apresentam oportunidades e que traduzem de alguma maneira uma realidade recente para a gestão desportiva, nomeadamente²:

- ✓ Novas tendências de prática desportiva, informal, não organizada e ao ar livre;
- ✓ Consumidores mais informados e logo mais exigentes, que procuram atividades, instalações e serviço de qualidade elevada;
- ✓ Aumento da importância do lazer;
- ✓ Oferta mais diversificada e em maior quantidade, aumentando a concorrência às atividades de índole desportiva;
- ✓ Diminuição da disponibilidade para ações de voluntariado, com o consequente impacto económico negativo;
- ✓ Crescente dificuldade do movimento associativo devido à redução drástica dos apoios públicos, nomeadamente a nível municipal.

¹ Os itens enumerados resultam da sistematização da documentação consultada, não sendo por esse motivo objeto de referência bibliográfica.

² Ver nota de rodapé nº 1.

3. OBJETIVO DO ESTUDO

Sabemos que a vertente desportiva é indissociável de questões de política pública que vão desde os sistemas de incentivos financeiros, públicos e privados, à própria interligação com os regimes políticos instituídos exigindo, por isso, uma reflexão séria e aprofundada.

Este trabalho tomará por base a importância que o desporto tem vindo a assumir, os interesses, motivações e tendências que desperta nos cidadãos. Neste espaço propomo-nos de forma genérica, apontar diretrizes para o desenvolvimento desportivo do Concelho de Santarém.

4. REVISÃO DA LITERATURA

4.1. PORTUGAL E O DESPORTO

4.1.1. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Inicialmente o desporto servia pura e simplesmente para ideais políticos e ideológicos importando o Estado e não o homem isoladamente, utilizando-se primordialmente como forma de propaganda e condicionamento de massas.

O desporto está consagrado na Constituição da República Portuguesa desde 1933, ainda sem um grande impacto, limitando-se apenas ao ensino da educação física e do respetivo revigoramento. A mudança essencial ocorreu com a revisão de 1976, quando foi reconhecido como prioritário o direito ao desporto e à cultura física, devendo o Estado promover, orientar, apoiar e difundir a sua prática com o objetivo de valorização humana, em coordenação com escolas, associações e coletividades desportivas. Estas alterações permitiram a clara afirmação da prática do desporto como cultura por parte da universalidade da população, independente das suas características particulares, em detrimento do simples reconhecimento, incluindo-se o setor privado designadamente as escolas, associações e demais coletividades desportivas, como parceiros privilegiados das entidades públicas, desenvolvendo-se essa necessária relação.

Há ainda a destacar várias outras previsões complementares enquadradas na Lei Constitucional, tais como os direitos à saúde, ambiente, habitação, carácter lúdico, desenvolvimento de pessoas com deficiência ou terceira idade, crianças ou jovens, entre outros, relacionados direta ou indiretamente e indissociáveis da vertente desportiva³. A associação de todos estes fatores reforça o papel centralizador do desporto no desenvolvimento integral da personalidade do indivíduo, a nível físico e psíquico, com reflexos no bem-estar geral da sociedade. Desporto deve assim ser sinónimo de princípios e valores, de bem-estar e qualidade de vida, cultura e prazer, saúde e espiritualidade, convívio, fraternidade e solidariedade, ética e legalidade.

³ Art. 64º a 76º

4.1.2. LEI DE BASES DA ATIVIDADE FÍSICA E DO DESPORTO

As bases da política de desenvolvimento do setor estão definidas na Lei n.º 5/2007 de 16 de janeiro. Esta reforma legislativa tem as seguintes linhas de orientação / políticas públicas, da incumbência do Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais:

- ✓ Promoção e generalização da atividade física para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos;
- ✓ Apoio e desenvolvimento da prática regular e de alto rendimento;
- ✓ Incentivo à formação dos agentes desportivos;
- ✓ Fiscalização;
- ✓ Desenvolvimento duma política integrada de infraestruturas e equipamentos desportivos, com sustentabilidade desportiva e económica, em coerência com a estratégia de promoção da atividade física e desportiva;
- ✓ Elaboração da Carta Desportiva Nacional;
- ✓ Promoção e apoio de estudos e trabalhos de investigação sobre indicadores da prática desportiva e dos diferentes fatores de desenvolvimento da atividade física e do desporto;
- ✓ Participação Portuguesa, nas instâncias desportivas europeias e internacionais.

Conclui-se que a legislação em vigor consubstancia uma opção política de maior intervencionismo e centralização em detrimento do Modelo Europeu do Desporto que aponta para a autorregulação (Teixeira, 2009).

4.1.3. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2012-2015, definidas pelo XIX Governo Constitucional, incluem uma sub-rubrica de atuação política dedicada ao Desporto, nomeadamente a 3.8 – Desporto e Juventude. Pretende-se o estabelecimento de uma política de desporto com todos e para todos, com especial atenção à fase infantojuvenil, às mulheres, à população sénior e às pessoas com deficiências.

O Governo pretende coordenar a operacionalização das políticas do desporto e da juventude através da fusão do Instituto do Desporto e do Instituto da Juventude num único organismo. Esta diretriz deu origem ao atual Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P.

Na sequência da relevância das políticas públicas desportivas desenvolvidas, nomeadamente em termos de opção do plano, percebe-se de certa forma que a sua elaboração, à semelhança de outras políticas públicas, envolve várias fases (Klaus, 2000) tais como a perceção e definição de problemas; *agenda-setting* (decide-se se determinado tema se insere na política atual ou se deve ser excluído ou adiado); elaboração de programas e decisão; implementação de políticas; e avaliação de políticas e eventual correção da ação.

Importa aqui ressaltar que quando nos referimos à política pública desportiva, no âmbito deste trabalho, reportamo-nos às medidas tomadas pelo município com o objetivo de promover, orientar e regular o processo de desenvolvimento desportivo que deverá envolver também a participação ativa e comprometimento dos munícipes e do associativismo local. Assim, com vista a colmatar os baixos índices de prática desportiva em Portugal, importa perceber o desenvolvimento e implementação de programas desportivos, nomeadamente, de que forma os mesmos poderão ser promovidos com vista ao aumento da qualidade de vida dos cidadãos.

4.1.4. AGENTES DO DESENVOLVIMENTO

O Governo é responsável pela definição da política desportiva nacional, ou seja, é responsável pela definição dos grandes princípios e metas que contribuam para o desenvolvimento do desporto em Portugal (Januário, 2010). São várias as normativas jurídicas – internacionais e nacionais, públicas e privadas, estatais e não-estatais – que regulam as atividades desportivas, bem como o seu condicionamento e fiscalização por organismos internacionais privados e pelo Estado (*ibid.*). O desporto não pode, assim, ser desenvolvido sem a existência de normas públicas expressivas de uma intencionalidade política que consubstancie doutrina e faculte o entendimento do papel da autarquia nas políticas de desenvolvimento desportivo (*ibid.*).

O crescimento da atividade desportiva no país implica regulamentação, tornando-se indispensável que o Estado ponha o selo da autoridade pública em normas e em decisões que dela carecem para ganharem relevância jurídica na sociedade (Januário *et al.*, 2009). O Estado assume, assim, um papel primordial a quem compete zelar para que todos tenham acesso à cultura física e ao desporto (Constituição da República Portuguesa, art. 79.º, n.º 1) bem como, “em colaboração com as escolas e as associações e coletividades desportivas, promover, estimular, orientar e apoiar a prática e a difusão da cultura física e do desporto” (Constituição da República Portuguesa, art. 79.º, n.º 2). Contudo, em termos históricos o desporto só teve consagração constitucional com a implantação do regime democrático já que, no período do Estado Novo era visto como nefasto e demolidor da moral não contando, por isso, com o apoio do Estado (*ibid.*).

Veja-se que, por exemplo, é no programa do VIII Governo Constitucional (publicado no Diário da República, II Série, n.º 101, de 15 de setembro de 1981), que se enquadra pela primeira vez a expressão “Desporto para todos” onde se valoriza a participação de todos os cidadãos em atividades desportivas, o que implicou a coordenação entre organismos estatais e privados numa perspetiva de descentralização, de economia de meios e aproveitamento das estruturas regionais, designadamente, do poder local, representado pelas autarquias (Januário, 2010).

O programa do XIX Governo Constitucional entende o desporto como uma componente essencial do desenvolvimento integral dos cidadãos. Propõe “Desporto com todos e para todos”, com vista ao aumento dos índices de prática desportiva.

A Constituição da República Portuguesa preconiza o conceito de autarquias locais referindo no nº1 do art. 235º que “a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais”, complementando o conceito que lhe está inerente no nº 2 desse mesmo artigo, apresentando-as como pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas. Assim, a própria Constituição prevê interesses próprios, comuns e específicos, distintos dos interesses nacionais, que legitimam a sua existência. Por sua vez, o art. 236.º categoriza, no continente, as autarquias locais em freguesias (assembleia de freguesia e junta de

freguesia), municípios (assembleia municipal, câmara municipal e conselho municipal) e regiões administrativas (assembleia regional, junta regional e conselho regional). Ao nível da descentralização administrativa reclama que as atribuições e a organização das autarquias locais, bem como a competência dos seus órgãos, são reguladas por lei e consagra-lhes património e finanças próprias, salvaguardando, deste modo, a democraticidade e a autonomia do poder local (art. 237º e 238º da Constituição da República Portuguesa).

De referir que os municípios, as associações de municípios e as regiões administrativas têm poder para criar empresas de cariz municipal, intermunicipal e regional, para exploração de atividades que prossigam fins de interesse público (Januário, 2010). Segundo o mesmo autor, as competências dos órgãos municipais envolvem: (i) planear, gerir e efetuar investimentos públicos em instalações e equipamentos para a prática desportiva e recreativa de interesse municipal; (ii) licenciar e fiscalizar recintos e espetáculos; (iii) apoiar atividades desportivas e recreativas de interesse municipal; e (iv) apoiar a construção e conservação de equipamentos desportivos e recreativos de âmbito local. Compete à Câmara Municipal, no âmbito do suporte a atividades de interesse municipal, apoiar ou participar atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra.

O desporto é um dos muitos domínios de atribuição dos municípios, fator indiciador do reforço da descentralização democrática da Administração Pública, requisito essencial para levar a cabo qualquer política profícua de desenvolvimento desportivo. O papel das autarquias é o de promover e copromover a melhoria das condições de vida das populações. Em termos desportivos, tal implica ir além da criação de infraestruturas e equipamentos desportivos, passando também pela articulação das políticas de desporto com as políticas de turismo, de ambiente e desenvolvimento autárquico (Januário et al., 2009).

A Carta Europeia da Autonomia Local (1990) preconiza no seu art. 4.º, n.º 2 que, “dentro dos limites da lei, as autarquias locais têm completa liberdade de iniciativa relativamente a qualquer questão que não seja excluída da sua competência ou atribuída a uma outra autoridade”. Tal, de acordo com Januário (2010), vem consagrar o direito e a capacidade das autarquias locais regulamentarem e gerirem, conforme a lei, sob sua responsabilidade e no

interesse das respetivas populações, uma parte relevante dos assuntos públicos, de preferência numa relação de proximidade aos cidadãos.

Os munícipes, as escolas e os clubes são igualmente agentes envolvidos neste processo. É graças aos clubes desportivos que muitas pessoas tomaram contacto com determinadas práticas desportivas.

Na atualidade, o desporto constitui uma exigência da sociedade moderna (Januário *et al.*, 2009). Envolve o interesse geral e direitos inalienáveis de cidadania individual, imputando, por isso, ao Estado/Município a sua oferta à sociedade.

4.1.5. REALIDADE PRÁTICA

Constata-se desta forma que as opções legais e políticas em vigor consagram o desporto e a atividade física como um direito que se pretende generalizado à totalidade dos cidadãos e potenciado na sua expressão máxima de alto rendimento, através da ação fundamental do Estado.

Historicamente, as políticas desportivas levadas a cabo em Portugal centram-se no âmbito da construção de instalações desportivas, financiamento dos clubes e associações desportivas, no desenvolvimento do desporto para todos e construção de instalações de treino para atletas de elite e apoio ao seu desenvolvimento. Ainda assim, assistimos em Portugal ao êxodo de alguns desportistas de elite (veja-se o caso de alguns nadadores que emigram para os E.U.A e Espanha), muitas vezes, com o objetivo de conciliarem os estudos académicos com o treino desportivo de alto rendimento, situação que está acautelada na legislação nacional mas que se tem demonstrado ineficaz em termos práticos e no terreno.

Por outro lado, a crescente regulamentação que incide nas atividades das organizações e agentes desportivos, denota a importância social e sobretudo económica que este setor atingiu em anos recentes. Não obstante, em algumas medidas e investimentos de expectável sucesso, fica bem patente a falta de planeamento estratégico no âmbito do desporto, nomeadamente o esbanjar de recursos que deveriam ser administrados com eficiência e

eficácia pelo Estado (central e local), resultando em consequências negativas para o desenvolvimento deste setor em Portugal. Impõe-se desta forma a necessidade de resolução de algumas questões estratégicas, tais como:

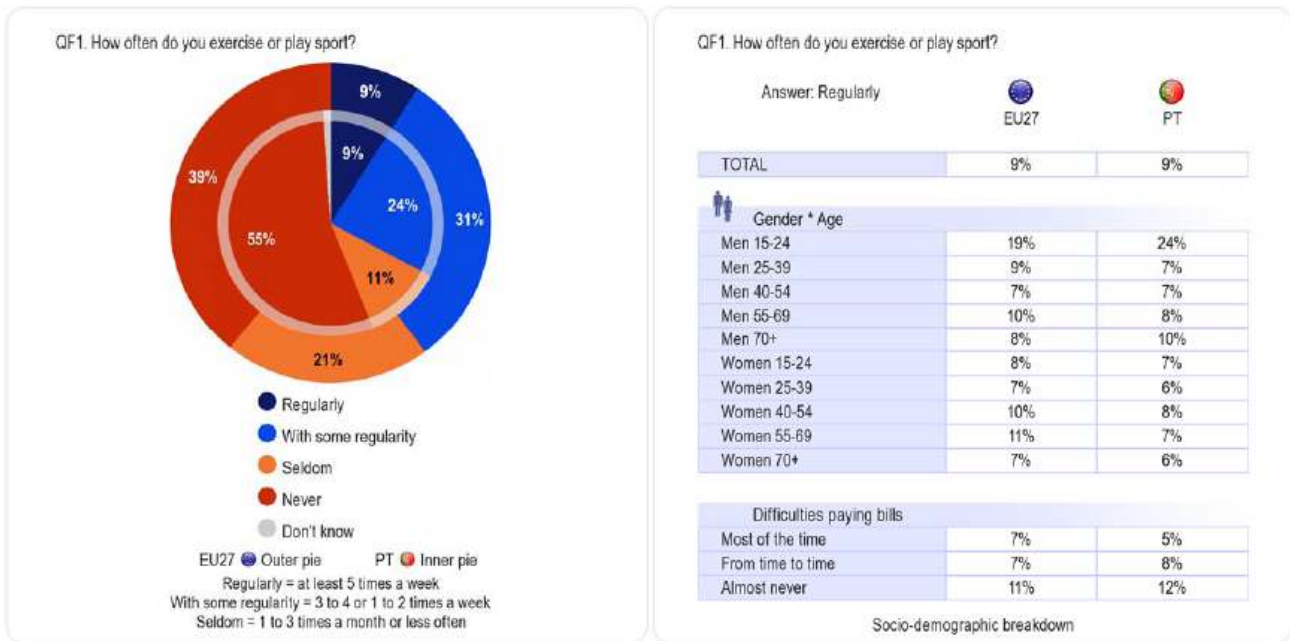
- ✓ A taxa de participação dos cidadãos no desporto e na atividade física é uma das mais baixas da União Europeia;
- ✓ Deficiências graves ao nível do planeamento do desenvolvimento das infraestruturas desportivas no que respeita ao binómio localização geográfica / necessidades desportivas das populações a que se destinam;
- ✓ O desporto escolar replica o modelo competitivo do desporto federado;
- ✓ Dificuldade dos atletas de elite em conciliar a sua atividade desportiva com o trabalho ou com os estudos;
- ✓ O voluntariado nas organizações desportivas apresenta uma tendência decrescente;
- ✓ A sustentabilidade do associativismo está dependente do Estado.

Na conjuntura atual, que obriga a reduções drásticas na despesa pública, somos da opinião que o Estado deveria assumir um papel menos interventivo no Desporto, criando condições para a autorregulação do setor e contribuindo para que a iniciativa privada e o movimento associativo assumam um papel de liderança.

4.1.6. PARTICIPAÇÃO NO DESPORTO

O Eurobarómetro “Desporto e Atividade física” (Comissão das Comunidades Europeias, 2010a), conclui que 33% dos cidadãos nacionais praticam exercício ou desporto com alguma regularidade. Por outro lado, 55% dos Portugueses não praticam exercício ou desporto (a terceira maior percentagem dos 27 países, sendo a média 39%) e que 36% não praticam qualquer outra atividade física (a maior percentagem dos 27 países, sendo a média 14%).

Figura 1 – Caracterização da prática de atividade física e desporto



Fonte: Eurobarometer 72.3. Sport and Physical Activity – fact sheet Portugal. TNS Opinion & Social. Bruxelas. Bélgica. Pág. 1

Quando questionados acerca do local de prática do desporto ou de atividade física, 39% dos Portugueses responderam “num parque ou na natureza”, indiciando a natureza informal / espontânea que caracteriza a prática desportiva e a atividade física no País, ainda assim abaixo da média Europeia (48%).

A grande maioria dos Portugueses, cerca de 82% não é membro de qualquer clube desportivo ou dum *health/fitness club* (a média europeia é de 67%). Por outro lado, 15% dos cidadãos nacionais são membros desse tipo de entidades (a média europeia é de 21%).

As motivações principais dos Portugueses para a prática do Desporto e da atividade física, são a saúde (65%), o relaxamento (35%), divertimento (22%) e convívio com os amigos (20%). Só depois surgem motivos como a melhoria do aspeto físico / performance física / aptidão física (50% no total). Apenas 4% mencionaram o espírito de competição. A média europeia revela a mesma tendência. Podemos concluir que as experiências informais, isto é, ao nível da saúde, recreação e bem-estar são as mais valorizadas.

Em Portugal, os motivos apontados como principais limitadores da prática desportiva com maior regularidade são a falta de tempo (37%) e o custo (13%). É relevante constatar que a média europeia revela uma tendência contrária, isto é, no primeiro caso está acima (45%), sendo Portugal o segundo País onde menos se sente a falta de tempo, mas na segunda questão apresenta a maior percentagem dos 27 Países (média de 5%).

Finalmente, três questões que estarão diretamente relacionadas com a menor participação no desporto e na atividade física em Portugal, nomeadamente:

- ✓ O reduzido envolvimento em atividades de voluntariado (apenas 2%, o valor mais baixo dos 27 Países);
- ✓ Falta de interesse em atividades físicas (49% dos Portugueses considera que tem outra coisa mais importante para fazer no seu tempo livre);
- ✓ Necessidade de mais oportunidades e uma maior motivação das mulheres para o desporto e atividade física.

4.2. UNIÃO EUROPEIA E O DESPORTO

O desporto é uma das atividades que mais atrai e une os cidadãos da União Europeia, sendo que a maioria dos cidadãos europeus participa regularmente em atividades físicas e desportivas. Consequentemente promove a contribuição ativa dos mesmos para a sociedade. Contribui igualmente para o desenvolvimento e realização pessoais, através de valores importantes como o espírito de equipa, a solidariedade, a tolerância e o *fair-play*. O desporto é entendido como fenómeno social e económico e contribui para os objetivos estratégicos de solidariedade e prosperidade da União Europeia.

Com a ratificação do Tratado de Lisboa no final de 2009, a União Europeia tem como competência pela primeira vez, a promoção do desporto e da atividade física ao nível das suas políticas (art. 165.º). Dada a capacidade para atingir a população em geral, independentemente da idade ou origem social, o desporto assume na sua plenitude uma visão expressa em várias dimensões da sociedade europeia, nomeadamente:

- ✓ Educativa (formação e desenvolvimento humano do indivíduo em qualquer idade);
- ✓ Saúde pública (manutenção de uma boa saúde e qualidade de vida);
- ✓ Social (promoção da responsabilidade social, envolvimento na comunidade e coesão social);
- ✓ Cultural (formação da identidade, integração e enraizamento num território);
- ✓ Lúdica (lazer e tempo livre).

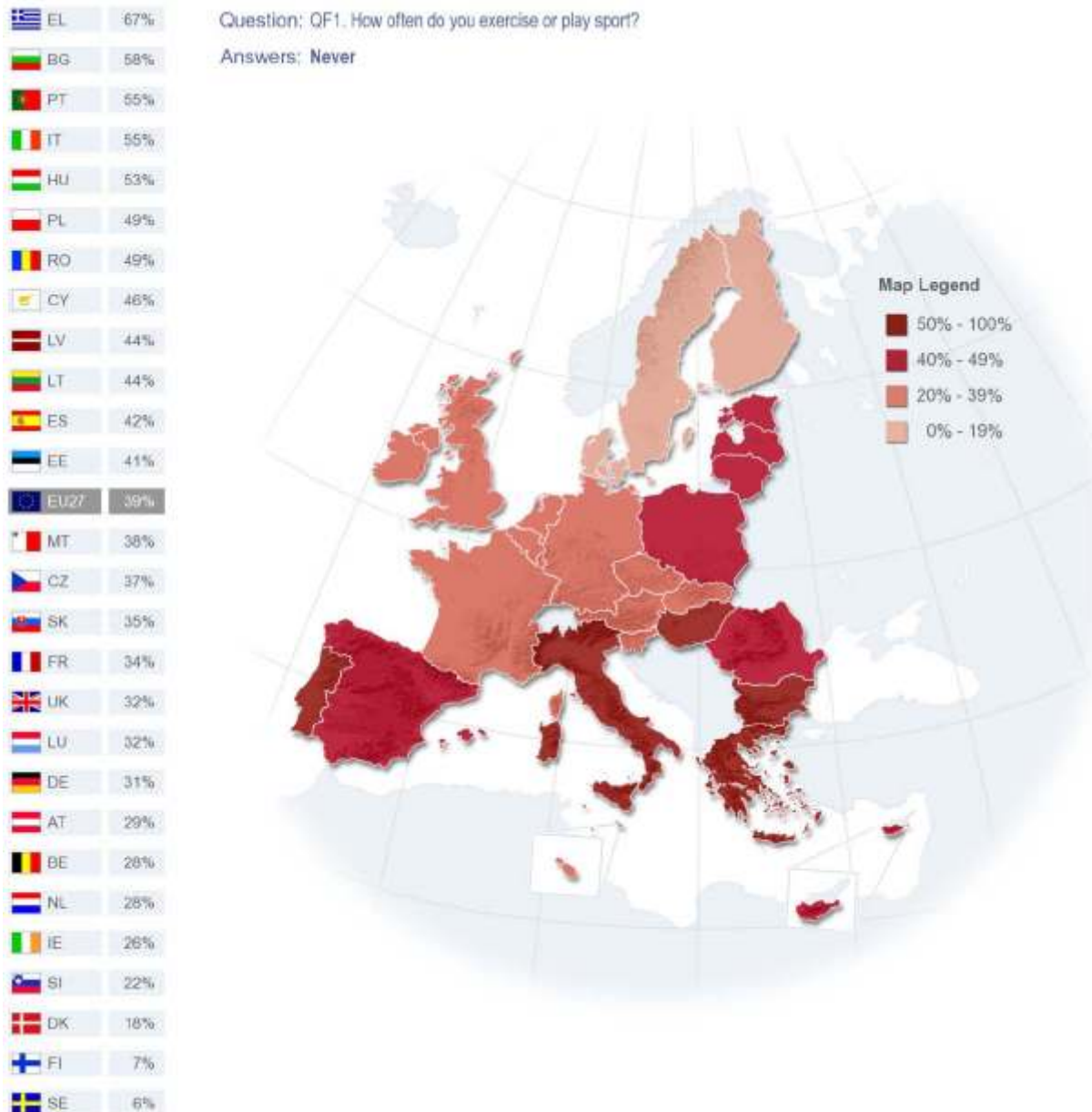
Neste contexto, os desafios da União Europeia a curto prazo são:

- ✓ Apoio na avaliação e disseminação de boas práticas e exemplos da promoção da atividade física para melhoria da saúde;
- ✓ Inclusão social através do desporto, referente a, pessoas portadoras de deficiência, imigrantes e igualdade de géneros;
- ✓ Educação e formação: apoio na troca de boas práticas nas áreas de atividade física em idade escolar e qualificações na área do desporto;
- ✓ Investigação em áreas como voluntariado, *governance*, *antidoping* e melhoria da condição física;
- ✓ Promoção da integridade física e moral dos agentes desportivos, em particular dos mais jovens.

4.2.1. EUROBARÓMETRO 2010

O Eurobarómetro referido no número 4.1.6., mostra que a maioria dos cidadãos da União Europeia (65%) pratica atividade física pelo menos uma vez por semana. No entanto, 34% revela ser completamente inativo ou que raramente efetua atividade física. Cerca de 39% dos cidadãos da União Europeia afirma nunca praticar atividade física ou desporto.

Figura 2 – Prática de atividade física e desporto na União Europeia



Fonte: Eurobarometer 72.3. Sport and Physical Activity. TNS Opinion & Social. Bruxelas. Bélgica. Pág. 11

No que respeita ao género, os indivíduos do sexo masculino são mais ativos que os do sexo feminino. Essa disparidade é mais acentuada na faixa etária dos 15 aos 24 anos.

Relativamente ao local da prática desportiva, 48% das atividades ocorrem em locais informais e ao ar livre, sendo mais acentuado quanto maior é a faixa etária. Esta tendência é reforçada pela conclusão que dois terços dos inquiridos revelam não pertencer a qualquer clube ou *fitness center*.

O inquérito revela também a existência duma correlação entre o estatuto socioeconómico e a atividade física, sendo que 64% das pessoas que abandonaram a escola aos 15 anos afirmam que nunca praticam desporto, enquanto que, nas pessoas que deixaram o sistema de ensino com mais de 20 anos, esta taxa desce para 24%.

A razão mais comum para prática desportiva está relacionada com preocupações de saúde. Outras motivações igualmente comuns são a melhoria da condição física, o relaxamento e o divertimento. Por outro lado, a razão mais comum para a não prática desportiva é a falta de tempo.

A sondagem revela ainda grandes disparidades entre os Estados-Membros. Os cidadãos dos países Nórdicos são os mais ativos da U.E., enquanto que os cidadãos dos países Mediterrâneos e dos 12 novos membros praticam desporto ou atividade física abaixo da média. Existem igualmente grandes disparidades no voluntariado, bem como na percentagem de cidadãos que opinam acerca das oportunidades para a prática desportiva proporcionadas pelas autoridades locais.

Conclui-se que as linhas de orientação comunitária para o desporto são similares às do nosso País no que respeita à generalização da prática desportiva a todos os cidadãos e à sua utilização como “ferramenta” indispensável para melhorar a saúde e inclusão social.

Por outro lado, os números do Eurobarómetro demonstram que Portugal tem um caminho substancial a percorrer quanto à participação dos cidadãos no desporto e como tal, o potencial de mercado do setor é elevado.

4.3. DESPORTO E SOCIEDADE

De acordo com o descrito anteriormente ao nível das orientações da União Europeia e do nosso País, os benefícios do desporto e da atividade física têm reflexos em vários domínios. Consideramos fundamental uma aposta determinada naqueles, através de ações que aprofundem no “terreno” as boas práticas já consolidadas e que experimentem novas

realidades capazes de maximizar as externalidades positivas que o desporto tem na sociedade.

A ligação entre desporto e educação formal e não formal, explorando o potencial educativo que o desporto assume na nova lógica de aprendizagem integrada ao longo da vida, é decisiva para o reforço do capital humano. O ensino de valores aos jovens como motivação, espírito de equipa, solidariedade, tolerância, o respeito pelas regras do *fair-play*, o combate ao racismo e xenofobia, fortalece a sociedade civil.

De acordo com a Comissão das Comunidades Europeias (2007), é importante ministrar aos jovens desportistas, desde o início, uma formação dupla e de criar centros de formação locais de grande qualidade para proteger os seus interesses morais, educativos e profissionais. O investimento e a promoção, em condições apropriadas, da formação dos jovens desportistas talentosos são cruciais para o desenvolvimento sustentável do desporto a todos os níveis.

O voluntariado assume também uma importância crítica no papel que o desporto desempenha a nível social. Por um lado, a organização dos desportos amadores, assente em clubes sem fins lucrativos e no voluntariado, é a base do sistema desportivo Português. As funções desempenhadas pelos voluntários podem ser divididas em duas categorias: administração/direção e treino. Por outro lado, o voluntariado no desporto fortalece a inclusão e coesão sociais, promove a democracia e a cidadania ativas e proporciona muitas ocasiões de educação não formal.

Existe igualmente um valor económico associado: sem voluntários, as atividades desportivas seriam muito mais custosas e muitas das atividades sociais relacionadas com o desporto desapareceriam. Estima-se que o número de voluntários em Portugal seja de 200.000 (120.000 em funções de direção e 80.000 em outras funções), correspondendo a cerca 81,4 milhões de euros anualmente (Comissão das Comunidades Europeias, 2009). A nível Europeu, uma percentagem relevante (7%) revela que são voluntários em projetos de desporto locais. Atualmente, estima-se que o número de voluntários no desporto regista

uma tendência decrescente, sendo que esta realidade é agravada pela conjuntura de crise económica.

Assim sendo, é dever do Estado agir com urgência na resolução deste problema, nomeadamente atuando sobre a legislação em vigor e implementando programas de formação. Relativamente à primeira, é necessário criar um regime que proporcione benefícios claros e significativos aos voluntários, de modo a contrariar a falta de motivação dos jovens face ao voluntariado dado o pouco reconhecimento social desta atividade. Quanto à segunda questão, é necessária uma mudança de mentalidades que incentive os atuais voluntários em posições de direção, a adotar novas práticas de gestão e a motivar a adesão de jovens voluntários.

As atividades desportivas não lucrativas que contribuem para a inclusão e coesão sociais dos grupos vulneráveis podem ser considerados como serviços de interesse geral. O desporto fomenta a noção comum de pertença e de participação, indo de encontro às necessidades e situação específicas dos grupos sub-representados, nomeadamente os jovens, pessoas com deficiência, os mais desfavorecidos e os cidadãos seniores. No que respeita aos cidadãos com deficiência em específico, a prática de desporto e atividades desportivas, gera condições favoráveis para o desenvolvimento do talento individual, reabilitação, integração social e solidariedade e como tal deve ser encorajada. Neste contexto, o desporto – competitivo e recreativo – é uma ferramenta para a integração, criação de emprego e igualdade para as pessoas com deficiências.

4.4. DESPORTO E SAÚDE

A prática regular de atividade física permite obter um conjunto de benefícios à saúde física e mental (IDP, 2011a):

- ✓ Reduz o risco de doença cardiovascular e de diabetes tipo II;
- ✓ Diminui a mortalidade e morbilidade;
- ✓ Melhora o nível de colesterol das lipoproteínas de alta densidade e de controlo da glucose no sangue;
- ✓ Melhora a condição física e diminui as limitações funcionais dos idosos;
- ✓ Preserva ou potencia a mineralização óssea;
- ✓ Reduz o risco de cancro do cólon e da mama nas mulheres.
- ✓ Aumenta a capacidade de trabalho, de prática desportiva e recreativa;
- ✓ Contribui para a preservação da função cognitiva;
- ✓ Diminui o risco de depressão e demência;
- ✓ Diminui o stress e melhora a qualidade do sono;

Pretendemos destacar o excesso de peso e a obesidade, quer pelo impacto que tem à escala global, quer pela incidência alarmante nas crianças e jovens. Existem diversas formas de classificar o excesso de peso do indivíduo, associando os fatores fisiológicos entre si⁴.

Obesidade define-se como a acumulação excessiva de gordura no corpo, com consequências patológicas em múltiplos órgãos (Haslam, D.; Sattar, N.; Lean, M., 2006). De facto, a falta de atividade física favorece a ocorrência de excesso de peso e de obesidade (e também de algumas patologias crónicas como as doenças cardiovasculares e a diabetes), aumentando o risco de vida dos indivíduos e consequentemente, diminuindo a qualidade de vida das populações. A produtividade no trabalho decresce devido à condição física debilitada da população ativa. Economicamente, sobrecarrega os orçamentos da saúde e segurança social.

⁴ Ver Anexo 1.

4.4.1. ESTATÍSTICAS

Inicialmente, os problemas de saúde associados ao excesso de peso e obesidade verificavam-se nos países desenvolvidos. No entanto, os números têm vindo a subir nos países em desenvolvimento, sobretudo nas malhas urbanas. Segundo a OMS (2012), em 2008, mais de 1,4 mil milhões de adultos com idade igual ou superior a 20 anos sofriam de excesso de peso. Daqueles, aproximadamente 200 milhões de homens e 300 milhões de mulheres eram obesos. Dados mais recentes, estimam que mais de 40 milhões de crianças com idade inferior a 5 anos de idade sofram de excesso de peso.

A nível da União Europeia, estima-se que aproximadamente 14 milhões dos seus cidadãos sofram de excesso de peso e obesidade, sendo 3 milhões crianças (estas registam um ritmo de crescimento de 400 mil novos casos anualmente), representando cerca de 7% dos custos de saúde (Comissão das Comunidades Europeias, 2005). O Inquérito Nacional de Saúde 2005/2006 revelou que em Portugal, a população adulta com excesso de peso representava 35,7% e os adultos obesos eram 15,2% (INE, 2009).

4.4.2. CAUSAS

Fundamentalmente, a obesidade e o excesso de peso são fruto de desequilíbrios energéticos entre as calorias ingeridas e as calorias dispendidas (OMS, 2012). Generalizando, este é um efeito combinado entre:

- ✓ Aumento do consumo de alimentos ricos em calorias, tais como, as gorduras, sal e açúcares, mas pobres em minerais, vitaminas e outros micro nutrientes;
- ✓ Decréscimo na atividade física devido ao crescente sedentarismo no trabalho, alterações nos modos de transportes e o reforço do estilo de vida urbano.

O aumento de peso precoce durante a 1ª infância é influenciado por fatores genéticos e fatores nutricionais e abre caminho ao risco de obesidade em idade adulta (Elks *et al.*, 2010).

A sociedade atual impõe determinados hábitos alimentares que condicionam, em grande parte, o excesso de peso e a obesidade e que impedem o seguimento de um regime

alimentar correto, pois, em muitas ocasiões, por necessidade de trabalho, falta de tempo, etc., as pessoas são obrigadas a comer fora de casa.

4.4.3. CUSTOS

A obesidade representa atualmente um enorme fardo nos orçamentos da saúde a nível mundial. No Reino Unido, representam um custo anual de GBP 3,5 bilhões e resultam em 30.000 mortes e 18 milhões de dias de absentismo (Haslam, D.; Sattar, N.; Lean, M, 2006).

Nos E.U.A., 5,7% dos custos diretos da saúde (USD 52 bilhões), são atribuídos à obesidade (Allison *et. al*, 1999). Caso a obesidade fosse prevenida antes dos 20 anos de idade, nos 65 anos subsequentes, os custos atribuídos à obesidade diminuiriam 4,32%, ou seja, a obesidade gera custos de saúde diretos superiores à não existência de obesos. No entanto, a partir dos 79 anos de idade, os custos são superiores devido ao maior número de pessoas vivas, com necessidade de cuidados de saúde (*ibid.*).

O Programa Nacional de Luta contra a Obesidade, elaborado em 2005, estimava que os custos diretos da obesidade representavam cerca de 3,5% dos custos totais da saúde. Existem ainda os custos indiretos relacionados com a perda das vidas, produtividade e rendimento os quais somam, pelo menos, o dobro.

4.4.4. AÇÕES

Os recursos são utilizados essencialmente para tratar as consequências secundárias da obesidade, isto é, a prevenção não é encorajada. Existem evidências que demonstram que a gestão da obesidade pode ser efetuada sem um aumento significativo de recursos (Haslam, D.; Sattar, N.; Lean, M., 2006), como tal, é desejável que se adotem estratégias para a prevenção primária da obesidade (e outras doenças crónicas). Sabe-se o suficiente acerca das causas da obesidade e dos benefícios proporcionados pelo exercício físico, as dietas, terapia comportamental e medicamentos no tratamento da obesidade. As barreiras na gestão da obesidade são então de ordem política e organizacional, bem como, da falta de recursos (*ibid.*).

A estratégia para reforçar os efeitos positivos do desporto na saúde, deverá passar pela estreita colaboração entre as organizações desportivas e as entidades de saúde pública, através do investimento na promoção da atividade física, em particular junto dos jovens e das populações mais desfavorecidas, tornando-a inclusivamente parte integrante da prevenção e prescrição primárias. Está em causa a sustentabilidade do Sistema Nacional de Saúde!

É também uma oportunidade para as organizações desportivas alargarem o leque de oferta de atividades, que em geral está subaproveitado pois muitas delas cingem-se a um ou dois desportos.

4.5. DESPORTO E ECONOMIA

Existe uma grande dificuldade para encontrar estudos / informação rigorosa sobre o peso do desporto na atividade económica em Portugal. A nível Europeu, o último estudo referente ao ano de 2004, indica que o desporto representa 3,7% do PIB da UE, isto é, 407 mil milhões de euros e criou 15 milhões de postos de trabalho (Comissão das Comunidades Europeias, 2007). Dada a importância destes números, a Comissão Europeia deu início recentemente a um projeto que visa elaborar um estudo sobre o impacto económico da indústria do desporto.

Apesar da lacuna em termos de dados objetivos, certo é que o setor do desporto tem um impacto económico que está subaproveitado e que pode ser utilizado para gerar emprego e crescimento económico, contribuindo para o desenvolvimento local e regional, urbano e rural, em particular nas regiões mais desfavorecidas. Em especial, o desporto tem sinergias com o turismo e pode estimular a modernização de infraestruturas desportivas e de lazer.

A análise da evolução das dotações orçamentais do IDP, permite concluir que desde 2007 se verifica um crescimento anual, exceção feita ao ano de 2010, que regista uma redução de 2,5 pontos percentuais face ao ano anterior.

Tabela 1 – Orçamento do IDP, I.P.
(milhões de Eur)

2007	2008	2009	2010
74,3	79,0	81,6	79,6

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

No entanto, apesar da importância económica do desporto, a maioria da oferta desportiva é da responsabilidade de organizações sem fins lucrativos, as quais necessitam do apoio público para prosseguirem a oferta de atividades desportivas aos cidadãos em geral. Como referido anteriormente, dado o cenário macroeconómico atual e as consequentes restrições dos orçamentos públicos, o setor poderá ser fortemente abalado. Torna-se imperativo encontrar novas fontes de financiamento.

De acordo com um estudo efetuado nos países da União Europeia (Eurostratégies, 2011), podem ser identificados vários modelos de financiamento do setor desportivo (Norte da Europa, Sul da Europa e Países de Leste, França, Reino Unido e República Checa). Pode concluir-se que existe uma relação direta entre o nível de financiamento público e a sua aplicação, os gastos em desporto *per capita*, o número de voluntários e a taxa de participação no desporto.

Os países do Norte da Europa são os que registam uma maior taxa de participação no desporto, resultante dum maior apoio público *per capita*, direcionado ao desporto amador e desporto para todos, bem como à construção de infraestruturas. Certamente que esse investimento público tem reflexos num maior número de voluntários no desporto (e respetivo peso económico), bem como num gasto em bens e serviços desportivos por família superior à média europeia (também motivado pelo maior poder de compra da população daqueles Países).

Os desafios que se colocam ao financiamento do desporto (*ibid.*) são:

- ✓ A evolução demográfica e as respetivas consequências no voluntariado.

Por um lado o envelhecimento da população, o reduzido crescimento demográfico da Europa e o aumento da idade da reforma, que poderão reduzir o número de horas disponíveis para voluntariado no desporto. Embora se saiba que o maior número de reformados no futuro poderá contrabalançar aquela perda potencial.

Certo é que as potenciais perdas de horas de voluntariado dificilmente serão substituídas por apoios públicos, porque o seu valor económico é significativo como mencionado anteriormente.

✓ Limitação nos apoios públicos

Os orçamentos dos vários Estados-Membros serão limitados no futuro para correção dos atuais défices elevados. O financiamento privado será uma das alternativas, embora exista um grande risco de alocação de recursos a um número reduzido de atividades, levando ao subfinanciamento de vários desportos.

✓ Acesso ao desporto

Dadas as previsões de apoios públicos limitados e com a ameaça da redução de voluntários, é praticamente certo, que o acesso a uma proporção significativa da oferta desportiva será mais dispendiosa, contribuindo negativamente para o incentivo à prática desportiva. Este cenário poderá ser bastante penalizador para Portugal, tratando-se de um dos Países com maior défice orçamental e com níveis de voluntariado e participação no desporto abaixo da média europeia, os mesmos serão certamente agravados.

✓ Impacto no ambiente e nas alterações climáticas

As competições e eventos desportivos geram emissões de CO2 provenientes dos meios de transporte envolvidos, bem como da energia consumida pelos equipamentos utilizados. A perspetiva de aumento dos custos associados àqueles (transportes e licenças de emissão) coloca pressão na alteração dos formatos das competições de modo a reduzir a duração e frequência das mesmas.

✓ Ligação entre desporto amador / desporto de elite / eventos desportivos populares

Uma elevada taxa de participação no desporto permite encontrar um maior número de potenciais talentos, futuros desportistas de elite e gera igualmente um interesse superior nos eventos desportivos e um maior consumo de bens desportivos.

O potencial económico do setor do desporto é inquestionável. No entanto, as alterações demográficas nos países desenvolvidos a nível mundial, implicarão uma alteração gradual e profunda durante a primeira metade do século atual, colocarão desafios a todos os níveis da sociedade.

Em particular, referimo-nos a um ambiente previsivelmente negativo quanto à sustentabilidade do desporto amador em Portugal, excessivamente dependente de subsídios e apoios públicos. De fato, em 2007, cerca de 50,9% do total investido teve origem no setor público, com especial menção ao poder local, cuja contribuição foi de 39,9% (Eurostratégies, 2011a).

Somos da opinião que é necessário encontrar um modelo que permita o financiamento por parte do desporto profissional, à semelhança do que acontece noutros países. Esta opção justifica-se porque as estruturas profissionais deverão recrutar a maioria dos seus atletas a partir das estruturas amadoras, onde a maioria dos jovens talentos despontam. Desta forma será possível garantir a sustentabilidade do desporto profissional e dar novo “fôlego” à dinâmica no desporto amador.

5. OPÇÕES DE POLÍTICA PÚBLICA DESPORTIVA

A problemática do modelo de desenvolvimento desportivo leva-nos a uma reflexão acerca do papel desempenhado pelas autarquias locais. Apesar de adotarem comportamentos diferenciados, todos os municípios têm dado mostras de uma crescente atenção política à oferta desportiva no espaço local.

Adotar um modelo significa conhecer a realidade de determinada área e buscar soluções inovadoras condizentes com os novos paradigmas. A partir desta ideia, um modelo é sempre uma referência, não uma cópia (Januário *et al.*, 2009).

O desenvolvimento operado no sistema desportivo português está apoiado num vasto suporte legislativo. Pires (1989) apelida-o de “teia legislativa”. Já para Bento (2004), o quadro normativo constitui, em si mesmo, um dos fatores de desenvolvimento desportivo, suscitando-nos a natureza profundamente jurídica da atividade desportiva. Porém, Rosário (1996) e Meirim (2001) mencionam a divergência entre o discurso político, qualificando-o de não intervencionista e um quadro legal vasto, recheado de sinais de intervenção pública no desporto, suscitando-nos uma de duas vias: (1) ou se assume politicamente a intervenção pública no desporto patente na legislação desportiva; (2) ou se opta por uma legislação menos intervencionista.

Segundo Pires (1989), o nível de autonomia e a relação entre o desporto e a política determinam o modelo de funcionamento do desporto em cada país, podendo traduzir-se como resultante do contexto ideológico em que o modelo se fundamenta. Os países da Europa do Norte, caracterizam-se por uma débil intervenção dos poderes públicos sobre o movimento desportivo, ao passo que os países de Sul adotam uma intervenção mais forte do Estado. Assim, é possível identificar dois modelos (Miége, 2000, Gardiner, 2006) que diferem na natureza e desenvolvimento dos seus sistemas desportivos:

1. Liberal (ex. Alemanha, Holanda, Reino Unido) - caracterizado pela ausência específica de legislação limitando-se a assegurar as condições materiais propícias ao desenvolvimento do desporto em termos financeiros e no apoio à formação e investigação;

2. Intervencionista (ex. França, Espanha, Portugal) - assenta na intervenção do Estado, encara a organização do desporto como serviço público e é apoiado pela lei geral e ainda por disposições Constitucionais.

Em Portugal vigora o modelo Intervencionista caracterizado por uma forte tutela pública. Independentemente desta tutela pública, confrontamo-nos, com um problema político, entendendo-se este como a discrepância entre o que se deveria fazer e o que será possível fazer. Daí emerge a racionalização da política sob argumentos de fundamentação técnica e científica, tornando-se urgente construir uma alternativa, assente em ideias bem fundamentadas e com qualidade, com o objetivo de atingir o cidadão-munícipe. Seria de extrema importância rapidamente definir prioridades de acordo com as necessidades e expectativas dos cidadãos, com base na adequação à procura e diversidade da oferta.

No que respeita ao entendimento das políticas públicas municipais e respetivas estratégias de desenvolvimento desportivo têm prevalecido dois modelos:

1. Baseado na competição e espetáculo (elite) – em que o desporto é tratado como objeto de consumo e o munícipe como mero consumidor (espectador).
2. Baseado numa prática dirigida a todos (ou de base), capaz de responder às necessidades de qualquer cidadão.

Segundo Caballero (2001) existe uma primeira diferenciação entre Desporto de elite e Desporto para todos, que por sua vez subdivide conforme Tabela 5.

[Tabela 2 – Desporto de Elite e Desporto para Todos](#)

DESPORTO DE ELITE	DESPORTO PARA TODOS
Desporto competição	Desporto educador
Desporto de alto rendimento	Desporto integrador
Desporto espetáculo	Desporto recreativo

Fonte: adaptado de Caballero, 2001, p. 95

A maior incerteza reside em determinar qual a utilização mais adequada de cada modelo no sentido de este poder dar resposta aos objetivos formulados na Constituição da República Portuguesa, na Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, nas Atribuições e Competências das Autarquias Locais e no programa de Governo, assim como às pretensões

individuais e coletivas dos cidadãos. A grande questão está em saber quais são, de facto, as decisões que em matéria de política pública desportiva, melhor podem desenvolver o desporto enquanto fator decisivo de promoção da qualidade de vida das nossas populações.

Neste contexto, a Lei Nº 52/2005, de 31 de agosto surge com o principal objetivo de modernizar e melhorar a qualidade do desporto português, visando o aumento da qualidade de vida (Januário *et al.*, 2009).

Desta forma, assume-se como um importante marco na definição regulamentadora do Estado em matéria de política desportiva. Com a mesma visa-se fomentar a prática desportiva para todos quer na vertente de recreação, quer na de rendimento. O Governo promove a definição, com as autarquias locais, das medidas mais apropriadas ao estímulo e apoio à intervenção destas na gestão das atividades extracurriculares de âmbito territorial. Além disso, promovem-se os jogos tradicionais, as infraestruturas e os espaços desportivos.

A Lei Nº 52/2005, de 31 de agosto define sistema desportivo como o conjunto de meios pelos quais se concretiza o direito ao desporto. Procurando uma maior aproximação às populações, foi consignada uma intervenção em parceria com as autarquias locais que vai desde a construção, ampliação, recuperação de equipamentos e infraestruturas; organização da atividade dos clubes; desenvolvimento de atividades desportivas das escolas, programas de ocupação desportiva nos períodos de interrupção letiva e organização de grandes eventos (Januário *et al.*, 2009).

A Lei Nº 5/2007, de 16 de janeiro, Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, estabelece no seu artigo 2º o princípio da universalidade e da igualdade definindo que todos têm direito à atividade física e desportiva, independentemente da sua ascendência, sexo, raça, etnia, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação

A LBAFD, inclui também várias referências às autarquias locais com vista a aumentar os índices de participação desportiva da população (Januário *et al.*, 2009). Esta lei procura definir as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto e no seu

art. 5º defende que “Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais articulem e compatibilizem as respetivas intervenções que se repercutem, direta ou indiretamente, no desenvolvimento da atividade física e no desporto, num quadro descentralizado de atribuições e competências. O Estado, as Regiões Autónomas e as autarquias locais promovem o desenvolvimento da atividade física e do desporto em colaboração com as instituições de ensino, as associações desportivas e as demais entidades, públicas ou privadas, que atuam nestas áreas”.

No art. 6º, é apresentado um inovador conceito de política pública, ao dirigir ao Estado, às Regiões Autónomas e às autarquias locais, a promoção e a generalização da atividade física, suscitando, para a sua prossecução, a adoção de programas que visem: (i) “criar espaços públicos aptos para a atividade física; (ii) incentivar a integração da atividade física nos hábitos de vida quotidianos e (iii) conciliar atividade física, vida pessoal, familiar e profissional”.

A análise conjunta destes dois artigos permite concluir que a política pública desportiva dirigida à promoção e generalização da atividade física, será de âmbito nacional, sendo que, todos os níveis de decisão públicos terão um papel ativo e interventivo de acordo com o seu nível de atribuições e competências (Januário *et al.*, 2009).

Na secção I da LBAFD é abordado, de forma positiva, o facto das Federações Desportivas darem parecer e terem uma intervenção direta na organização de provas ou manifestações desportivas em espaços públicos.

Na secção II relativa aos Agentes Desportivos, Praticantes, Técnicos, Dirigentes, Empresários Desportivos e Voluntários, estes são considerados como os atores principais da atividade física e desportiva.

A secção III passa para o praticante de atividade física e desportiva, fora do contexto das Federações Desportiva, a responsabilidade individual de se assegurar que não tem contraindicações de saúde para a sua prática, assim como, libertar de alguma forma a

existência de um seguro individual de acidentes desportivos, passando para os promotores de serviços, atividades e instalações desportivas esta responsabilidade.

Finalmente, na Secção IV, o texto da Lei cria a abertura suficiente para a revisão do enquadramento da atividade de alto rendimento e participação nas seleções nacionais e as medidas de apoio e proteção aos agentes a consagrar. Surge ainda a possibilidade de legislar sobre o apoio a consagrar na pós-carreira dos agentes abrangidos pelo regime do Alto Rendimento Desportivo.

Pelo descrito anteriormente, é nossa interpretação que o legislador pretende direcionar o desenvolvimento desportivo com base num modelo que privilegia a prática dirigida a todos, capaz de responder às necessidades de qualquer cidadão, de modo a alargar a base de participação no desporto.

As sugestões seguintes aplicar-se-ão necessariamente numa ótica de longo prazo, privilegiando a ação junto de dois grupos da população, nomeadamente as crianças e jovens e os cidadãos adultos, em especial os seniores. O potencial de crescimento é enorme, mesmo partindo do princípio que a meta, realista e atingível, é equiparar a participação no desporto em Portugal à média da União Europeia.

Por um lado, é necessário garantir um enfoque numa educação física desde a infância / pré-adolescência, indutora da participação ativa ao longo da vida e que permita a deteção de jovens talentos, melhor preparados a nível físico e psicológico, para darem expressão a todo o seu potencial desportivo. Por outro lado, atuando sobre o conjunto de população com idade acima dos 40 anos, normalmente descurado, mas que será no futuro, um mercado ainda mais apetecível e disponível para corresponder à oferta desportiva. Por exemplo, o mercado do *health&fitness*, orientado hoje em dia para os corpos jovens e elegantes e os clubes com pouca oferta desportiva para camadas da população com idade mais avançada, deverão assumir desde já que, um número significativo dos potenciais clientes no futuro, pertencerá ao segmento sénior, ávido por atividades sociais que proporcionem bem-estar, saúde e um envelhecimento ativo.

6. INTERVENÇÃO POLÍTICA DAS AUTARQUIAS NO ÂMBITO DO DESPORTO

O desporto é um campo onde impera a decisão política, daí a importância também da administração local e respetivos interesses no seio das políticas desportivas. As autarquias locais têm a possibilidade de poderem exercer poderes administrativos equivalentes ao Estado. O conceito de “autarquias locais” derivou oficialmente da Constituição de 1933 e depois do Código Administrativo de 1936 e significa, atualmente, a possibilidade de exercer poderes de autoridade administrativa equiparados ao Estado (Moreira, 2003). Tomando por base este conceito, as autarquias participam na definição das políticas públicas desportivas municipais e revelam-se fundamentais na promoção e desenvolvimento do fenómeno desportivo.

O munícipe, independentemente de ser o alvo de todas as políticas, é um elemento fundamental na construção de uma comunidade fisicamente ativa pois, embora haja uma enorme responsabilidade do Estado/Autarquia, subsiste igualmente uma importante responsabilidade individual na gestão do estilo de vida. Não podemos ficar à espera que aumente a nossa qualidade de vida sem fazermos nada por isso.

Esta análise às necessidades apresenta-se como fundamental para se compreender a razão de ser do município enquanto entidade que visa a prossecução dos interesses das respetivas populações. Temos por um lado a massificação que leva à adoção de uma única solução desportiva, por outro a sociedade cada vez mais individualista que torna difícil segmentar a oferta de forma conveniente e ajustada a cada cidadão.

Interessa também aqui referir a questão da autonomia e mobilidade cidadinas que dependem de um conjunto de medidas de adequação do espaço físico, como sejam a ausência de barreiras arquitetónicas e ruas livres de trânsito para que a prática possa passar a ser uma rotina diária. Não basta, no entanto, apelar a pontuais transformações e/ou adaptações, sendo premente a adoção de uma nova filosofia política e alteração de mentalidades na organização e gestão do uso do espaço e tempo que medeia entre a vida familiar, laboral, escolar e comunitária. Tal terá levado, conjeturamos nós, a consagrar na LBAFD (no domínio das políticas públicas), a adoção de programas que visem conciliar

atividade física, vida pessoal, familiar e profissional. Deles provém a necessidade de articulação e trabalho dos diferentes municípios e dos fatores de desenvolvimento desportivo para que os cidadãos tenham verdadeiramente a oportunidade de realizar diversas práticas de acordo com a sua disponibilidade e preferência (Januário *et al.*, 2009).

O desenvolvimento do desporto implicará, então, para além de um crescimento territorial harmonioso do desporto, a integridade e coesão no acesso ao desporto para quaisquer cidadãos, bem como um conjunto de condições básicas de bem-estar que permitam a esses cidadãos a prática regular do desporto. Este desenvolvimento implica também, por outro lado, o uso pleno das liberdades democráticas e de cidadania, as quais permitem não apenas o acesso ao desporto como também as capacidades individuais de escolha e decisão de o praticar (Correia, 2008). Assim, alia-se a promoção das condições indispensáveis à garantia da equidade da participação e à liberdade da prática pelos respetivos cidadãos.

Estas ações de desenvolvimento desportivo de base serão executadas por estruturas organizativas específicas, entre as quais as escolas dos diferentes níveis de ensino, os clubes desportivos, as autarquias locais e outros atores não públicos, atuando preferencialmente segundo lógicas de parceria estratégica e de rede. E fará todo o sentido que se concretizem mecanismos de planeamento estratégico que enquadrem devidamente os objetivos das entidades parceiras e das redes (*ibid.*).

7. LEGITIMAÇÃO DAS SOLUÇÕES

Segundo Tavares (2006, p. 92), “Quando a decisão é tomada, é indispensável implementar a política de forma a garantir a aceitação por parte dos cidadãos. A legitimação de uma decisão nem sempre é um processo fácil ou imediato. Quando a política adotada implica uma mudança de mentalidade dos cidadãos para ser bem sucedida é absolutamente necessário recorrer a campanhas de divulgação e sensibilização que realcem a importância da colaboração de todos os envolvidos. Alguns instrumentos e técnicas da gestão pública como a publicidade institucional, o aconselhamento ao cidadão e os inquéritos de opinião ajudam a legitimar a decisão dos políticos eleitos e são determinantes para o sucesso ou insucesso da política pública”.

A avaliação da tomada de decisões de cariz político é um processo complexo onde se deve ter em conta o facto de as autoridades públicas terem de moldar as necessidades e a oferta governamental aos interesses dos cidadãos. Com esta avaliação de interesses e fixação de objetivos a atingir para o setor do desporto em Portugal, os quais devem ser quantificados e datados, estarão criadas as condições para que as políticas públicas se efetivem em benefício de todos os cidadãos (Parente, 2009).

Segundo o mesmo autor, o Planeamento da Prática Desportiva num determinado município deve ser estruturado a partir de uma análise e contraposição entre a procura e a oferta. Será a única forma de garantir um investimento seguro e sustentado. Uma política pública moderna para o setor do desporto, procura necessariamente aumentar o número de praticantes ativos e que este objetivo tenha impacto na melhoria da qualidade de vida das populações e na redução de custos com os serviços de saúde.

No entanto, grande parte das decisões de planeamento desportivo têm sido feitas quase sempre do lado da oferta, ou seja de quem decide, ou como muitas vezes acontece, simplesmente das suas “boas vontades políticas”. Parece persistir uma visão que não vai de encontro às necessidades dos cidadãos. Muitas vezes, não será necessário realizar grandes estudos de procura desportiva, embora seja consensual o facto de estes estudos permitirem errar menos na projeção de espaços para a prática de atividade física e desporto. Sabemos,

por exemplo, que hoje em dia a simples construção de ciclovias, passeios pedestres ou parques de lazer, promovem a prática desportiva da população, independentemente do escalão etário, género ou nível desportivo (*ibid.*).

Para Parente (2009), um melhor e mais cuidado investimento na prática de atividade física e desporto em Portugal, será também um contributo para melhorar a frágil economia do País. Teremos mais praticantes, maior interesse e melhor conhecimento sobre os benefícios destas práticas, nomeadamente ao nível da saúde pública. Uma população mais saudável é uma população mais alegre, com melhor autoestima, que falta menos ao trabalho, que produz mais e melhor.

8. IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS AUTARQUIAS

Correia (2011) refere a existência de dois tipos de políticas públicas desportivas: as de ação e as de omissão. As políticas públicas desportivas de ação consistem na implementação de programas e atividades que procuram impulsionar as instituições e agentes organizacionais. As políticas públicas desportivas de omissão consistem na produção de legislação sem uma estratégia de desenvolvimento associada e sem definição de objetivos.

Nas políticas públicas desportivas, o Estado/Governo e os organismos de administração do desporto têm tendência de jurisdicionar a sua atividade (Correia, 2011).

Segundo Parente (2010), as autarquias são as entidades públicas que trabalham e operam com maior proximidade junto do cidadão, logo as Autarquias jogam um papel fundamental na promoção e organização do setor da atividade física e do desporto, tal como está previsto na LBAFD. No entanto, a coordenação geral, a necessidade de colaboração e lealdade institucional entre todos os agentes envolvidos, são considerados fatores críticos de sucesso no desenvolvimento desportivo, já que a LBAFD traduz uma grande interdependência entre todos os agentes desportivos. A estratégia de desenvolvimento desportivo deverá estar assente numa corresponsabilização de todos os agentes envolvidos no processo de desenvolvimento desportivo, com a finalidade de alcançar metas definidas antecipadamente.

No âmbito dos Programas a desenvolver pela autarquia, dada a sua posição privilegiada no território e competências, deverá ser notório um trabalho de segmentação da população, dando-se grande importância a determinados públicos-alvo que, por norma, são esquecidos nas políticas e programas de desenvolvimento da atividade física e desportiva. A estratégia política com vista ao desenvolvimento da atividade física e do desporto, tornar-se-á ainda mais valiosa, como se referiu anteriormente, se existir uma quantificação de metas a médio e longo prazo (*ibid.*).

9. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E EFEITOS – UMA VISÃO PROSPETIVA

A política desportiva pública de um país deve orientar-se no sentido de promover o aumento do número e da qualidade dos seus praticantes desportivos. A Administração Pública central e local deve ter uma ideia muito clara da política e planeamento estratégico a implementar no sentido de termos mais cidadãos a praticar desporto e com maior regularidade.

Para Parente (2010a), uma política de sucesso passa necessariamente pelo alinhamento e coordenação dos agentes desportivos públicos e associativos numa direção e caminho comum. Não se pode, por exemplo, continuar a assistir a uma sobreposição do papel da Escola e do Associativismo Desportivo em matéria de formação desportiva. Estamos continuamente a desperdiçar recursos ao País e a criar mecanismos de competição pelos mesmos meios e recursos. O quadro legal do setor desportivo é de certa forma aberto, criando espaço a que Escola, Clubes, Autarquias e outros agentes, possam ter o mesmo papel e ação no âmbito do fomento e formação dos praticantes desportivos. Quem deverá então formar os praticantes desportivos, em que fase e com que objetivos? Como desenvolver um modelo de complementaridade entre quem atua no setor desportivo?

É na Escola (e como se sabe com cada vez mais apoio e competências das autarquias) que estão as crianças e os jovens e é neste espaço que se devem trabalhar de forma eficaz (e com melhores *standards*) os padrões e habilidades motoras fundamentais. Até aos 8 anos, deve-se abrir o leque de experiências de prática e que estas sejam uma experiência divertida e alegre. Desta fase até aos 12 anos é importante iniciar o desenvolvimento de especializações em habilidades motoras relacionadas com a atividade desportiva, cumprindo como é lógico os princípios da aprendizagem (do simples para o complexo) e dar-se a transição para o desporto organizado, embora nas suas etapas iniciais. Após esta fase, deverá aparecer pela primeira vez o conceito de treino, mas que deve ser percorrido numa lógica evolutiva de “aprender para treinar”, para mais tarde “treinar e praticar de forma repetida” e consolidar as diferentes e necessárias aquisições motoras. Esta responsabilidade formativa deve sempre estar enquadrada num contexto de Escola com o apoio dos agentes locais, nomeadamente das autarquias, e liderado por profissionais do Desporto com formação e saber superior (Parente, 2010a).

Já no Ensino Secundário deve iniciar-se a atividade de “treinar para competir” e este é um momento sensível em que se deve decidir se a prática desportiva de competição de determinada modalidade fica centrada na Escola ou no Clube Desportivo, ou eventualmente partilhada, mas sempre eticamente acordada e assumida com responsabilidade. Administração Pública Central e local, Federações e Clubes devem assim, contratualizar objetivos e ações num horizonte temporal de longo prazo sob pena de não se promover o tão desejado desenvolvimento desportivo e a transição lógica do desporto da Escola para o Desporto do Clube e para outros contextos mais informais. Será certamente mais fácil entrar na última etapa do processo de formação desportiva se todas as etapas forem cumpridas (Parente, 2010a).

Neste processo simples, mas inexplicadamente adiado, tarda a existência de mais praticantes desportivos no país e melhor preparados. Por sua vez e paralelamente ao trabalho da Escola e Clube, é fundamental, que o Estado, através das Autarquias Locais, promova de forma ativa e intensa o “desporto para todos” e a cultura desportiva, para que os pais (família) encorajem os mais novos a praticar desporto. Só desta forma será expectável alcançar resultados semelhantes aos das melhores práticas dos países parceiros da União Europeia e observar os efeitos positivos diretos de uma população mais ativa assim como das externalidades positivas que se criam (*ibid.*).

No âmbito do desporto municipal seria ainda importante uma avaliação do interesse e participação de empresas privadas em projetos desportivos locais, nomeadamente na área do desporto para todos, do exercício e condição física, ou desporto para populações com características especiais (idosos, cidadãos com deficiência). A implementação das políticas desportivas acarreta impactos de âmbito social e apelam à responsabilidade social da comunidade sendo de realçar, uma vez mais, o papel estruturante e vital das autarquias locais no desenvolvimento desportivo nacional.

10. FALHAS E MÉRITOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DESPORTIVAS

10.1. PRINCIPAIS FALHAS NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DESPORTIVAS

De acordo com Paixão *et al.* (2009), Portugal é considerado um dos países que possui um alto índice de desenvolvimento humano, logo teria condições para investir na promoção de desporto de alto rendimento. Contudo, o Brasil tem apresentado melhores desempenhos que Portugal (apesar de ter um índice de desenvolvimento humano inferior). Tal indicia falha de investimento na promoção do desporto.

O problema do desenvolvimento desportivo em Portugal não passará apenas por uma questão financeira mas também por uma questão de organização, coordenação e coerência entre os diferentes agentes que atuam no desporto. A ausência de uma definição clara de objetivos e metas a alcançar constitui uma falha das políticas desportivas em Portugal.

Portugal tem pessoas com as competências necessárias para identificar os problemas e as soluções que melhor se coadunam a cada área do desporto mas, para tal, tem de haver também vontade (e coragem) política para mudar o sistema atual.

Considerar uma correta segmentação dos públicos-alvo assume também grande relevância, aspeto que, muito frequentemente, é esquecido nas políticas e programas de desenvolvimento da atividade física e desportiva.

No desporto, dada a sua importância social, cultural e económica, com incidência coletiva em localidades, regiões ou mesmo no todo nacional, surgem múltiplos atores e entidades naturalmente envolvidas interessadamente nos resultados destas políticas públicas de promoção e desenvolvimento. A primeira destas é necessariamente o próprio Estado/Governo que tem um papel determinante na conceção das próprias políticas e na provisão de meios e instrumentos da sua efetiva concretização. E ao Estado/Governo incumbem especiais deveres constitucionais relativamente à garantia de acesso dos cidadãos ao desporto – e respetiva prática, obviamente. Seria de esperar, portanto, um

visível esforço e atividade de planeamento do desenvolvimento desportivo, que permitisse conhecer os grandes objetivos e instrumentos de evolução do desporto num horizonte temporal relativamente amplo – nunca inferior a dois mandatos ou ciclos olímpicos, portanto a oito anos (Correia, 2011).

Só que esta expectativa é obviamente desmentida pela realidade observável desde há longos anos, dado que nas últimas legislaturas não existiu um esboço suficientemente articulado e participado neste sentido orientador. Portanto, em Portugal as políticas públicas desportivas estão muito distantes dos pressupostos de racionalidade a que deveriam estar submetidas. E também não existem instrumentos de apoio à conceção e fundamentação essenciais – como os estudos e análises circunstanciados e atualizados – à definição de objetivos, programas e metas do respetivo desenvolvimento do desporto (*ibid.*).

10.2. PRINCIPAIS MÉRITOS DAS POLITICAS PUBLICAS DESPORTIVAS

O desporto desempenha um papel importante na economia de um País, tornando-se mais forte em função de uma participação desportiva mais ativa por parte da sua população. Quando se fala em desporto, estamos a falar do seu conceito mais alargado e que vai desde o formato organizado até à prática desportiva recreativa ou de lazer. O Desporto cria valor acrescentado em termos das designadas externalidades positivas (poupança no setor da saúde, população mais motivada, criação de emprego, produção de bens e serviço, etc.). Infelizmente em Portugal não existem muitos estudos que caracterizem o setor da economia do desporto, o que torna as decisões políticas sobre este tema pouco sustentadas. O que sabemos hoje efetivamente é que Portugal é um dos países com menor taxa de participação desportiva quando comparados com os parceiros da União Europeia, tendo cerca de 30% de praticantes para a nossa população entre os 15 e os 60 anos (Parente, 2010b).

São inúmeros os estudos já realizados em vários países sobre esta matéria que demonstraram que o investimento público é facilmente recuperado com a redução da despesa, principalmente nos setores da saúde e segurança. No caso da saúde bastará pensar nas principais doenças e causas de morte em Portugal e quais são as estratégias para combater estes flagelos, e como todos sabemos, a chave do problema está no “movimento

humano”. Os benefícios de uma aposta numa política pública desportiva direcionada e pensada criariam efeitos positivos com a expectável diminuição dos comportamentos marginais, principalmente dos jovens, fazendo-nos poupar em segurança, já que os mesmos ocupariam os seus tempos livres de uma forma mais salutar dedicando-se ao desporto (*ibid.*).

Segundo o mesmo autor, quando se fala em investimento público do País, referimo-nos ao que é realizado pela administração pública desportiva e fundamentalmente pelas autarquias locais, quer seja em instalações e espaços desportivos destinados a todos os públicos (crianças, jovens, adultos e idosos), quer seja em programas desportivos ou apoio ao associativismo desportivo (clubes). Esta aposta, em nosso entender, deve ter como base o “desporto para todos”, chegando ao maior número de pessoas possível.

11. AJUSTAMENTOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DESPORTIVAS – SUGESTÕES DE MELHORIA

Em termos estratégicos, os fatores críticos de sucesso fundamentais à implementação de uma estratégia para o desporto a nível nacional são: a coordenação geral, colaboração e lealdade institucional entre todos os agentes envolvidos (Januário *et al.*, 2009).

Segundo Correia (2011) o processo de definição das políticas públicas desportivas deve iniciar-se com um amplo e consolidado diagnóstico da situação de partida, envolver depois um exercício de planeamento estratégico que inclua os principais organismos e atores do sistema desportivo – organismos governamentais, federações desportivas, escolas e desporto escolar, autarquias e governos locais, instituições académicas e profissionais.

Este processo de definição das políticas tem de traduzir uma visão do desporto no país, a partir da qual serão encontrados os correspondentes objetivos estratégicos, definido o plano de ação para a respetiva implementação, bem como os respetivos horizontes temporais relevantes para o alcance dos resultados e níveis de sucesso pretendidos. Tem de considerar também que se trata de um exercício longo que visa promover mudanças, as quais dependerão da partilha assumida dessa agenda evolutiva por parte de múltiplos atores organizacionais presentes nos diferentes setores e níveis que compõem o sistema desportivo (*ibid.*).

A Lei de Bases do Desporto que vigorou até à atual Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto não conseguiu resolver os problemas do desporto português porque ignorou a realidade, marginalizou o movimento associativo e esqueceu a crescente importância das autarquias locais no desenvolvimento desportivo nacional (Januário *et al.*, 2009). Este mesmo autor defende que sejam desenvolvidas outras medidas, tais como:

- a) Criação de um programa nacional de Desporto para Todos, resultante de parcerias de organismos públicos e privados;
- b) Desenvolvimento de um sistema desportivo com rigor, objetivos, níveis de competência e meios de financiamento ao desporto pela Administração Pública central, regional e local;

- c) Modernizar e melhorar a qualidade do desporto português, tendo por finalidade o aumento da qualidade de vida e um contributo para a melhoria da saúde pública, articulando o desporto com as políticas de desenvolvimento autárquico;
- d) Maior autonomia da sociedade civil e um peso acrescido do setor privado;
- e) Dotar as autarquias dos recursos materiais suficientes para a prossecução e exercício administrativo e financeiro do poder central.

De acordo com Romão (2005) é primordial que, em matéria de política desportiva, seja implementado um programa de desenvolvimento de Educação Motora dirigido às crianças. Este propõe um modelo de desenvolvimento desportivo que estabeleça os princípios, valores e linhas de orientação da sua prática. Este modelo de desenvolvimento desportivo assenta no conceito de desenvolvimento humano, integra as dimensões morfológicas, orgânicas e percetivas além das necessidades de autorrealização e desenvolvimento lúdico. Propõe ainda uma visão sistémica de integração dos sistemas educativo, desportivo e dos órgãos de administração pública.

Januário *et al.* (2009) defende um modelo desportivo assente na satisfação das necessidades básicas, estruturando-se o desporto numa ótica de bem-estar, saúde e qualidade de vida das populações. Todas as outras dimensões da atividade desportiva funcionam como complementares.

Algumas sugestões para o futuro da política desportiva portuguesa passam por estabelecer políticas adaptadas às características territoriais (considerando, por exemplo, a localização geográfica, situação socioeconómica, demográfica e escolar). No âmbito dos Programas a desenvolver, é de equacionar uma maior segmentação da população, dando-se relevância a certos públicos-alvo, nomeadamente grupos escolares, quer do ensino básico quer do ensino universitário.

De acordo com o IDP (2011), é compromisso do Governo dinamizar e generalizar a atividade física e desportiva no país, proporcionando mais e melhores condições de participação na vida social, política, económica e cultural. Atendendo a que o desporto se assume como um fator que contribui para o bem-estar da população, é importante que o governo assumira esta

área como prioritária apostando e investindo na formação física dos cidadãos inculcando, em particular nas crianças e jovens, o fomento do espírito coletivo e cooperação. Torna-se fundamental uma reflexão sobre as mudanças necessárias a introduzir no sistema desportivo, dado que a atual Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, embora tenha constituído um importante marco na definição de uma política para o desporto nacional, não tem sido um motor de desenvolvimento desportivo, nomeadamente no aumento dos índices de prática.

A realização deste trabalho, e das análises que lhe estão inerentes, permite, em jeito de conclusão e de sugestões de melhoria, apresentar propostas que respondam às preocupações dos principais agentes envolvidos nesta área que possibilite o levantamento exaustivo de alguns aspetos, a saber:

- ✓ Identificar novas tendências para o desporto no país;
- ✓ Salvaguardar maior cooperação entre o governo e as autarquias, federações e associações;
- ✓ Redefinir mecanismos de cooperação internacional e parcerias de sucesso;
- ✓ Refinar as regras de criação, funcionamento e relacionamento das federações, clubes, sociedades desportivas, associações, praticantes, técnicos, juízes e árbitros e outras entidades que promovam, pratiquem ou contribuam para o desenvolvimento da modalidade desportiva;
- ✓ Responsabilizar, de uma forma mais clara os vários agentes envolvidos no processo de definição, estabelecimento e implementação de políticas públicas para o desporto;
- ✓ Planear infraestruturas e equipamentos desportivos a serem desenvolvidas pelo Estado de forma a irem ao encontro das reais necessidades e desejos da população;
- ✓ Definir políticas de financiamento do desporto.

O desporto é composto por diversas atividades salutaras para jovens e adultos que carecem ainda de mais organização, dedicação, infraestruturas qualificadas, e apoios económicos, políticos e até psicológicos. Portugal carece de uma nova política desportiva, que envolva as instituições e os agentes desportivos, pois só assim se poderão produzir as alterações políticas necessárias para um futuro promissor e mobilizador do desporto em Portugal.

12. METODOLOGIA

Este estudo segue um desenho de revisão sistemática da literatura, tendo como base de amostra todas as referências bibliográficas que foram recolhidas ao longo do período de elaboração da Tese de Mestrado.

O procedimento adotado para a elaboração deste estudo consistiu na análise dos artigos científicos selecionados, possibilitando assim efetuar um levantamento de todas as informações relevantes, indo ao encontro do objetivo deste estudo.

Pretendemos dividir o estudo em três fases, nomeadamente:

1. Enquadramento da intervenção das autarquias no âmbito das suas competências e identificação do modelo de funcionamento adotado;
2. Caracterização do Município de Santarém, em particular no que respeita à participação desportiva;
3. Definição de propostas para o desenvolvimento desportivo do Município de Santarém no médio e longo prazo.

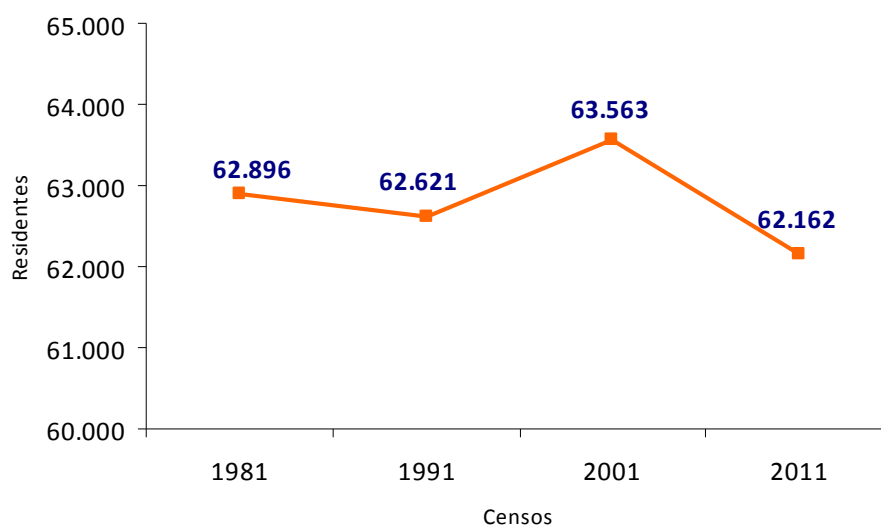
Os Instrumentos utilizados consistiram em, Artigos Científicos, Livros, Consultas na internet e dados estatísticos referentes ao Concelho de Santarém, nomeadamente uma extensa caracterização do setor do desporto.

13. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

13.1. DEMOGRAFIA

O Concelho de Santarém integra a sub-região NUTSIII Lezíria do Tejo (região Alentejo). A população residente de acordo com os resultados preliminares do XV Recenseamento Geral da População (Censos 2011) é de 62.162 indivíduos, ou seja, verifica-se um decréscimo face aos 3 recenseamentos anteriores, nomeadamente de 2,2% (Censos 2001), de 0,7% (Censos 1991) e de 1,2% (Censos 1981).

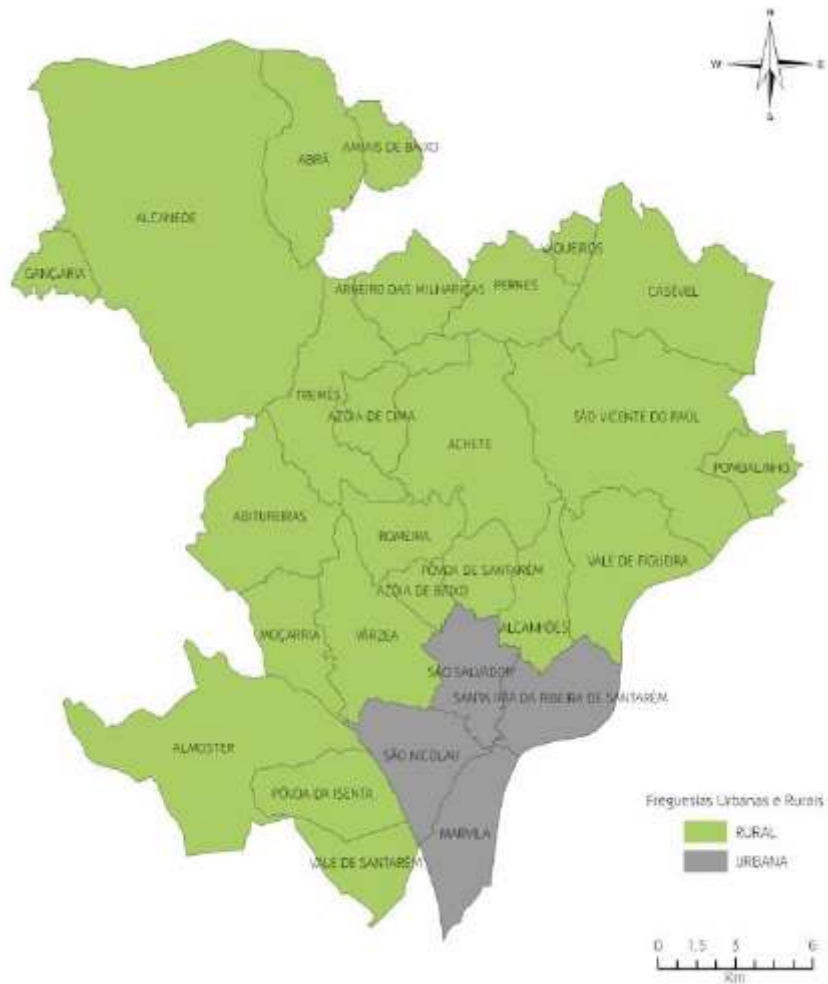
Gráfico 1 – População residente no Concelho de Santarém (Censos 1981-2011)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

O concelho de Santarém é composto por 28 freguesias e ocupa uma superfície de 560,2 kms².

Figura 3 – Freguesias urbanas e rurais do Concelho de Santarém



Fonte: Carta das instalações desportivas artificiais do Concelho de Santarém

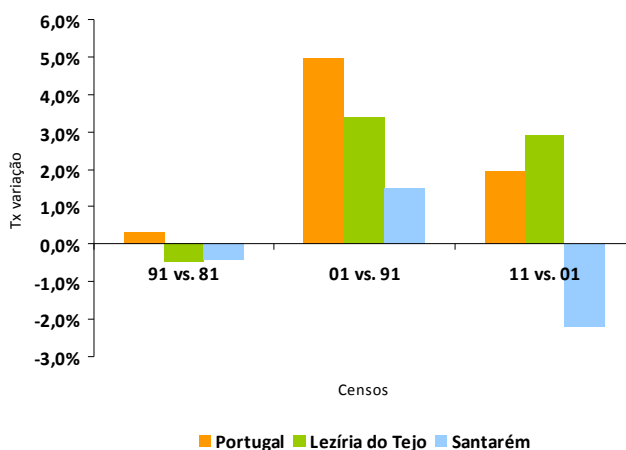
A evolução relativamente constante da população residente no Concelho de Santarém nos últimos 30 anos, embora com um decréscimo de 2,2% em 2011 face a 1981, contrasta com a tendência de aumento evidenciada na sub-região em que está integrada, bem como na totalidade do País (+5,9% e +7,4% face 1981, respetivamente), denotando uma incapacidade de atrair habitantes, em termos líquidos.

Tabela 3 – População residente (Censos 1981-2011)

	1981	1991	2001	2011
Portugal	9.833.014	9.867.147	10.356.117	10.555.853
Lezíria do Tejo	234.057	232.969	240.832	247.833
Santarém	62.896	62.621	63.563	62.162

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Gráfico 2 – População residente (Censos 1981-2011)

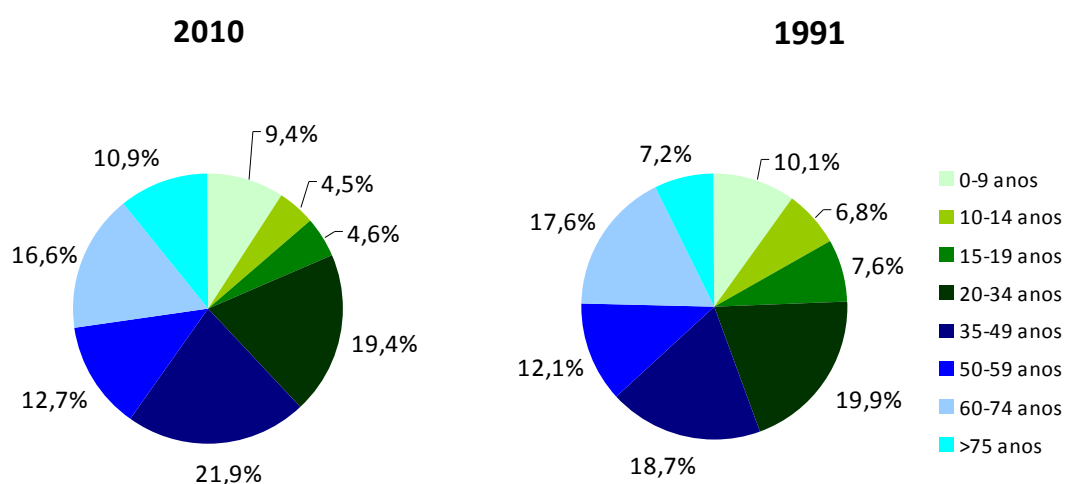


Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Em termos etários, é possível constatar o envelhecimento da população residente no Município de Santarém. O peso da população sénior (60+ anos) aumentou de 24,7% em 1991 para 27,4% em 2010. Em sentido inverso, o peso da população jovem (< 20 anos) passou de 24,5% em 1991 para 18,6% em 2010.

Esta tendência de envelhecimento da população residente está de acordo com a evolução verificada na totalidade do território nacional e na sub-região Lezíria Tejo, embora nestes casos, a população sénior tenha ultrapassado a população jovem pela primeira vez (respetivamente 23,9% face a 20,4% e 27,3% face 18,8%). Neste particular, é de referir que já em 1991 se verificava a preponderância da população sénior sobre a população jovem no Município de Santarém.

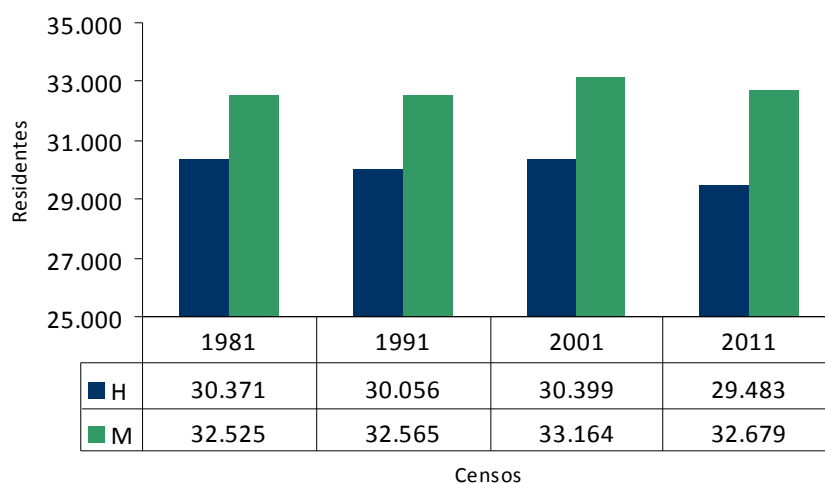
Gráfico 3 – População residente por grupos etários (Estimativa 2010 – Censos 1991)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Nos Censos 2011, a população residente feminina representa 52,6% do total, enquanto que os homens atingem os 47,4%, acentuando essa predominância face a recenseamentos anteriores (à exceção de 1981). A proporção e evolução são em tudo similares no que respeita à totalidade da população do País e da sub-região Lezíria do Tejo.

Gráfico 4 – População residente por género (Censos 1981-2011)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

A densidade populacional regista oscilações entre os censos de 1991 e 2011, no mesmo sentido das variações na população total mencionadas anteriormente.

Tabela 4 – Densidade Populacional (Censos 1981-2011)

Densidade Populacional	Censos	1991	2001	2011
SANTARÉM	N.º/ km ²	111,5	113,1	111,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

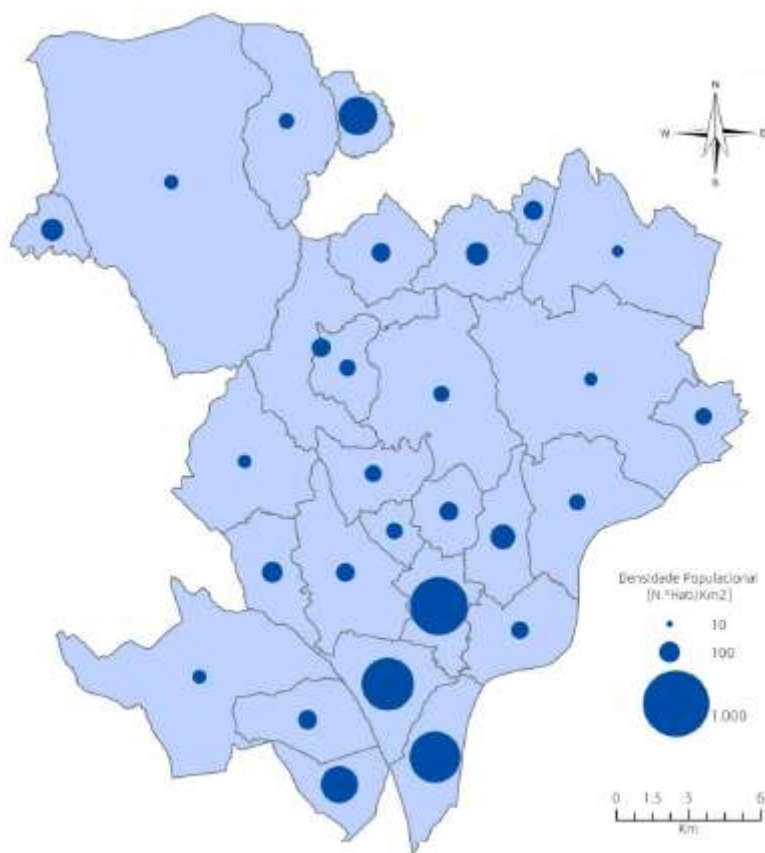
Tabela 5 – Indicadores por Freguesia (Censos 2011)

FREGUESIA	N.º/ km ²	N.º	km ²	FREGUESIA	N.º/ km ²	N.º	km ²
Abitureiras	41,5	978	23,55	Pombalinho	54,8	450	64,3
Abrã	53,7	1.128	21	Póvoa da Isenta	80,9	1.132	82,79
Achete	61,1	1.920	31,44	Póvoa de Santarém	89,9	708	81,12
Alcanede	42,8	4.548	106,35	Romeira	70,3	788	68,99
Alcanhões	128,4	1.467	11,43	Santa Iria da Ribeira de Santarém	51,7	744	70,78
Almoster	43,1	1.796	41,66	Santarém (Marvila)	559,7	9.050	16,17
Amiais de Baixo	299,7	1.833	6,12	Santarém (São Nicolau)	655,5	9.575	616,84
Arneiro das Milhariças	75,3	832	11,05	Santarém (São Salvador)	879,1	10.590	762,45
Azóia de Baixo	69,2	300	4,33	São Vicente do Paul	36,5	1.832	41,42
Azóia de Cima	53	454	8,56	Tremês	78,1	1.963	85,16
Casével	26	859	32,98	Vale de Figueira	50,2	1.074	60,35
Gançaria	101,1	514	109,02	Vale de Santarém	290,9	2.932	311,01
Moçarria	94,2	1.141	12,11	Vaqueiros	82,9	294	89,16
Pernes	100,3	1.446	14,42	Várzea	85,3	1.814	78,97

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

A variação da população residente do concelho de Santarém por freguesia, entre 2001 e 2011, demonstra um aumento do número de pessoas a residir nas zonas urbanas e limítrofes (superior a 5% em Santarém (S. Nicolau), Santarém (S. Salvador), Vale de Santarém, Várzea e Azóia de Baixo). Pelo contrário, as freguesias que registam um decréscimo na população são rurais (superior a -20% em Casével, Azóia de Cima, Pernes, Pombalinho, Vale de Figueira). Curiosamente a freguesia que regista a maior variação negativa é urbana (Santa Iria da Ribeira de Santarém, -37,2%), no entanto, trata-se duma zona ribeirinha, com população envelhecida e um património arquitetónico e envolvente social degradados.

Figura 4 – Densidade Populacional (Censos 2001)



Fonte: Carta das instalações desportivas artificiais do Concelho de Santarém

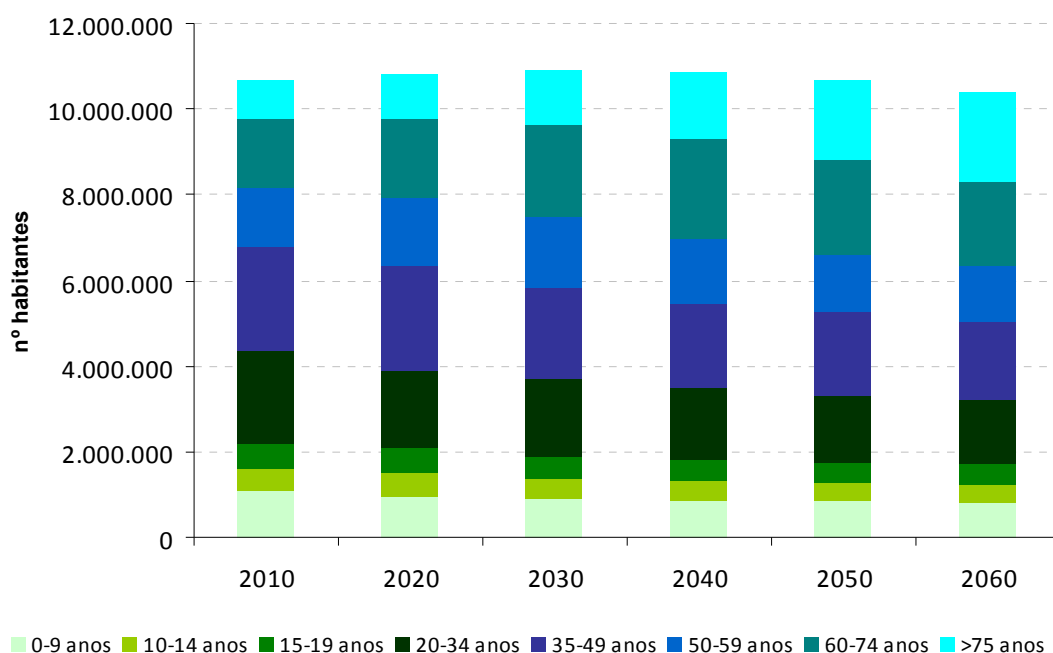
No que respeita à evolução futura da população, as projeções disponíveis apresentam informações apenas para o total do País. Apesar da população residente no Município de Santarém registar uma evolução nem sempre coincidente com o total do País nos últimos 30 anos, tal como mencionado anteriormente, apresentam-se de seguida algumas conclusões da análise à informação obtida, por se considerar que a mesma é representativa da tendência futura do Concelho.

Estima-se que existirão aproximadamente 4,1 milhões de residentes em Portugal com idade igual ou superior a 60 anos (+63,2% face a 2010), correspondente a 38,3% do total da população, em meados do presente século. Por outro lado, os residentes com idade inferior a 15 anos serão aproximadamente 1,3 milhões (-20,5% face a 2010), ou seja, 12,1% do total da população. Existirão mais de 3 idosos por cada jovem.

De assinalar o decréscimo expectável de 22,8% da população referente ao grupo etário 15-49 anos entre 2010 e 2050.

Entre 2050 e 2060, a tendência descrita anteriormente acentuar-se-á.

Gráfico 5 – Projeção da população por ciclos de vida (2010-2060)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

A análise efetuada evidencia um envelhecimento significativo da população. A sociedade sofrerá certamente alterações estruturais a todos os níveis, com a população acima dos 50 anos a aumentar em número, longevidade e poder de compra. Consequentemente, as organizações deverão orientar as respetivas linhas estratégias para aquele segmento, sob pena de não adequarem a sua oferta à maior fatia de procura no mercado.

A indústria do desporto não será exceção. A oferta desportiva, independentemente do setor de atuação, bem como a respetiva comunicação, é atualmente dirigida para as faixas etárias cuja população irá decrescer significativamente. Os clubes, por exemplo, cuja oferta é “construída” essencialmente para esta faixa etária, perderão mercado potencial “apenas” por razões demográficas.

13.2. ATIVIDADE ECONÓMICA E EMPREGO

O Município de Santarém registava uma população ativa de 30.188 indivíduos em 2001, das quais 54,2% eram do sexo masculino. A taxa de atividade⁵ situava-se no 47,5%, ligeiramente abaixo dos valores para a sub-região Lezíria do Tejo e Portugal (respetivamente 48,1% e 48,2%).

Em 2001, a população empregada do Concelho era de 28.163 indivíduos, dos quais 67,1% integravam o setor terciário, 27,8% o setor secundário e 5,1% o setor primário. A realidade do Concelho de Santarém assentava nas atividades económicas de comércio e serviços (36,1%), serviços coletivos, sociais e pessoais (31,0%) e indústria transformadora (17,4%).

Em comparação com o total do País, existe no Concelho uma predominância do setor terciário, nomeadamente as atividades económicas relacionadas com a Administração Pública, reflexo do estatuto de sede do Concelho e pólo regional, quer no âmbito geográfico de Lisboa e Vale do Tejo, quer a nível da sub-região Lezíria do Tejo. Por outro lado, no Concelho, o setor secundário tem um peso bastante inferior ao que regista na globalidade do País.

Quando comparado com os dados para a sub-região Lezíria do Tejo, o peso do setor terciário no Concelho é ainda mais notório. Inversamente, o peso do setor primário é metade do registado naquela sub-região, fruto da matriz rural de vários dos Concelhos que a compõem, apesar do setor terciário, invariavelmente, agregar a maioria da população empregada.

Tabela 6 – População empregada por setor de atividade económica (Censos 2001)

	Total	Setor primário		Setor secundário		Setor terciário	
Santarém	28.163	1.422	5,0%	7.835	27,8%	18.906	67,1%
Portugal	4.650.947	231.646	5,0%	1.632.638	35,1%	2.786.663	59,9%
Lezíria do Tejo	106.375	10.619	10,0%	33.810	31,8%	61.946	58,2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

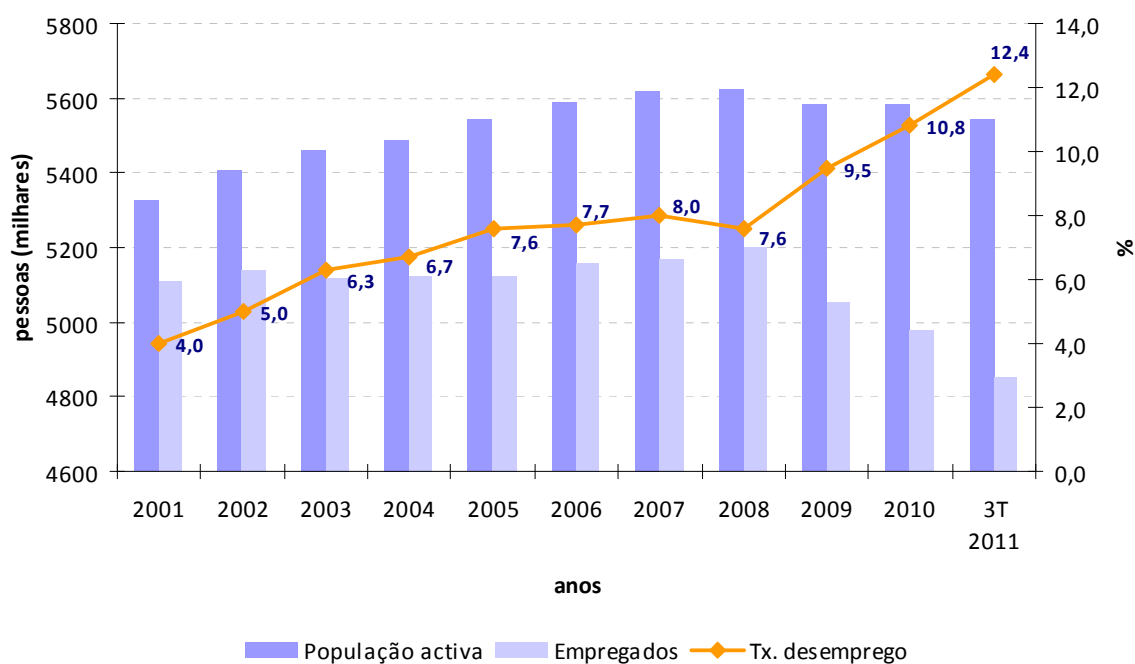
Em 2001, a taxa de desemprego no Concelho era de 6,7%.

⁵ Taxa de atividade = população ativa / população residente

A informação apresentada tem como referência os Censos 2001, não existindo atualização da mesma desde então, a nível municipal. No entanto, é de conhecimento público a tendência crescente do desemprego em Portugal nos anos mais recentes, acentuada pela recessão económica e pelas medidas de austeridade postas em prática no âmbito dos compromissos assumidos pelo País perante as organizações internacionais, resultando num quadro significativamente diferente quando comparado com 2001. Assim sendo, apresentam-se de seguida alguns dados atualizados, que traduzem um quadro evolutivo generalizado para a globalidade do País e que inevitavelmente comprovam uma tendência que assola igualmente o Município de Santarém.

Entre 2001 e 2008, a população ativa aumentou moderadamente, iniciando-se um período de declínio ligeiro, apresentando no presente um valor praticamente igual ao de 2005. Quanto à população empregada, a tendência de subida muito ligeira verificada até 2008, foi invertida desde então e de forma significativa, sendo atualmente 5,3% menor do que o registado em 2001. Inversamente, a taxa de desemprego disparou a partir de 2008, atingindo no presente mais do que o triplo do valor de 2001, ou seja, uns alarmantes 12,4%. O Orçamento do Estado para 2012 pressupõe a manutenção da tendência de subida deste indicador, prevendo uma taxa de desemprego de 13,4%.

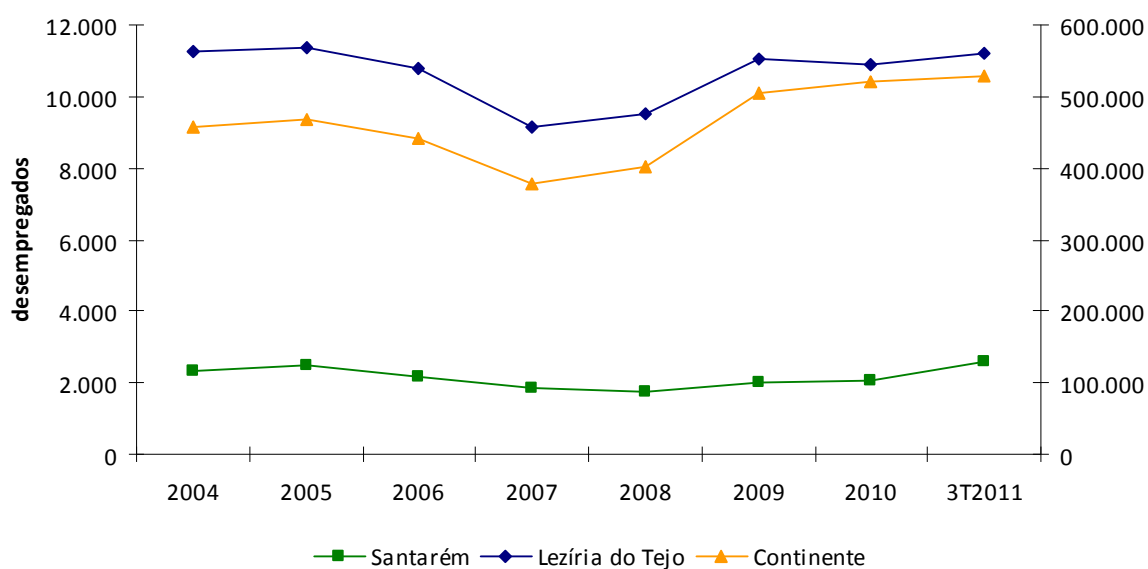
Gráfico 6 – População ativa e taxa de desemprego (2001-2011)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Apesar da não existência de dados atualizados referentes à população ativa e ao emprego no Município de Santarém, a tendência atual de agravamento do desemprego poderá ser comprovada no gráfico seguinte. De assinalar as variações, quer positivas, quer negativas, mais acentuadas na sub-região Lezíria do Tejo e no Continente.

Gráfico 7 – Desempregados (2004-2011)

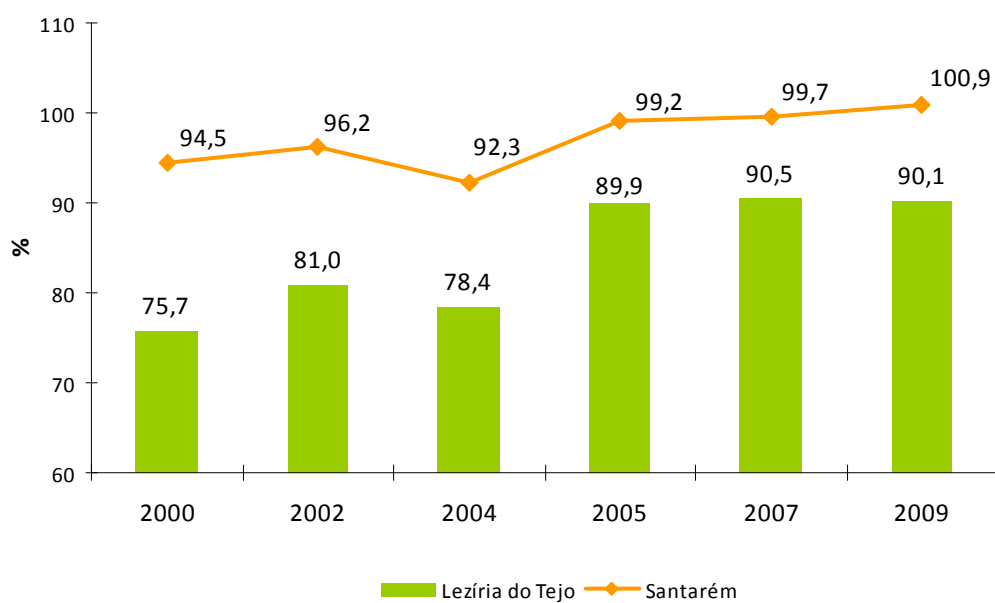


Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)

No que respeita ao rendimento obtido pelos residentes, o indicador *per capita* do poder de compra pretende traduzir o poder de compra em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional (Portugal=100).

O Gráfico 8 demonstra uma evolução positiva no poder de compra do Concelho de Santarém, superando a média nacional em 2009 e situando-se sempre acima do indicador da sub-região Lezíria do Tejo. A este facto está associado o estatuto de capital de distrito, sugerindo uma associação positiva entre o grau de urbanização e o poder de compra manifestados, embora a diferença diminua ao longo dos anos.

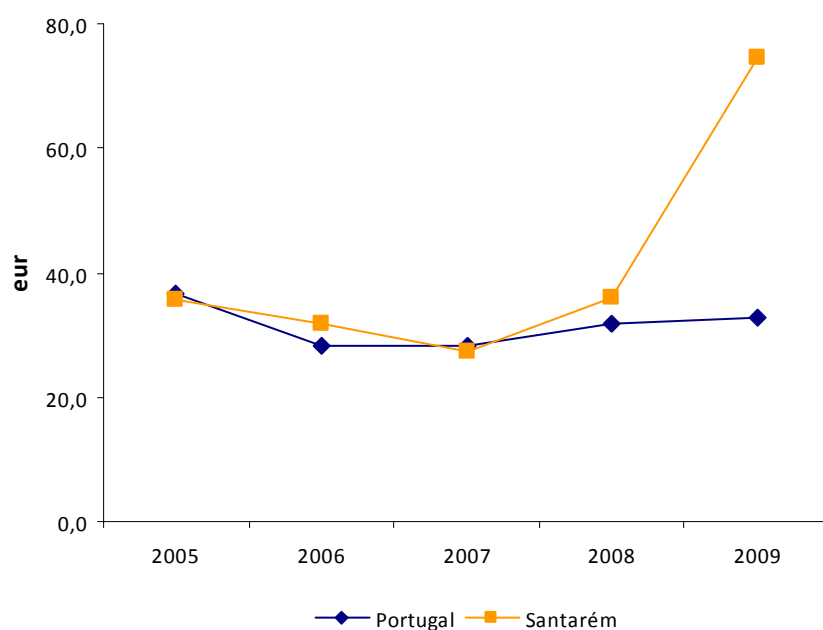
Gráfico 8 – Poder de compra *per capita* (2000-2009)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

As despesas *per capita* totais com jogos e desportos do Município de Santarém evidenciam uma tendência crescente entre 2009 e 2007, situando-se em valores superiores ao total nacional de forma consistente.

Gráfico 9 – Despesas municipais *per capita* em jogos e desporto (2005-2009)

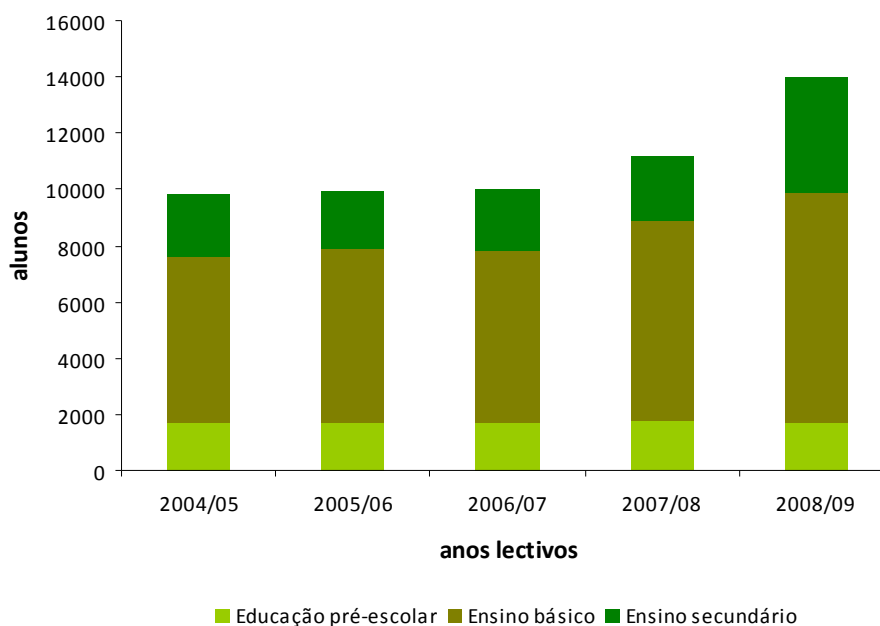


Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

13.3. ENSINO

O número de alunos matriculados no ensino pré-escolar, básico e secundário no Município de Santarém, aumentou 43,3% entre os anos letivos 2004/05 e 2008/09. Apesar de se verificar a tendência de aumento em todos os ciclos, o ensino secundário praticamente duplicou o número de alunos inscritos. O ensino pré-escolar manteve-se estável, registando um crescimento marginal de 2,5%. Apesar do crescimento de 37,3%, o número de alunos inscritos no ensino básico diminuiu o seu peso relativo no período em análise, contribuindo com, aproximadamente, 58% do total do número de alunos inscritos no Município de Santarém no ano letivo 2008/09.

Gráfico 10 – Nº de alunos matriculados



Fonte: Gabinete de Estatística e Planeamento do Ministério da Educação (GEPE)

Analisando alguns indicadores de escolaridade à data dos Censos de 2001, é possível constatar que os níveis de instrução em Portugal sofreram uma evolução positiva entre 1991 e 2001, como seria de esperar. Os indicadores do Município de Santarém demonstram valores ligeiramente mais favoráveis do que a média nacional, à exceção da taxa de analfabetismo. Estabelecendo a comparação com a sub-região Lezíria do Tejo, os níveis atingidos são razoavelmente melhores.

Tabela 7 – Indicadores de escolaridade (Censos 2001)

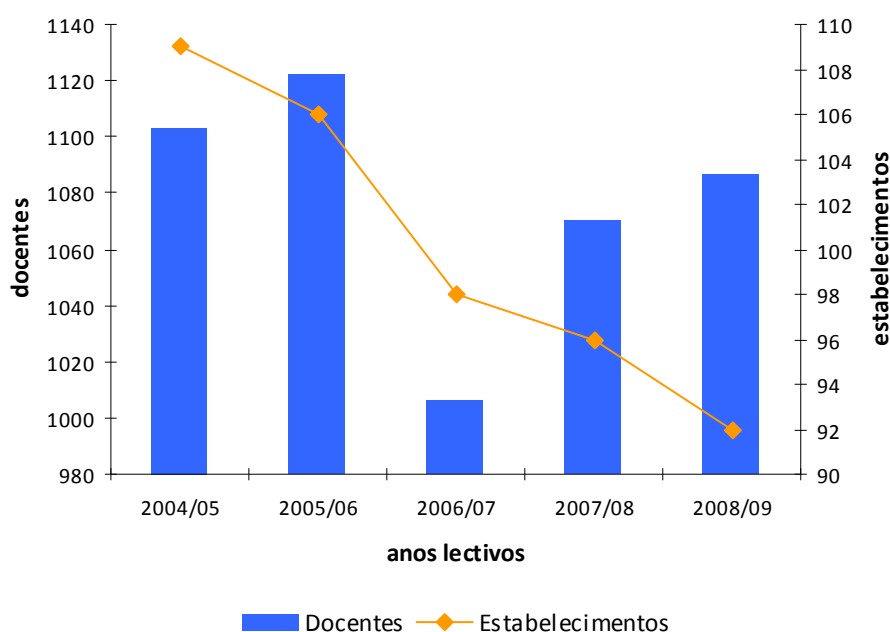
	Portugal	Lezíria do Tejo	Santarém
Taxa de analfabetismo			
2001	9,0	13,0	9,9
1991	11,0	16,4	12,0
Proporção da população residente com pelo menos a escolaridade obrigatória			
2001	38,0	33,0	39,5
1991	22,7	17,7	24,1
Proporção da população residente com ensino superior completo			
2001	8,6	5,9	9,3
1991	4,1	2,2	4,1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

O número de estabelecimentos de ensino existentes no Município de Santarém registou um decréscimo entre os anos letivos 2004/05 e 2008/09. Esta tendência será consequência das políticas governamentais de encerramento de estabelecimentos de ensino com reduzido número de alunos e da construção de centros escolares que concentram alunos de vários estabelecimentos de ensino numa determinada zona geográfica.

O número de docentes no Município de Santarém manteve-se relativamente estável no período em análise, apesar do forte decréscimo no ano letivo 2006/07, aproximadamente 10%.

Gráfico 11 – Nº de docentes e de estabelecimentos de ensino



Fonte: Gabinete de Estatística e Planeamento do Ministério da Educação (GEPE)

13.4. TURISMO

Em 2010, 6 dos 16 estabelecimentos hoteleiros da sub-região Lezíria do Tejo estavam localizados no Município de Santarém, correspondendo a aproximadamente 45% da capacidade total de alojamento, do número de hóspedes e de dormidas da sub-região, o que diz bem da importância do Concelho para a indústria hoteleira, na zona geográfica onde está inserido. No entanto, a taxa líquida de ocupação das camas disponíveis é similar, aproximando-se dos 22%, ficando muito aquém dos 38,7% do total nacional.

De facto, a comparação dos valores de Santarém com a realidade de Portugal, comprova a expressão reduzida que o Município possui, isto é, cerca de 0,2% dos estabelecimentos hoteleiros e 0,1% do total de dormidas, a nível nacional.

Tabela 8 – Indicadores de turismo

2010	Unidade	Portugal	Lezíria do Tejo	Santarém
Hóspedes	N.º	13.537.040	63.070	27.361
Proporção de hóspedes estrangeiros	%	50,5	19,2	26,1
Estabelecimentos hoteleiros	N.º	2.011	16	6
Capacidade de alojamento	N.º camas	279.506	1.232	563
Capacidade de alojamento por 1000 hab.	N.º camas/1000	26,3	4,9	8,9
Dormidas	N.º	37.391.291	99.225	44.428
Estada média	Dias	2,8	1,6	1,6
Taxa líquida de ocupação cama	%	38,7	22,3	21,9

Fonte: Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria (INE)

A análise dos indicadores de índole económica, social e demográfica do Município de Santarém demonstram uma evolução positiva, não raras vezes significativa. A comparação com os valores da sub-região Lezíria do Tejo, permite concluir que Santarém regista valores significativamente melhores na maioria das vezes, reforçando o estatuto de capital do distrito. Relativamente aos valores registados pelo total do País, o Município situa-se acima ou em linha com a média nacional.

13.5. DESPORTO

Nos anos de 2009 e 2010, foram concluídos dois estudos relativos à prática e procura desportivas no Concelho de Santarém⁶. O primeiro incidiu sobre a população com idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos de idade, ou seja, população em idade escolar (doravante grupo 1). O segundo abarcou vários grupos etários, nomeadamente entre os 15 e os 74 anos de idade (doravante grupo 2). Entendeu-se que ambos os estudos seriam fundamentais para a política desportiva municipal porque disponibilizariam informação estruturada acerca dos comportamentos e características da participação desportiva local, com a finalidade de apoiar o processo de tomada de decisão relativo à conceção das políticas, programas e projetos de desenvolvimento do desporto que contribuam para o aumento da participação dos cidadãos em atividades físicas e desportivas (Prática e Procura Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos). Seguidamente, apresentam-se algumas informações com base nos dois estudos mencionados anteriormente.

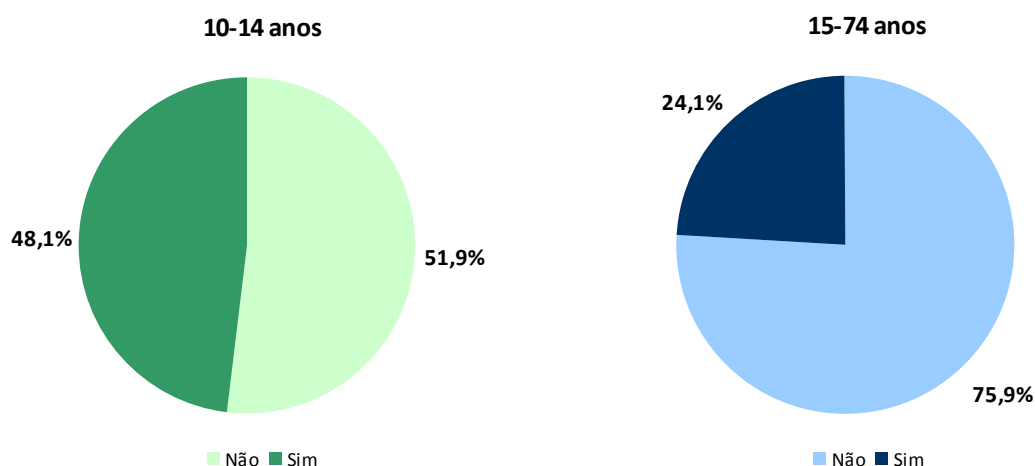
13.5.1. INDICADORES DE ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA

A prática de atividade física e desportiva abrangeu cerca de 48,1% do grupo 1 e 24,1% do grupo 2⁷. Comparativamente com os resultados do Eurobarómetro mencionados no número 6, o índice de participação desportiva do grupo 2 situa-se razoavelmente abaixo da média do País.

⁶ Ver anexo 5.

⁷ Grupo 1 - prática em contexto extraescolar; Grupo 2 – prática nas 4 semanas anteriores ao inquérito.

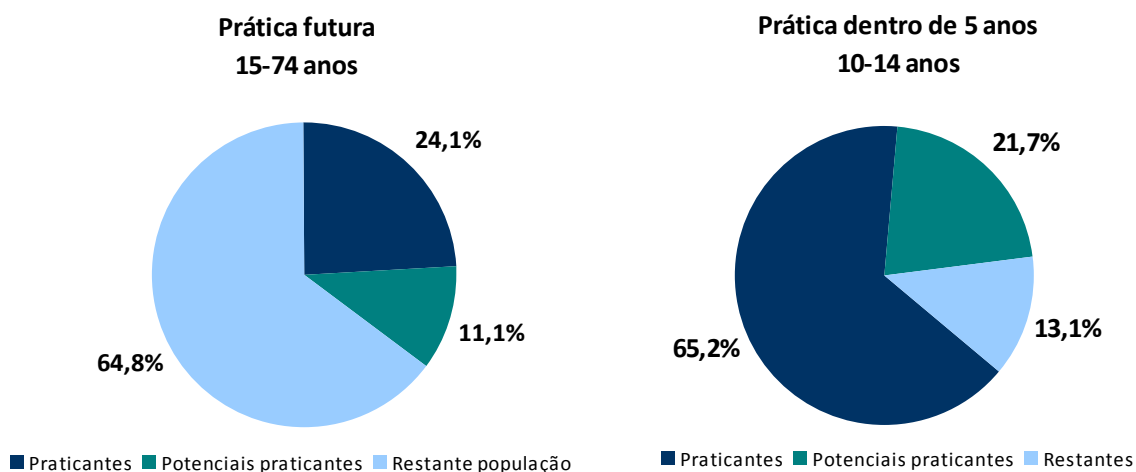
Gráfico 12 – Prática de atividade física e desportiva



Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudos dos 10 aos 14 anos e dos 15 aos 74 anos

No entanto, 11,1% dos atuais não praticantes mostrou disposição para iniciar a prática, o que corresponde a um índice de participação desportiva potencial de 35,2%, o que significa que o Concelho situar-se-ia acima da média nacional registada no Eurobarómetro, caso a totalidade dos potenciais praticantes aderisse à prática de atividade física e desportiva regular. Relativamente aos indivíduos do grupo 2, 65,1% revelou que será expectável a manutenção ou adoção da prática desportiva nos 5 anos seguintes, enquanto que 21,7% não sabem se irão fazê-lo, independentemente do contexto (escolar ou não escolar).

Gráfico 13 – Prática futura



Fonte: Inquéritos aos hábitos desportivos da população de Santarém

Tabela 9 – Índices de prática desportiva

Índices de prática	Santarém, 2008 (%)	Portugal, 1998, Mariovet 2001 (%)	Observações
Índices de base			
Índice de participação desportiva	24,1	23,0	Praticantes de atividade física e desportiva nas últimas 4 semanas
Índice de abrangência	57,6	57,0	Praticantes atuais + ex-praticantes
Índice de fidelidade	41,8	41,0	Praticantes atuais / (praticantes atuais + ex-praticantes)
Índice de abandono	58,2	59,0	Ex-praticantes / (praticantes atuais + ex-praticantes)
Índices ligados ao tempo			
Índice de intensidade	2h 42min.	4h 55min.	Nº de horas de prática por semana e por indivíduo
Índices de procura			
Índice de procura	35,2	27,0	Atuais praticantes + potenciais praticantes
Índice de procura não satisfeita	11,1	4,0	Potenciais praticantes
Fator de expansão	1,46	1,2	Índice de procura / índice de participação desportiva
Âmbito de prática			
Desporto de competição federado	5,8	4,0	Praticantes de desporto federado / população total
Desporto de competição federado no total dos praticantes	21,1	11,0	Praticantes de desporto federado / praticantes de atividade física e desportiva

Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos e Mariovet 2001

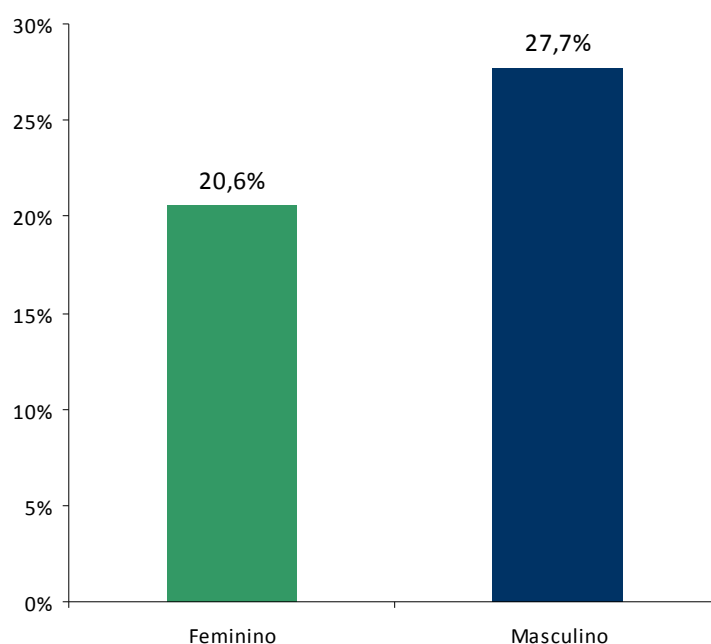
13.5.2. PERFIL SOCIAL DOS PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA

13.5.2.1. GÉNERO

Proporcionalmente, os homens atingiam um nível superior de prática desportiva. Cerca de 27,7% dos habitantes do sexo masculino praticavam atividade física e desportiva, sendo que o sexo feminino evidenciou 20,6% de respostas positivas⁸.

⁸ Informação disponível apenas para o grupo 1.

Gráfico 14 – Prática desportiva por género (15-74 anos)



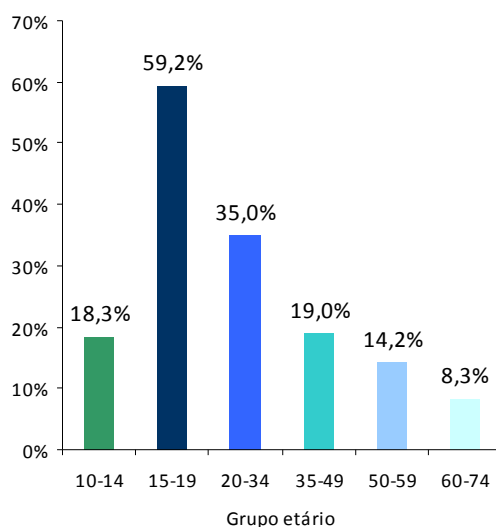
Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

13.5.2.2. GRUPO ETÁRIO

O grupo etário que apresentou um maior índice de participação desportiva foi o de 15-19 anos, cerca de 59,2%. Este indicador diminui com o aumento da idade, sendo essa tendência mais acentuada entre os 20-34 anos e os 35-49 anos (o índice é 45,7% menor no segundo caso). O grupo etário de idade mais avançada, 60-74 anos, registou um índice de participação desportiva de 8,3%. Finalmente, no grupo etário entre os 10-14 anos, cerca de 18,3% afirmou praticar atividade física.

De modo a aumentar a prática desportiva no Concelho, no mínimo, para níveis próximos da média nacional e dado o potencial mencionado anteriormente, sugere-se a aposta no desenvolvimento da participação em atividades físicas e desportivas do grupo etário que regista a maior quebra no índice de prática desportiva, isto é, 35-49 anos. Tal como referido no número 13.1., é o grupo etário com maior representatividade no total da população do Concelho. Trata-se dum conjunto de pessoas em idade fisicamente ativa, normalmente com uma situação familiar e profissional consolidada e com poder de compra. Adicionalmente, muitos deles terão filhos jovens, os quais poderiam ser motivados para a prática desportiva, quer de forma independente, quer privilegiando as experiências desportivas em família.

Gráfico 15 – Prática desportiva por idade

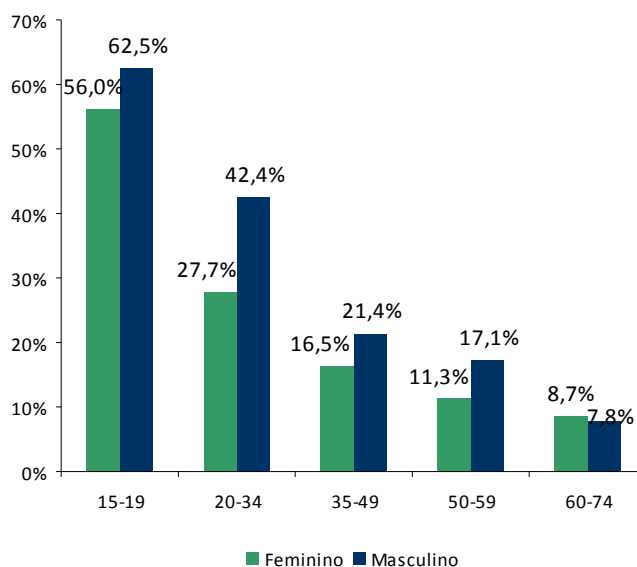


Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudos dos 10 aos 14 anos e dos 15 aos 74 anos

13.5.2.3. GÉNERO E GRUPO ETÁRIO

Praticamente em todos os grupos etários, os homens suplantam as mulheres na prática de atividade física e desportiva, exceção feita ao grupo etário com mais idade (embora com uma diferença pouco expressiva). A maior discrepância verifica-se no grupo etário 20-34 anos, no qual o índice regista diferença positiva de 53,1% a favor do sexo masculino.

Gráfico 16 – Prática desportiva por idade e género (15-74 anos)

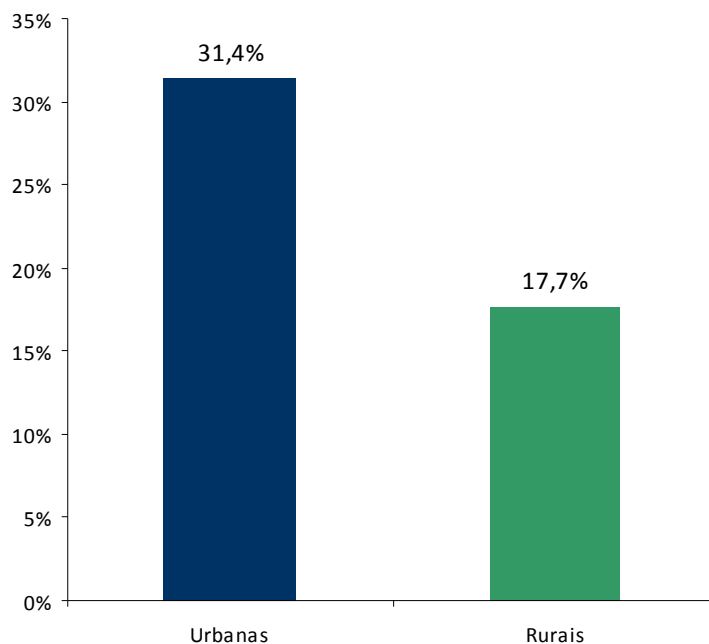


Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

13.5.2.4. AGRUPAMENTO DE FREGUESIAS

Os residentes nas freguesias urbanas afirmaram praticar atividades físicas e desportivas em 31,4% dos casos. No tocante às freguesias rurais, 17,7% responderam positivamente, ou seja, o índice de prática desportiva é cerca de 77% inferior.

Gráfico 17 – Prática desportiva por agrupamento de freguesias (15-74 anos)

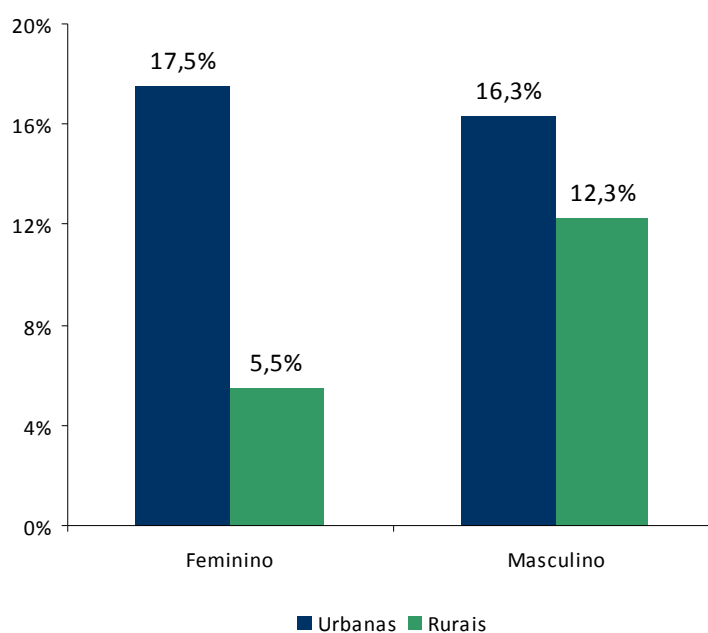


Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

13.5.2.5. GÉNERO E AGRUPAMENTO DE FREGUESIAS

A participação desportiva das mulheres nas freguesias urbanas é superior à dos homens. No entanto, nas freguesias rurais, a participação desportiva dos homens é mais do dobro, resultando na globalidade uma participação desportiva superior no sexo masculino. Sugere-se a aposta no desenvolvimento da participação em atividades físicas e desportivas para o sexo feminino, nas freguesias rurais, de modo a aumentar a participação em atividades físicas e desportivas no Concelho.

Gráfico 18 – Prática desportiva por género e agrupamento de freguesias (15-74 anos)

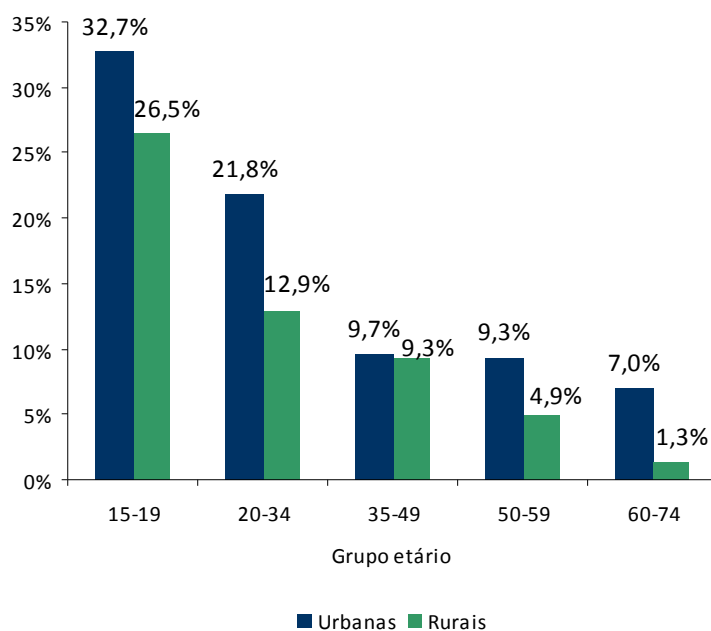


Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

13.5.2.6. GRUPO ETÁRIO E AGRUPAMENTO DE FREGUESIAS

Todos os grupos etários apresentam uma participação desportiva superior nas freguesias urbanas. De facto, a discrepância entre agrupamento de freguesias é menos relevante apenas nos segmentos 15-19 anos e 35-49 anos, sendo neste último marginal. Aliás, a menor participação no grupo etário 35-49 anos parece estar relacionada com o fator idade e não com a freguesia de residência, justificando a aposta no desenvolvimento da participação desportiva deste grupo etário, sugerida anteriormente no âmbito da análise por grupo etário, neste mesmo número. Finalmente, uma referência ao índice de participação desportiva bastante reduzido nas freguesias rurais, nos grupos etários com idade igual ou superior a 50 anos, potencialmente reveladora da falta de oferta, justificando pois ações que permitam incrementar essa participação.

Gráfico 19 – Prática desportiva por idade e agrupamento de freguesias (15-74 anos)



Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

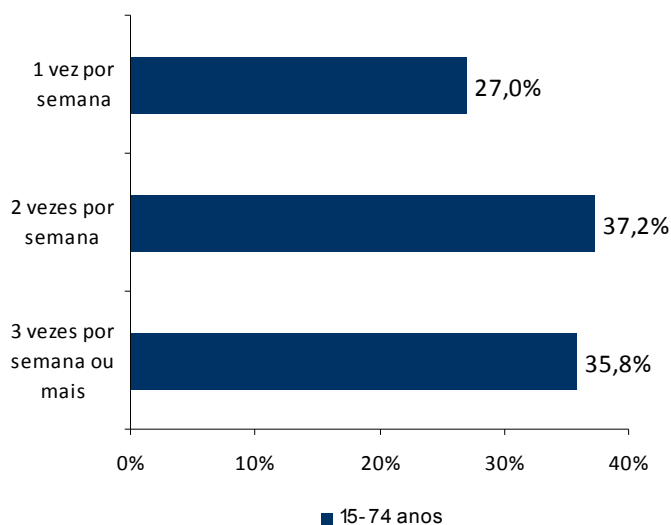
13.5.3. INTENSIDADE DA PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA

13.5.3.1. FREQUÊNCIA

Relativamente ao grupo 2, cerca de 35,8% dos indivíduos que praticaram atividade física e desportiva afirmaram fazê-lo 3 ou mais vezes por semana. Por outro lado, 27% desenvolve a sua prática 1 vez por semana.

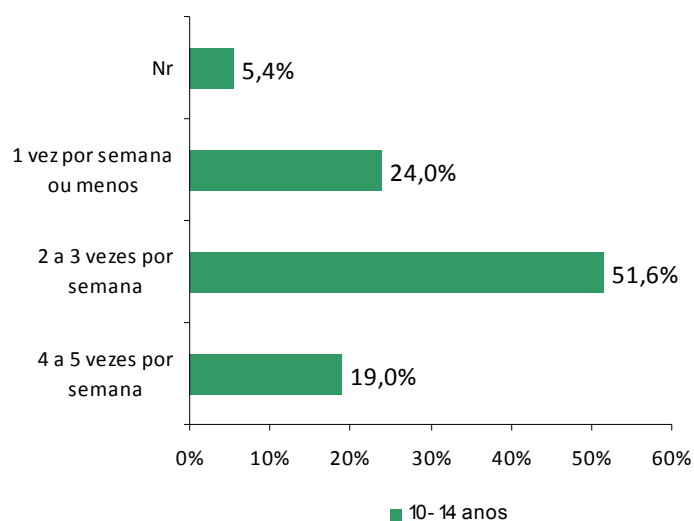
No que respeita ao grupo 1, 70,6% dos praticantes de atividade física e desportiva efetuam pelo menos 2 sessões semanais.

Gráfico 20 – Frequência da prática desportiva (15-74 anos)



Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

Gráfico 21 – Frequência da prática desportiva (10-14 anos)



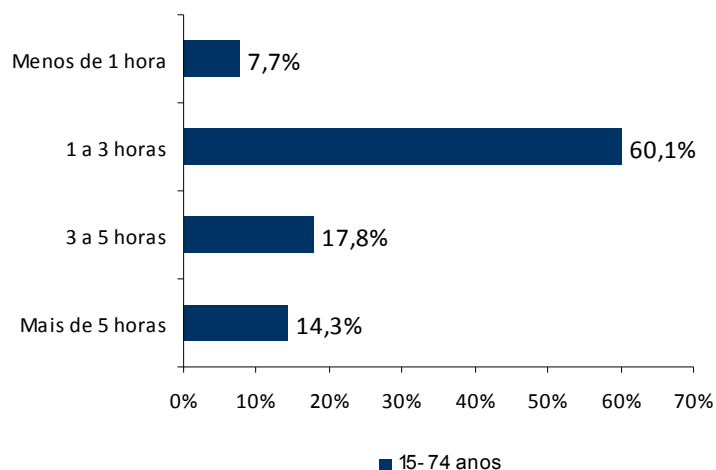
Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 10 aos 14 anos

13.5.3.2. DURAÇÃO

O número de horas semanais dispendidas pela maioria dos indivíduos do grupo 2 na prática de atividade física e desportiva foi entre 1 a 3 horas. Cerca de 32,1% dos indivíduos realiza 3 ou mais horas de prática semanal, dos quais 14,3% supera mais de 5 horas. Por outro lado, 7,7% efetua menos de 1 hora de prática desportiva semanal.

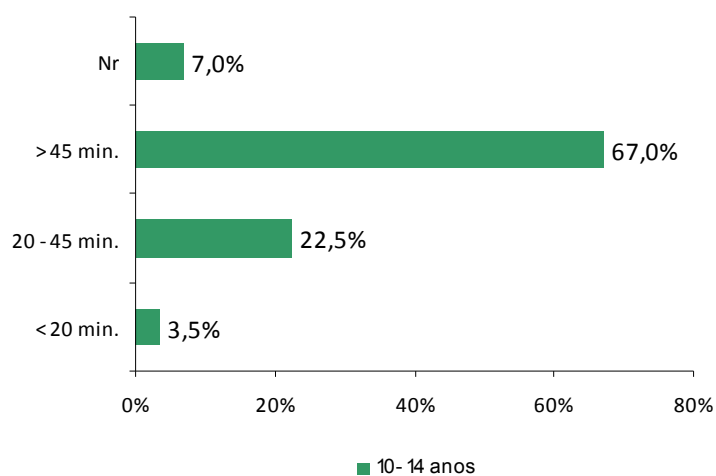
Relativamente ao grupo 1, 67% dos inquiridos revelou que cada sessão tem uma duração média superior a 45 minutos.

Gráfico 22 – Duração da prática desportiva (15-74 anos)



Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

Gráfico 23 – Duração da prática desportiva (10-14 anos)



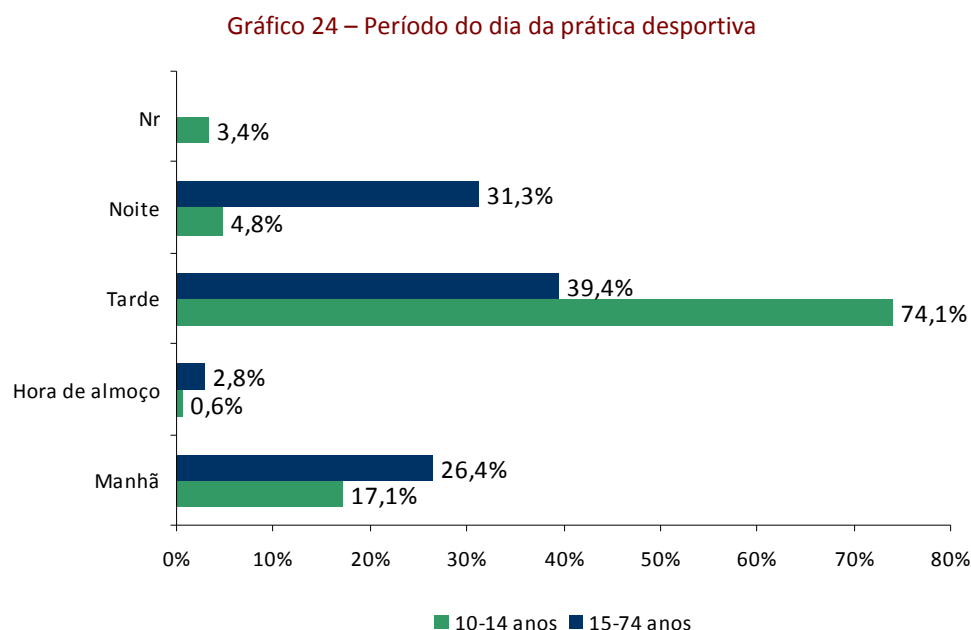
Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 10 aos 14 anos

13.5.3.3. PERÍODO DO DIA

Os indivíduos do grupo 2 realizam a prática de atividade física e desportiva maioritariamente de tarde ou de noite (70,7%). O período da manhã é preferencial para 26,4% dos inquiridos.

Quando ao grupo 1, 74,1% desenvolve a prática no período da tarde. Apenas 4,8% utilizam preferencialmente o período da noite.

Os períodos da tarde e noite são utilizados pela larga dos indivíduos inquiridos nos 2 grupos, sendo que o período da tarde é o mais utilizado por ambos.



Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudos dos 10 aos 14 anos e dos 15 aos 74 anos

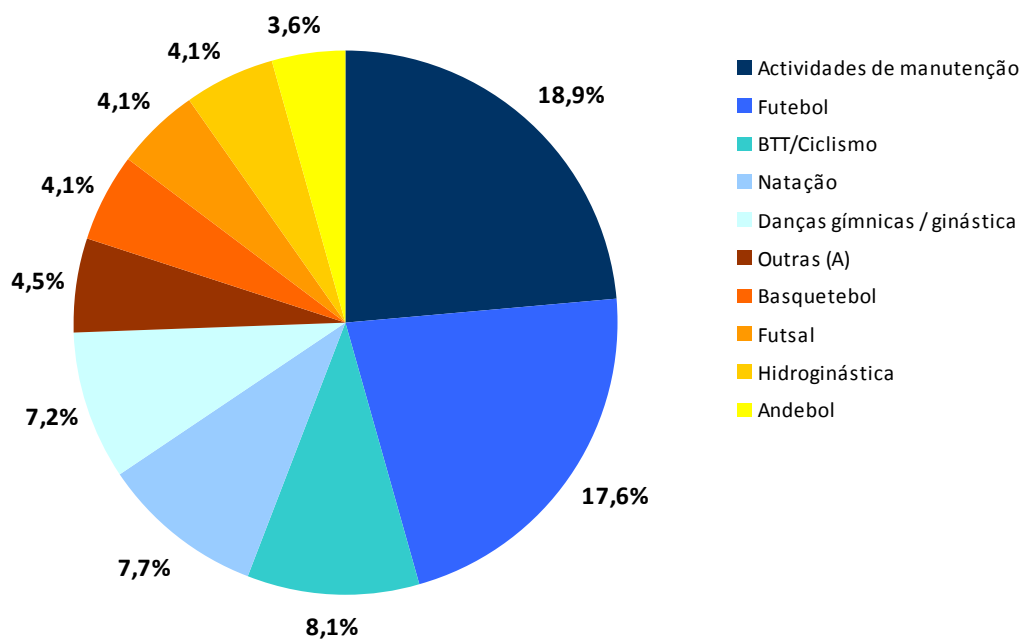
13.5.4. ATIVIDADES PRATICADAS

As atividades mais praticadas pelos indivíduos do grupo 2 são, por ordem decrescente, as Atividades de manutenção⁹ e o Futebol, registando 36,5% em conjunto. Seguem-se o BTT/Ciclismo, Natação e Danças gímnicas / ginástica, com um total de 23,0%.

O grau de diferenciação das modalidades praticadas é de 1,2, isto é, cada indivíduo pratica em média 1,2 modalidades.

⁹ Inclui jogging, caminhada e musculação.

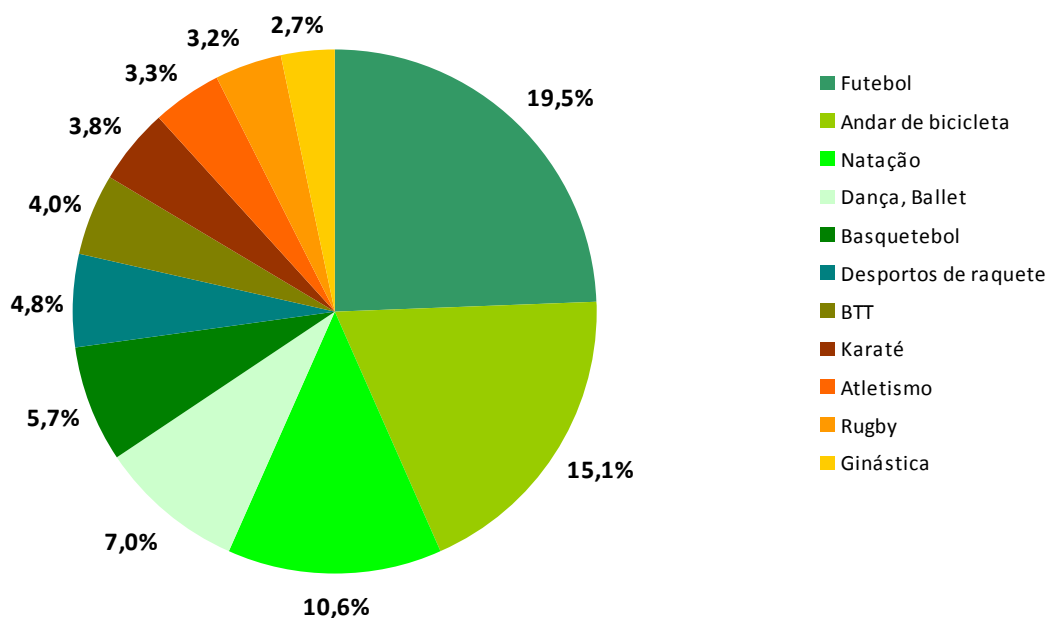
Gráfico 25 – Atividades praticadas (15-74 anos)



Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

No que se refere ao grupo 1, as atividades mais praticadas, por ordem decrescente, são Futebol, Bicicleta e Natação, totalizando 45,2%. De seguida, a Dança/Ballet, Basquetebol e Desportos de raquete, que totalizam 17,5%. De realçar o Karaté, o Atletismo e o Rugby, modalidades que não figuram nas mais praticadas pelo grupo 2 e que totalizam em conjunto 10,3% das atividades praticadas pelo grupo 1.

Gráfico 26 – Atividades praticadas (10-14 anos)

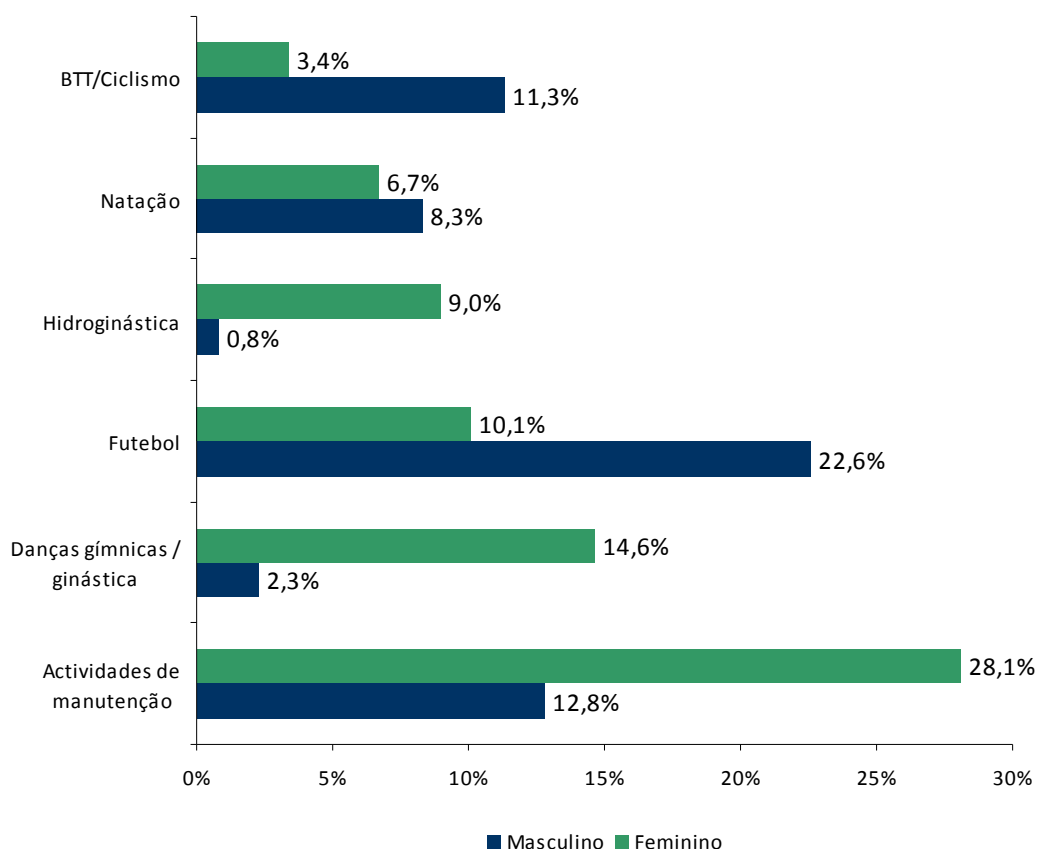


Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 10 aos 14 anos

13.5.4.1. GÉNERO

As atividades mais praticadas pelas mulheres são Atividades de manutenção, Danças gímnicas / ginástica e Hidroginástica. Relativamente aos homens, as atividades que têm maior peso na prática de atividades físicas e desportivas são o Futebol, Atividades de manutenção e BTT/Ciclismo. Proporcionalmente, a prática de NataçãO é semelhante em ambos sexos.

Gráfico 27 – Atividades praticadas por género (15-74 anos)



Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

13.5.4.2. GRUPO ETÁRIO

As atividades mais praticadas nos segmentos etários entre os 15 e os 34 anos são o Futebol e as Atividades de manutenção. A partir dos 35 anos, à medida que a idade avança, a prática do Futebol é gradualmente reduzida, sendo substituída pelas Atividades de manutenção, Natação e Hidroginástica como as modalidades mais praticadas.

Tabela 10 – Atividades físicas e desportivas praticadas, por idade

15-19 anos	20-34 anos	35-49 anos	50-59 anos	60-74 anos
Futebol	Futebol	Atividades de manutenção	Atividades de manutenção	Hidroginástica
Atividades de manutenção	Atividades de manutenção	Natação		
Futsal	BTT/Ciclismo	Futebol		

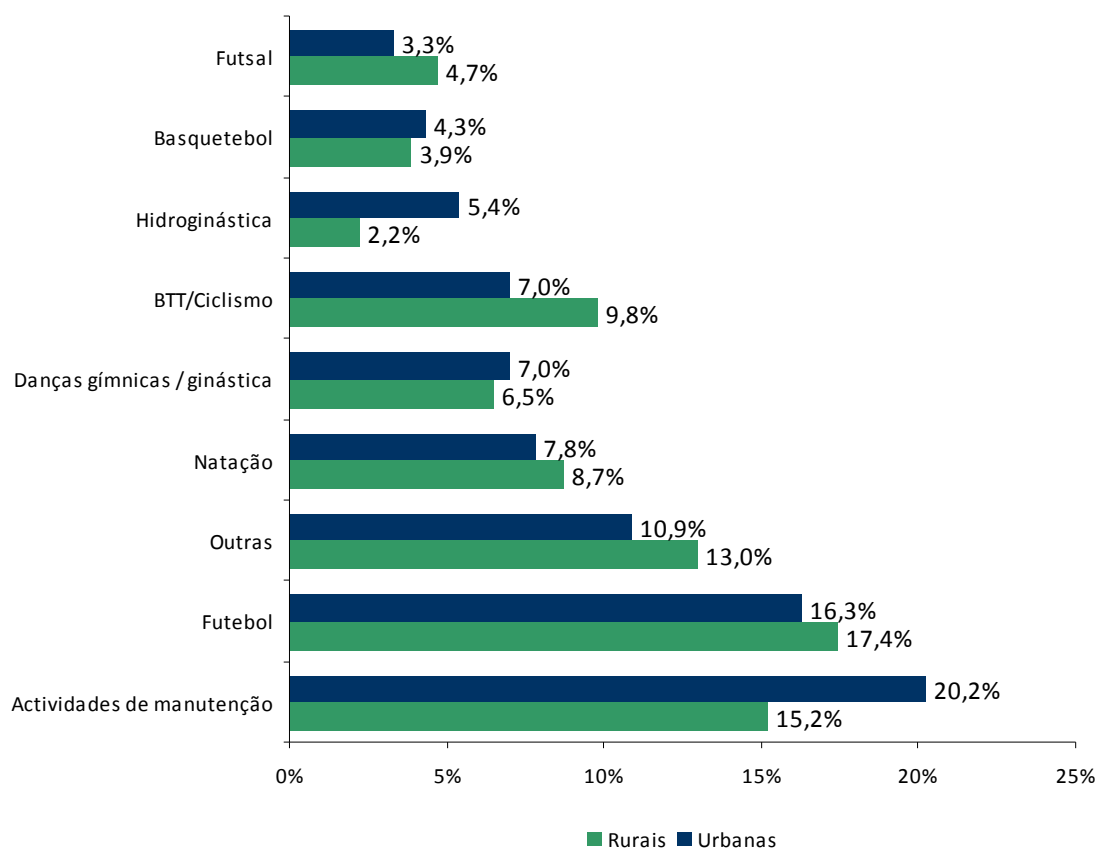
Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

13.5.4.3. AGRUPAMENTO DE FREGUESIAS

As modalidades mais praticadas nas freguesias urbanas são as atividades de manutenção, Futebol e Natação. Nas freguesias rurais, as atividades com maior representatividade são o Futebol, Atividades de manutenção e BTT/Ciclismo.

Proporcionalmente, verificam-se maiores discrepâncias entre os dois tipos de agrupamento de freguesias nas Atividades de manutenção e Hidroginástica (freguesias urbanas) e no BTT/Ciclismo (freguesias rurais).

Gráfico 28 – Atividades praticadas por agrupamento de freguesias (15-74 anos)

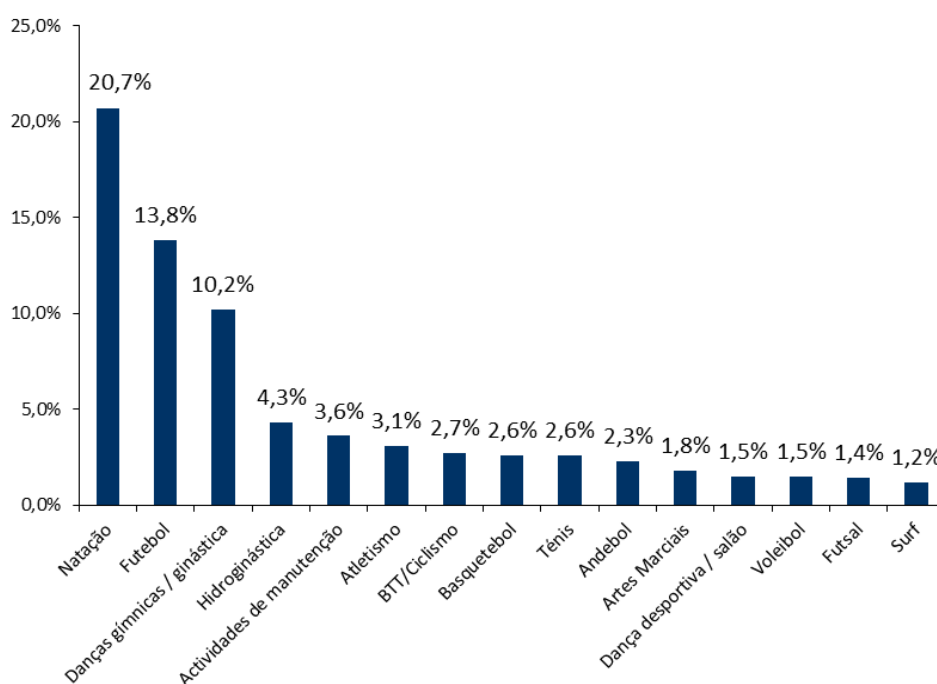


Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

13.5.5. ATIVIDADES PRETENDIDAS

Os potenciais praticantes de atividade física e desportiva do grupo 2 (11,1% da amostra), manifestaram preferência por iniciar a prática de diversas modalidades, sendo que em primeiro lugar surgiu a Natação (20,7%), seguida pelo Futebol (13,8%), Danças gímnicas / ginástica (10,2%), Hidroginástica (4,3%) e Atividades de manutenção (3,6%). De salientar a preferência pelo Atletismo (3,6%), modalidade que não surge entre as mais praticadas atualmente. De mencionar ainda que 13,5% dos inquiridos revelou preferência por outras atividades¹⁰ que não constam do Gráfico 27.

Gráfico 29 – Atividades pretendidas (15-74 anos)

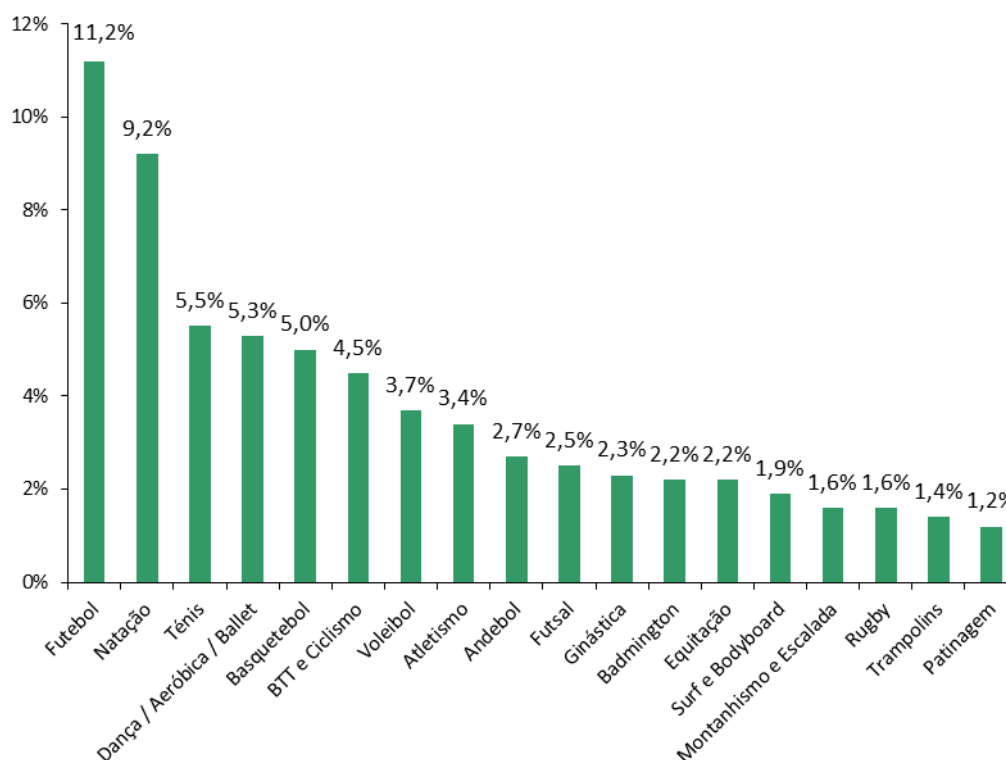


Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

Quanto ao grupo 1, a procura potencial (21,7%) revelou uma menor dispersão entre as modalidades, no entanto, o Futebol (11,2%) e a Natação (9,2%) surgem também como as mais pretendidas. De seguida, foram citadas atividades que não figuram nas pretensões do grupo 2, nomeadamente Ténis (5,5%), Dança / Aeróbica / Ballet (5,3%) e Basquetebol (5,0%). Finalmente, 14,0% dos jovens inquiridos, pretendiam outras atividades não representadas no Gráfico 28.

¹⁰ Conjunto de atividades que individualmente representam valores até 1% de preferências.

Gráfico 30 – Atividades pretendidas (10-14 anos)



Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 10 aos 14 anos

13.5.5.1. GÉNERO

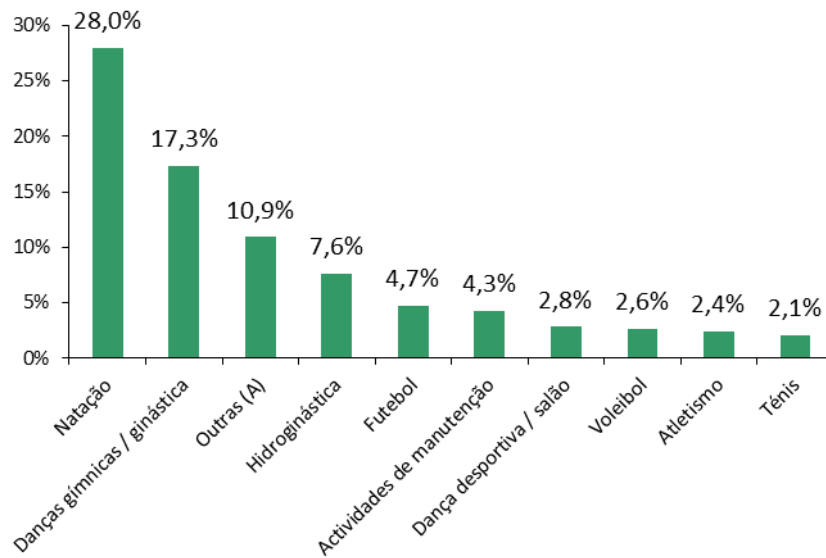
Relativamente às atividades pretendidas pelos indivíduos do grupo 2 tendo em conta o género, as mulheres revelaram pretensão de praticar atividades físicas e desportivas envolvendo o meio aquático e de ginásio. A atividade preferencial foi a Natação (28,0%), seguida das Danças gímnicas / Ginástica (17,3%), Hidroginástica (7,6%). Referência ainda para as Atividades de manutenção como caminhar e jogging (4,3%).

Já o sexo masculino manifestou preferências por atividades com maior nível de institucionalização como o Futebol (28,1%), BTT/Ciclismo (4,3%), Atletismo (3,6%), Ténis e Basquetebol (3,1%) e Andebol (2,8%). No entanto, é de assinalar a pretensão quanto à Natação (13,8%) e as Danças gímnicas / Ginástica (4,3%).

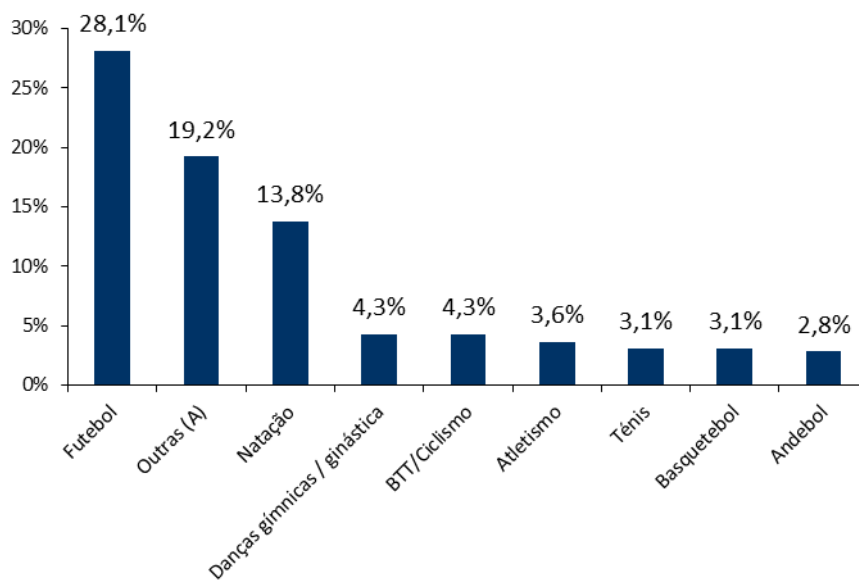
Dada a sua relevância, impõe-se uma referência ao peso das respostas que incidiram sobre Outras atividades, que individualmente representam menos de 1%, isto é, 10,9% no caso das mulheres e 19,2% no caso dos homens.

Gráfico 31 – Atividades pretendidas por género (15-74 anos)

Feminino



Masculino



Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

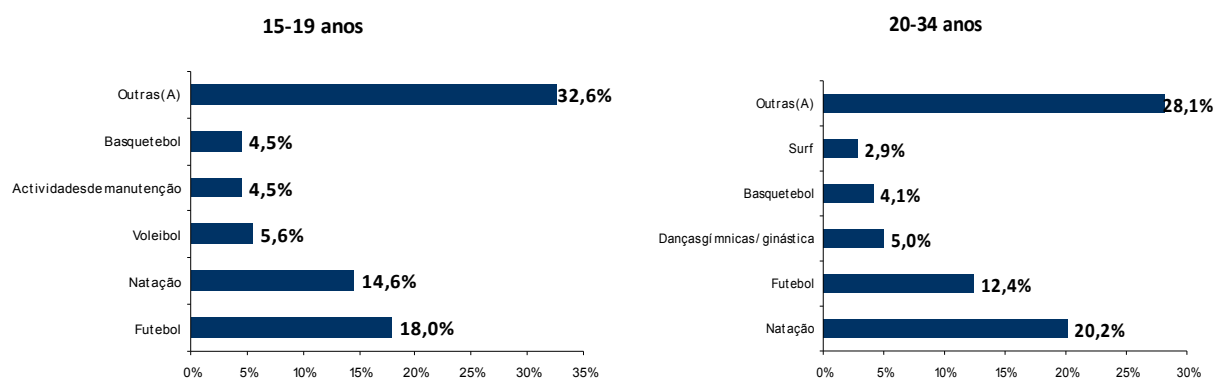
13.5.5.2. GRUPO ETÁRIO

Em todos os grupos etários, a modalidade mais pretendida é a Nataação, à exceção dos 15-19 anos, no qual é superada pelo Futebol. Em terceiro lugar, foram referidas as atividades de Danças gímnicas / ginástica e Hidroginástica em todos os grupos etários, excetuando novamente o grupo etário 15-19 anos, que referiu o Voleibol.

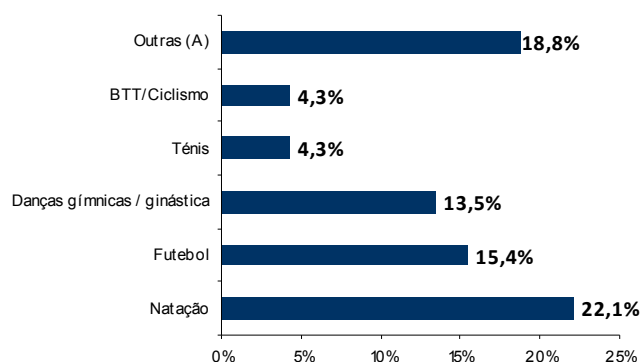
A partir dos 50 anos de idade, a preferência recai sobre modalidades com menor nível de institucionalização, como por exemplo Atividades de manutenção. Os grupos etários com idades inferiores àquela mencionaram atividades como Basquetebol, Ténis, BTT/Ciclismo e Surf.

À medida que a idade avança, a pretensão por Outras modalidades vai diminuindo, denotando uma maior apetência dos mais jovens pela diversificação de experiências em várias modalidades.

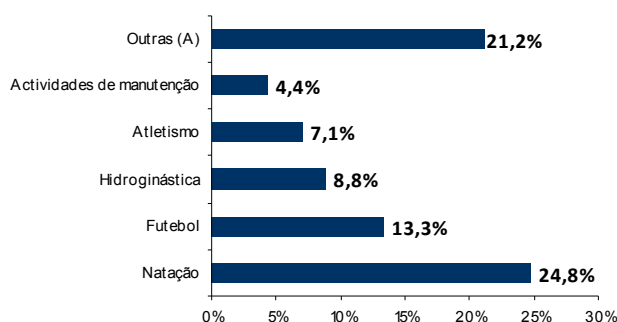
Gráfico 32 – Atividades pretendidas por idade (15-74 anos)



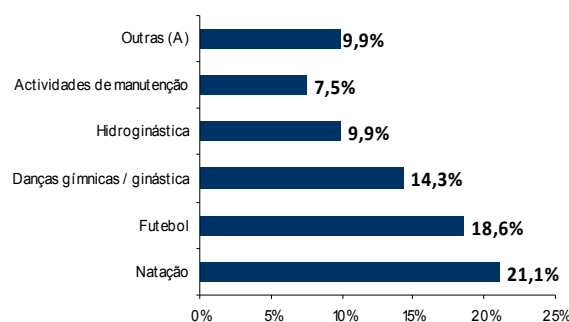
35-49 anos



50-59 anos



60-74 anos



Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

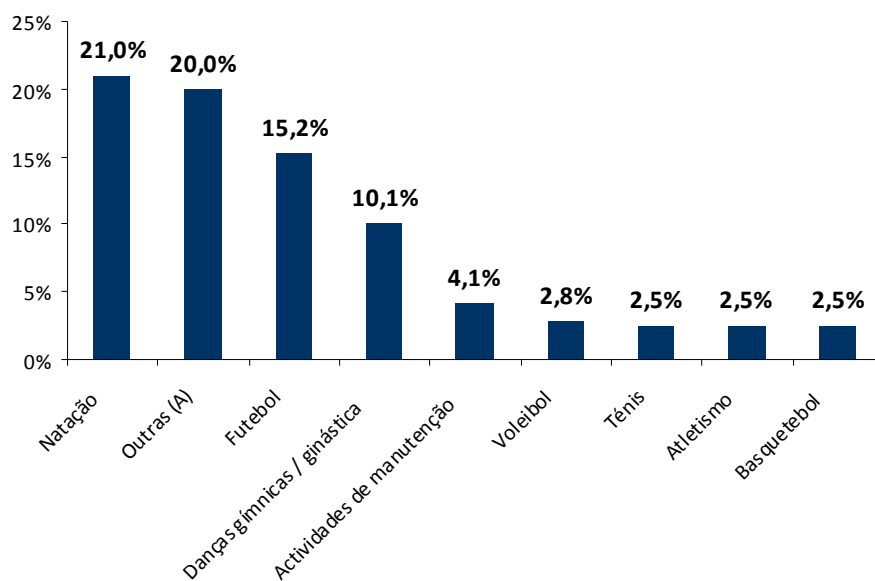
13.5.5.3. AGRUPAMENTO DE FREGUESIAS

As atividades pretendidas em maior número pelos inquiridos do grupo 2, em ambos os agrupamentos de freguesias são a Natação e o Futebol, a primeira nas urbanas e a segunda nas rurais. As Danças gímnicas / ginástica surge como a atividade preferida em terceiro lugar em ambos os agrupamentos (10,1% nas urbanas e 8,9% nas rurais). Nas freguesias urbanas, as atividades de manutenção atingem 4,1%, enquanto que nas freguesias rurais não figuram entre as mais pretendidas. De seguida, foram mencionadas atividades com um maior nível de institucionalização em ambos os tipos de freguesias, tais como, Voleibol, Ténis, Atletismo, Basquetebol e Andebol.

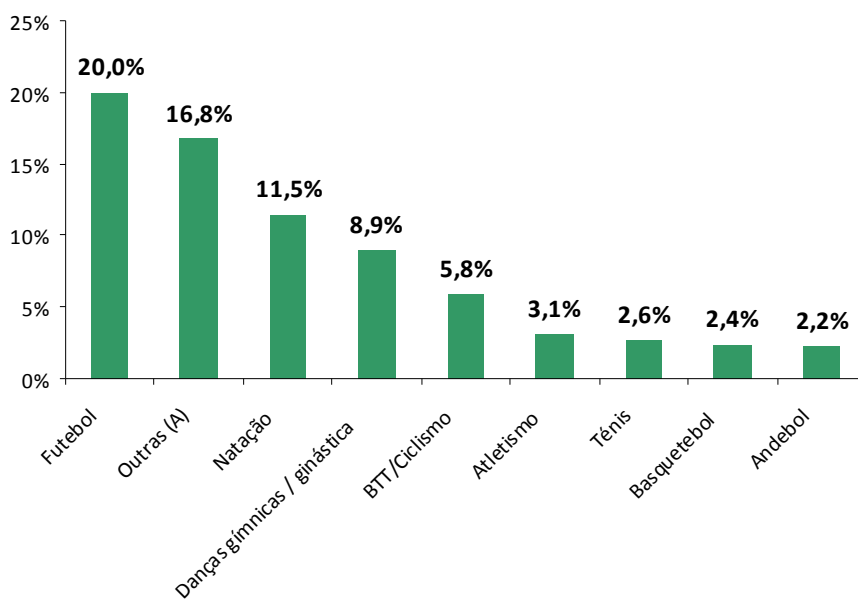
As Outras atividades representam 20% das preferências nas freguesias urbanas e 16,8% nas freguesias rurais.

Gráfico 33 – Atividades pretendidas por agrupamento de freguesias (15-74 anos)

Urbanas



Rurais



Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

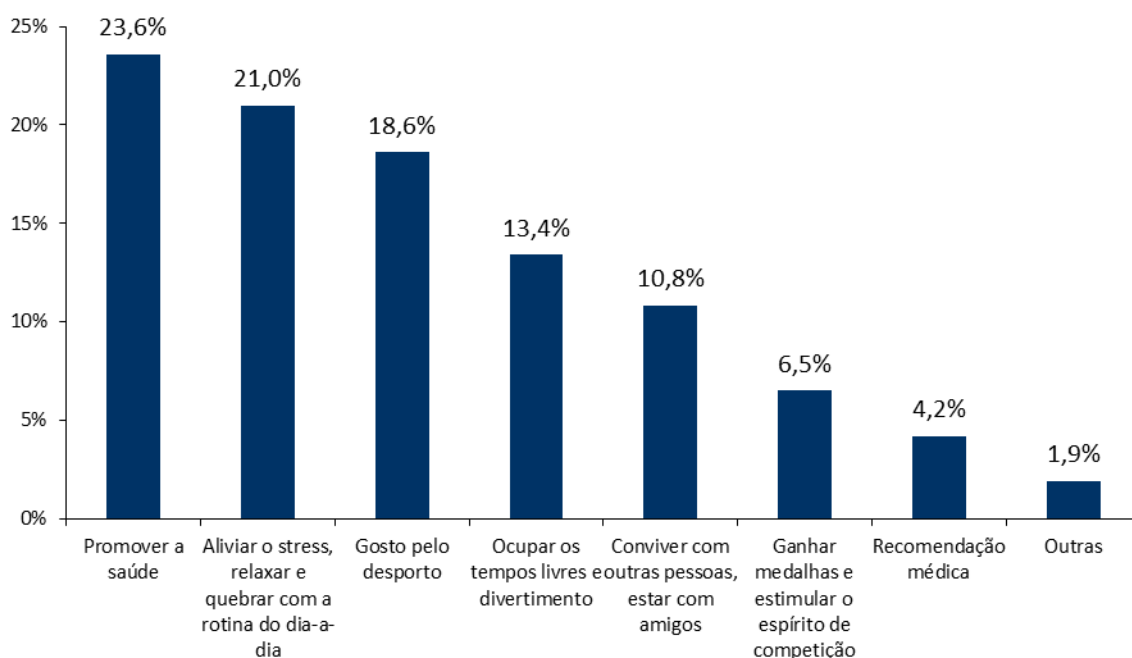
13.5.6. RAZÕES PARA A PRÁTICA

Os inquiridos do grupo 2 mencionaram maioritariamente razões para a prática de atividade física e desportiva relacionada com saúde e bem-estar, possuidoras de um caráter de lazer / informal e associadas a motivações de socialização.

A razão “O gosto pelo desporto” foi referida em 18,6% dos casos, denotando que a prática desportiva é encarada com prazer por uma parcela importante dos inquiridos.

A prática desportiva motivada pelo espírito de competição foi referida em 6,5% dos casos.

Gráfico 34 – Razões para a prática (15-74 anos)



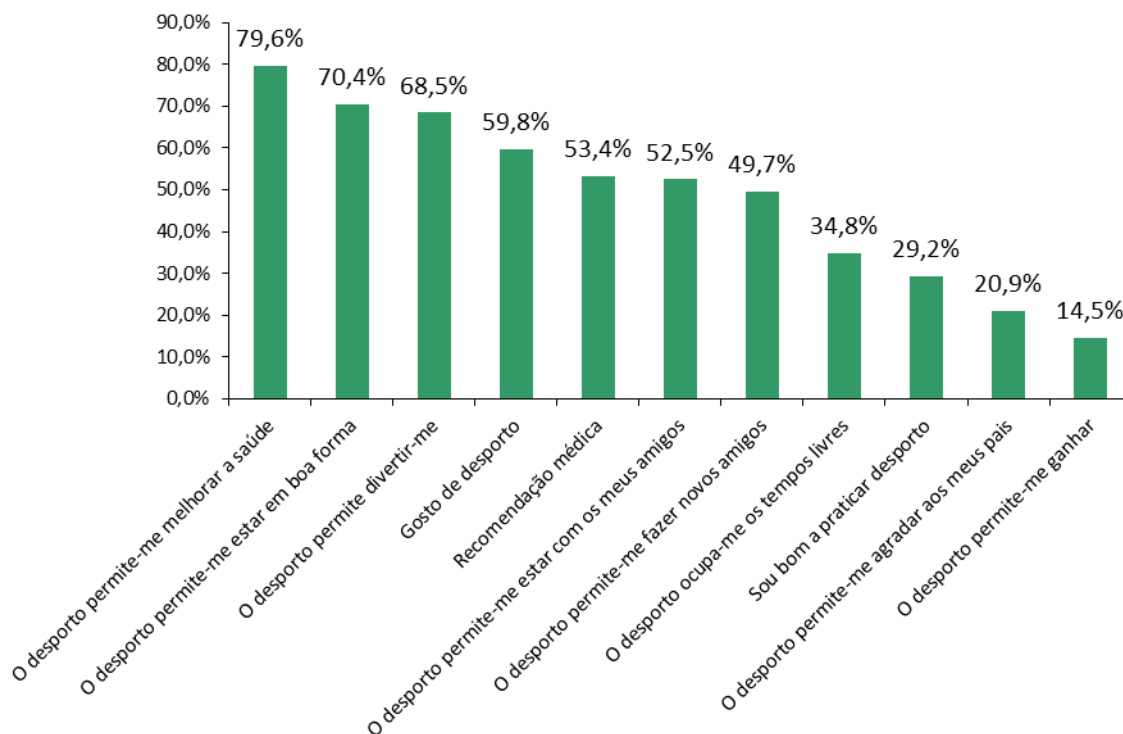
Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

Quanto ao grupo 1, os inquiridos responderam a uma grelha segundo a qual mencionaram o grau de importância que atribuíam às razões para a prática de atividades físicas e desportivas. O gráfico 33 reflete as respostas consideradas como “Muito importantes” e “Bastante importantes”.

As respostas com valores mais elevados verificaram-se nas razões relacionadas com a saúde (acima dos 70%). Seguiram-se razões que denotam o caráter informal / lazer e de socialização que os jovens reconhecem na prática desportiva. A razão “Gosto pelo desporto” foi considerada em 59,8% dos casos, situando-se como a quarta resposta com maior grau de

importância. As razões relacionadas com o espírito de competição foram as que registaram um menor número de respostas positivas.

Gráfico 35 – Razões para a prática (10-14 anos)



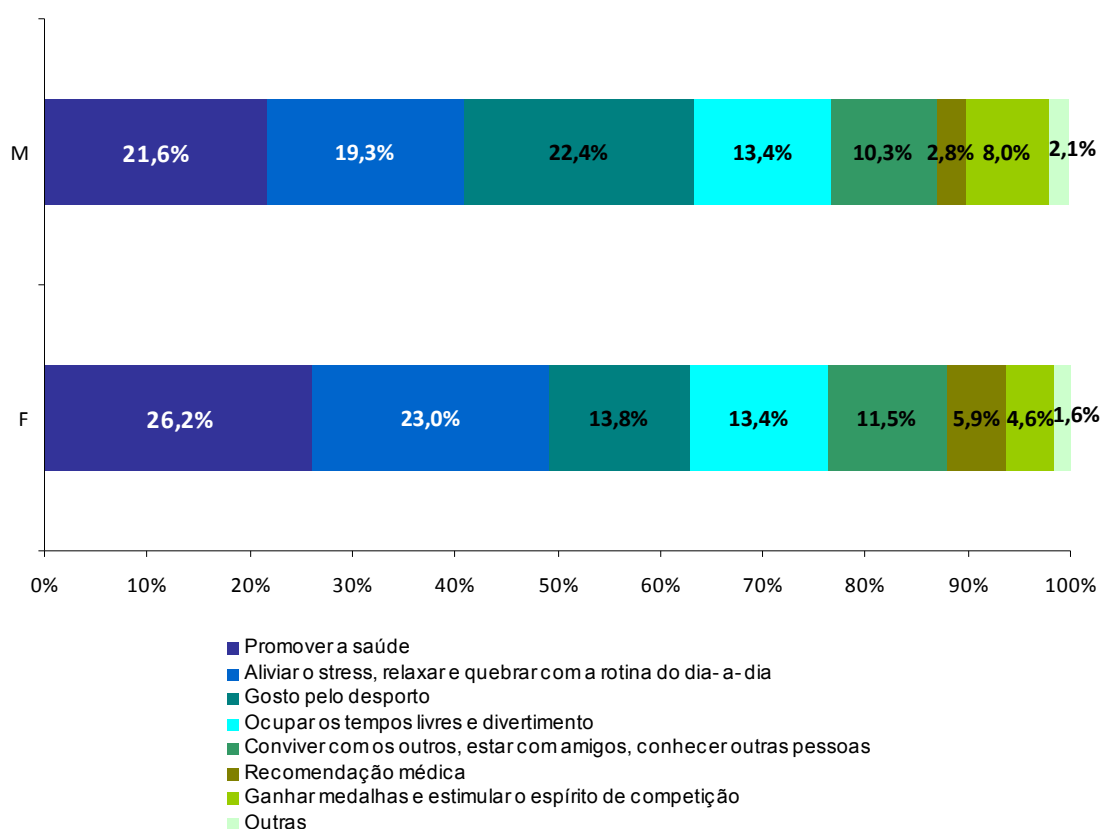
Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 10 aos 14 anos

Analisando as respostas de ambos os grupos, podemos concluir que as razões para a prática de atividade física e desportiva são em tudo semelhantes. A saúde e bem-estar assumem-se como as razões mais importantes, seguidas pelo gosto pelo desporto e em terceiro lugar, a vertente de socialização. As razões relacionadas com a possibilidade de competição foram as que registaram menos respostas.

13.5.6.1. GÉNERO

Relativamente ao grupo 2 e duma forma geral, as razões para a prática de atividade física e desportiva apresentadas anteriormente coincidem com as motivações por género. No entanto, no caso do sexo masculino, a razão “Gosto pelo desporto” foi a resposta dada em maior número. As motivação relacionada com a competição representa praticamente o dobro da importância para o sexo masculino (8,0%) quando comparado com o sexo feminino (4,6%). Por outro lado, a razão “Recomendação médica” representa mais do dobro da importância para o sexo feminino (5,9%), quando comparado com o sexo feminino (2,8%).

Gráfico 36 – Razões da prática por género



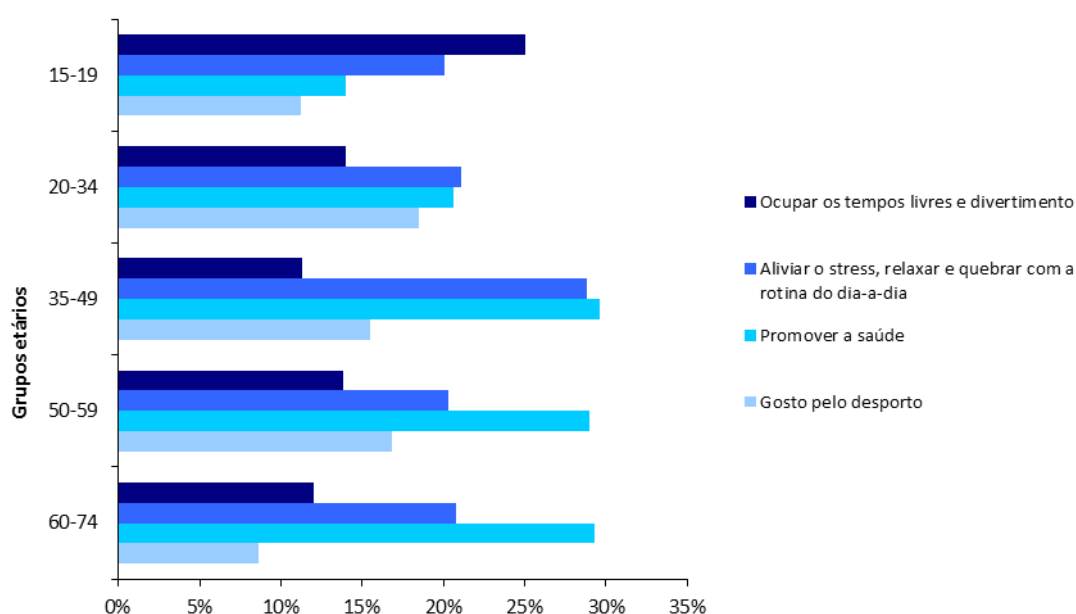
Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

13.5.6.2. GRUPO ETÁRIO

Relativamente ao grupo 2, todos os grupos etários mencionaram razões de saúde e bem-estar como as motivações mais importantes que os levam à prática de atividades físicas e desportivas, à exceção dos 15-19 anos, que privilegia o caráter informal e de diversão.

O “Gosto pelo desporto” é mencionado por 15% a 20% dos inquiridos dos grupos etários entre os 20 e os 59 anos, posicionando-se como a quarta razão nos restantes grupos etários.

Gráfico 37 – Razões da prática por idade (15-74 anos)

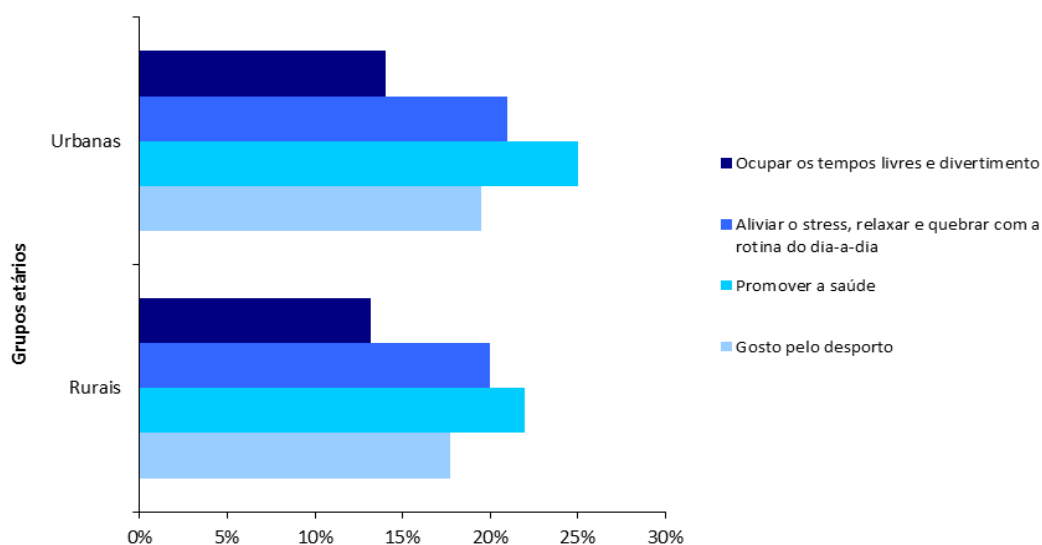


Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

13.5.6.3. AGRUPAMENTO DE FREGUESIAS

A análise do grupo 2 por agrupamento de freguesias, permite concluir que as razões para a prática de atividade física e desportiva são coincidentes quer nas freguesias urbanas, quer nas freguesias rurais, ou seja, determinam a mesma ordem de motivações, nomeadamente, saúde e bem-estar e gosto pelo desporto e lazer / divertimento.

Gráfico 38 – Razões da prática por agrupamento de freguesias (15-74 anos)



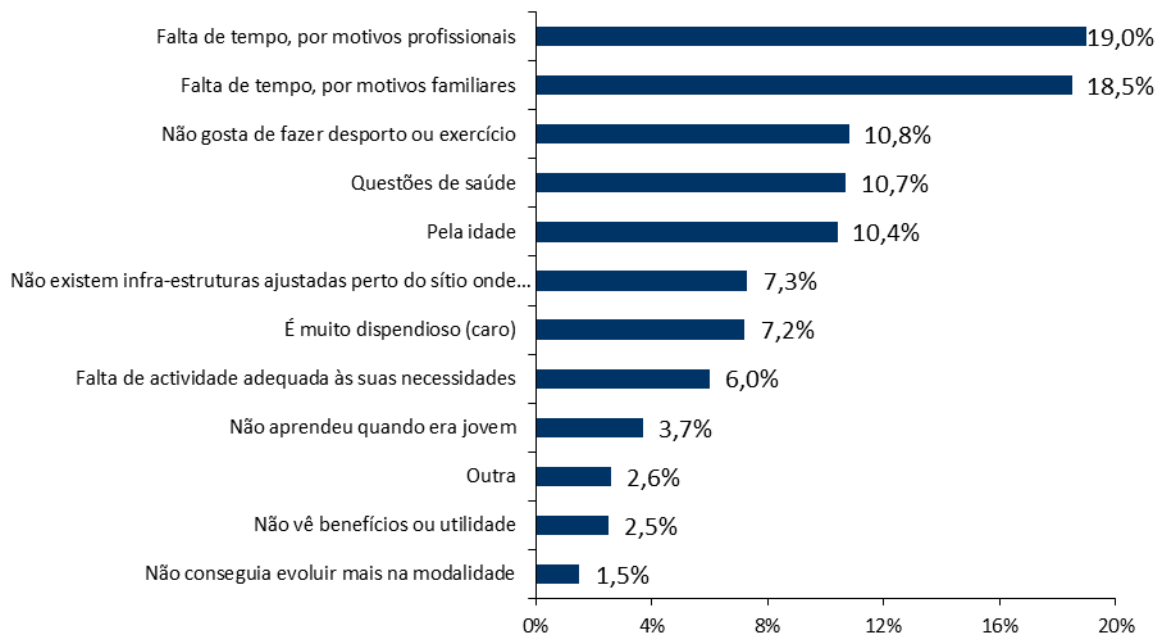
Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

13.5.7. RAZÕES PARA A NÃO PRÁTICA

Ambos os estudos apresentam razões para a não prática de atividades físicas e desportivas, na sequência de respostas a grelhas segundo as quais os inquiridos mencionaram o grau de importância que atribuíam a cada uma delas. Os gráficos 37 e 38 refletem as respostas consideradas como “Muito importantes” e “Bastante importantes” por ambos os grupos dos estudos.

As principais razões para a não prática de atividade física e desportiva no grupo 2 estão relacionadas com a falta de tempo, quer por motivos profissionais, quer por motivos familiares (37,5% em conjunto). A falta de gosto pelo desporto ou exercício foi mencionada em 10,8% dos casos. Motivações como “Não existem infraestruturas ajustadas perto do sítio onde mora”, “É muito dispendioso” e “Falta de atividade adequada às suas necessidades”, que poderão estar associadas à política desportiva municipal, nomeadamente à gestão de infraestruturas e atividades desportiva municipais, mas que são igualmente reveladoras da atuação de agentes privados e associativos, perfazem no seu conjunto 20,5%.

Gráfico 39 – Razões para a não prática (15-74 anos)

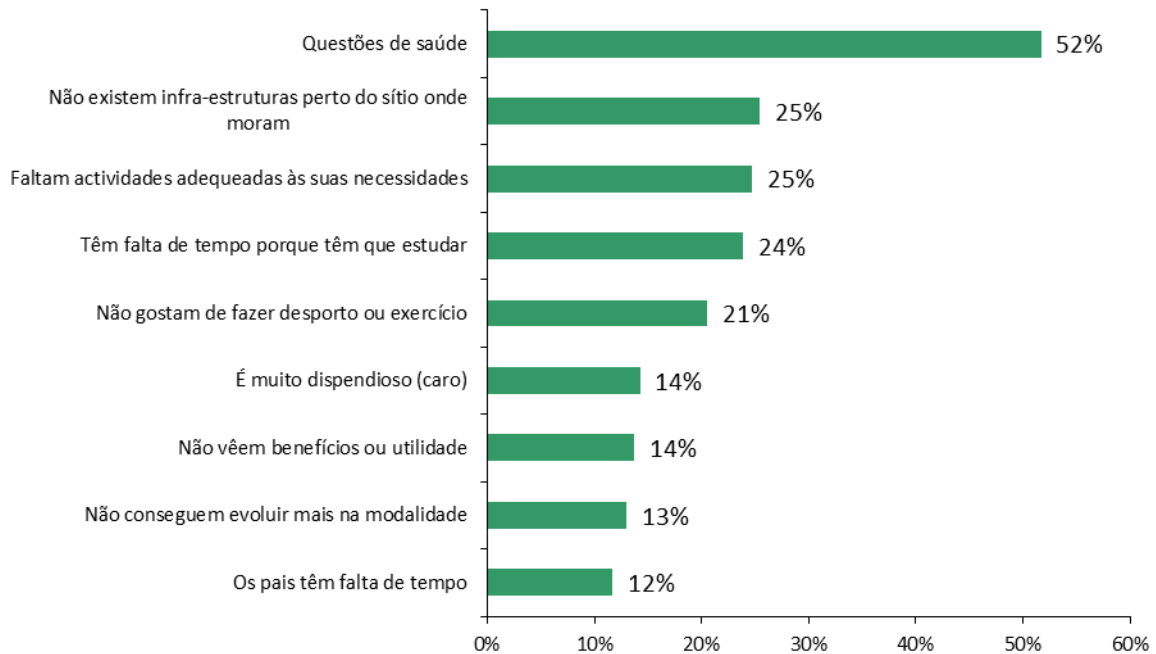


Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

A principal razão apontada pelos jovens do grupo 1 para a não prática de atividades físicas e desportivas foi “Questões de saúde” (52%). Em conjunto, as razões relacionadas com a gestão de atividades e infraestruturas desportivas (“Não existem infraestruturas ajustadas perto do sítio onde mora”, “É muito dispendioso” e “Falta de atividade adequada às suas necessidades”) foram mencionadas por 64% dos inquiridos. A falta de tempo, quer dos jovens, quer dos pais, corresponderam a 36% das respostas.

É preocupante o facto de 35% justificarem a não prática porque “Não gostam de fazer desporto ou exercício” ou “Não veem benefícios ou utilidade”.

Gráfico 40 – Razões para a não prática (10-14 anos)



Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 10 aos 14 anos

13.5.8. FREQUÊNCIA DE ASSISTÊNCIA A ESPETÁCULOS DESPORTIVOS

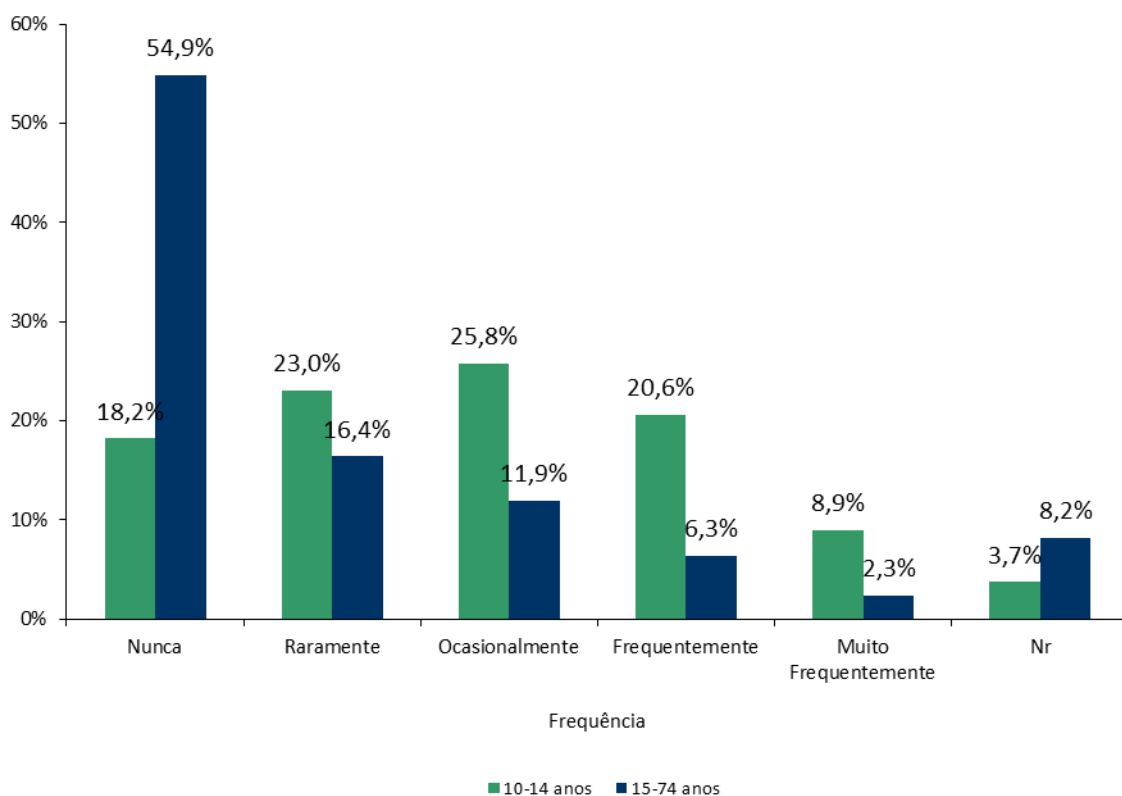
A assistência a espetáculos desportivos contribui para um maior conhecimento, compreensão e gosto pelo desporto.

Os jovens do grupo 1 afirmaram na sua maioria terem assistido a espetáculos desportivos uma vez que 18% respondeu que “Nunca” o fez. No entanto, esta prática não estará consolidada porque cerca de 49,1% afirmou que o faz “Ocasionalmente” ou “Raramente”. As modalidades com maior assistência por parte dos jovens são o Futebol (29,6%), Basquetebol (11,5%) e Voleibol e Danças de Salão (7,5%).

Relativamente ao grupo 2, as conclusões são significativamente diferentes. A maioria dos inquiridos revelou nunca ter assistido a um espetáculo desportivo (54,9%). A assistência a espetáculos desportivos parece ser um hábito pouco instituído uma vez que apenas 8,6% afirmaram fazê-lo “Frequentemente” ou “Muito Frequentemente”. Quanto à assistência por

modalidade, a maioria mencionou o Futebol (52,4%). Seguem-se o Basquetebol (9,3), Andebol (5,6%) e Danças de Salão (4,2%).

Gráfico 41 – Frequência de assistência a espetáculos desportivos

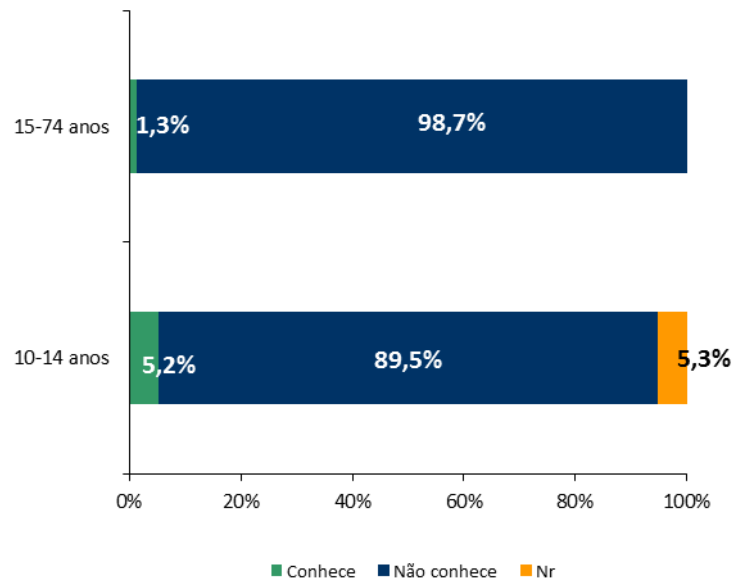


Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudos dos 10 aos 14 anos e dos 15 aos 74 anos

13.5.9. PROGRAMAS DE ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA

Na esmagadora maioria, os inquiridos de ambos os grupos afirmaram desconhecer qualquer programa de promoção de desporto no Município. Os inquiridos do grupo 1 fizeram essa afirmação em 89,5% dos casos, enquanto os indivíduos do grupo 2 revelaram um desconhecimento quase total, cifrando-se em 98,7% das respostas.

Gráfico 42 – Conhecimento de programas de promoção do desporto

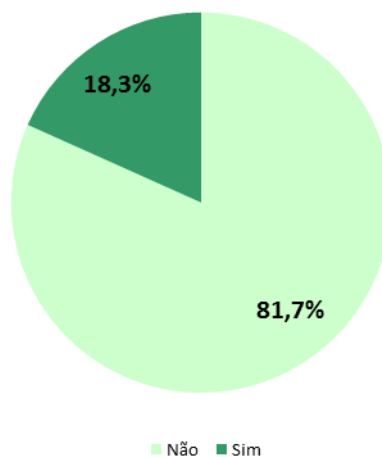


Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudos dos 10 aos 14 anos e dos 15 aos 74 anos

13.5.10. FILIAÇÃO NO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO

Cerca de 18,3% dos inquiridos do grupo 2 afirmaram possuir filiação em algum clube ou associação desportiva.

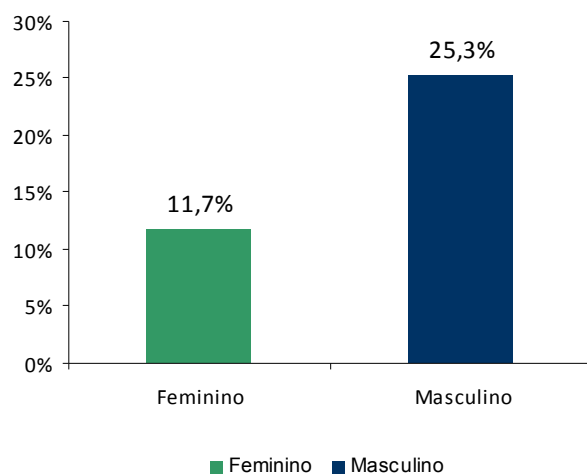
Gráfico 43 – Filiação no associativismo desportivo (15-74 anos)



Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

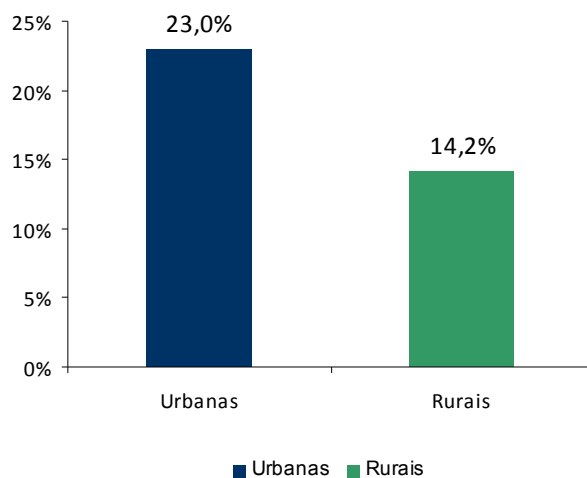
Os homens demonstram uma taxa de filiação superior (25,3%) ao das mulheres (11,7%). Nas freguesias urbanas, os indivíduos apresentam um grau de associativismo superior (23,0%) do que nas freguesias rurais (14,2%).

Gráfico 44 – Filiação no associativismo desportivo por género (15-74 anos)



Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

Gráfico 45 – Filiação no associativismo desportivo por agrupamento de freguesias (15-74 anos)

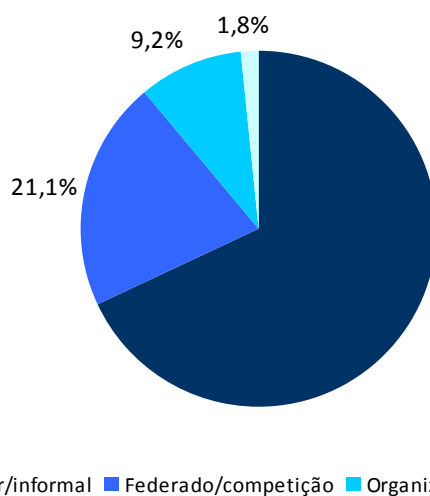


Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

13.5.11. ÂMBITO DE REALIZAÇÃO DA PRÁTICA

Do total dos praticantes do grupo 2, a maioria realiza a prática de atividades físicas e desportivas de âmbito informal / lazer (68,0%). Cerca de 21,1% efetua a prática no contexto do desporto federado / competição, 9,2% no desporto organizado (numa instituição com professor, mas não federado ou competitivo) e 1,8% no âmbito escolar.

Gráfico 46 – Filiação no associativismo desportivo (15-74 anos)



Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

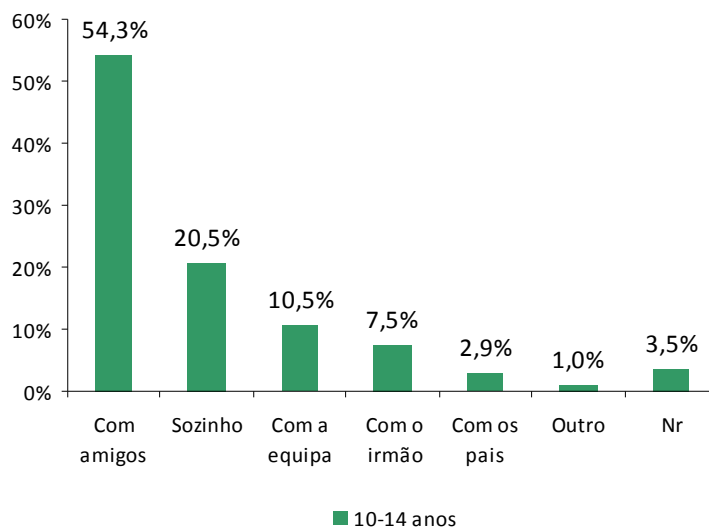
13.5.12. AGENTES DE SOCIALIZAÇÃO

Os jovens do grupo 1 afirmaram praticar atividades físicas e desportivas, na sua maioria, com os amigos (54,3%), mas também em equipa (10,5%) e com a família (10,4%). A prática de forma individualizada foi mencionada por 20,5%.

Nas idades compreendidas neste grupo, é fundamental a influência da família, particularmente dos Pais, como forma de incentivar a aprendizagem de hábitos desportivos. A experimentação e interação proporcionadas pelo contacto com familiares e amigos, são um estímulo à fidelização do jovem praticante ao longo da vida adulta e são também basilares no processo de desenvolvimento integral do indivíduo.

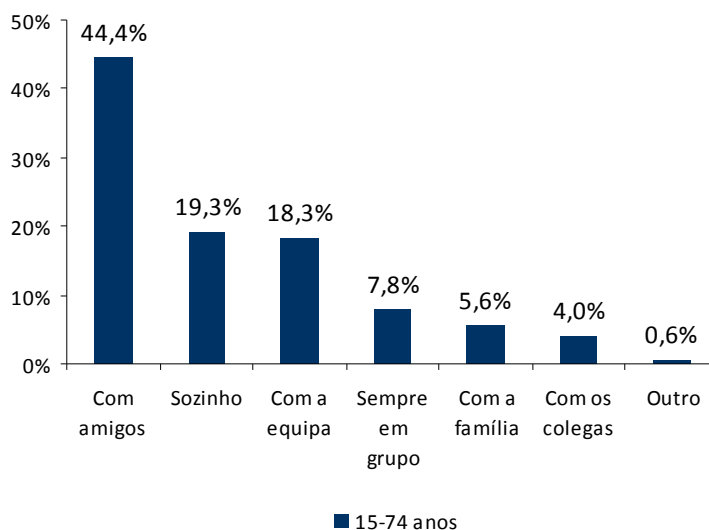
À semelhança das respostas do grupo anterior, o enquadramento com amigos, a equipa / grupo e a família foi mencionado pela maioria dos inquiridos (76,1%). A prática de atividade física e desportiva “Sozinho” ocorreu em 19,3% dos casos.

Gráfico 47 – Agentes de socialização (10-14 anos)



Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 10 aos 14 anos

Gráfico 48 – Agentes de socialização (15-74 anos)

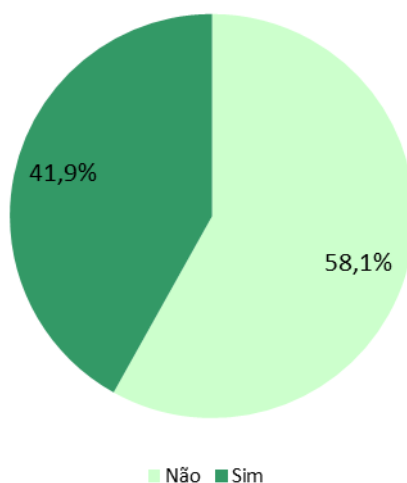


Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

13.5.13. PRÁTICA NO ÂMBITO DO DESPORTO ESCOLAR

Os jovens do grupo 1 afirmaram praticar atividades físicas e desportivas no âmbito do desporto escolar em 41,9% dos casos.

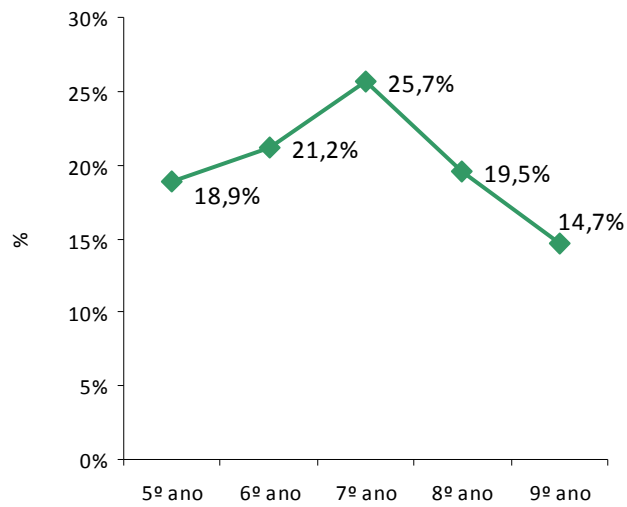
Gráfico 49 – Prática no desporto escolar



Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 10 aos 14 anos

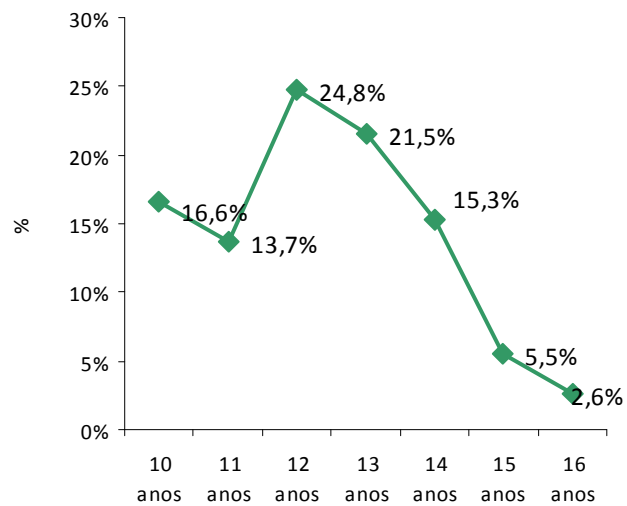
Considerando este universo dos jovens praticantes, verifica-se que até aos 12 anos de idade existe um aumento da prática de desporto escolar. Esta tendência tem correspondência ao analisarmos a prática por ano de escolaridade, sendo que neste caso, existe uma inversão dos praticantes após o 7º ano de escolaridade.

Gráfico 50 – Prática por ano de escolaridade



Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 10 aos 14 anos

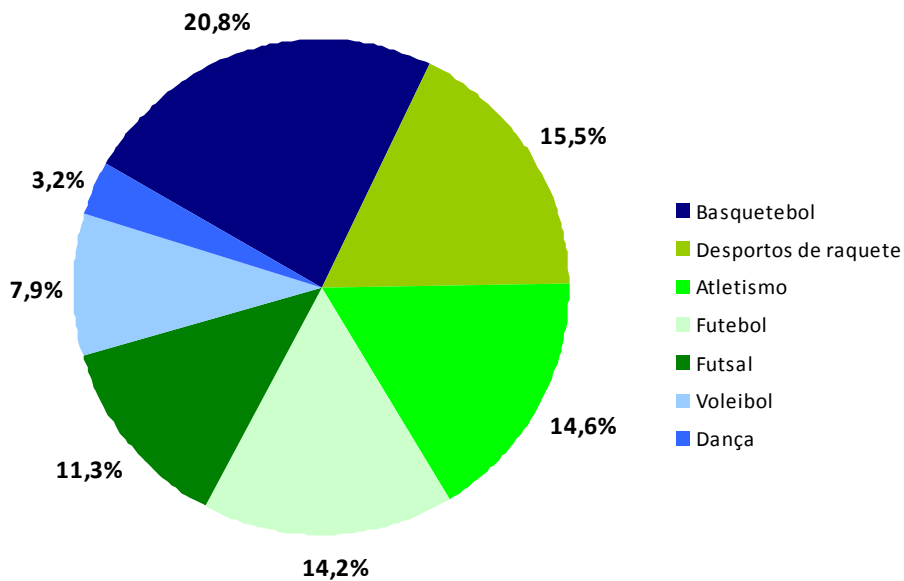
Gráfico 51 – Prática por idade



Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 10 aos 14 anos

As modalidades mais praticadas no desporto escolar são o Basquetebol (20,8%), Desportos de raquete (15,5%), Atletismo (14,6%), Futebol (14,2%) e Futsal (11,3%), perfazendo no total cerca de 80% das respostas.

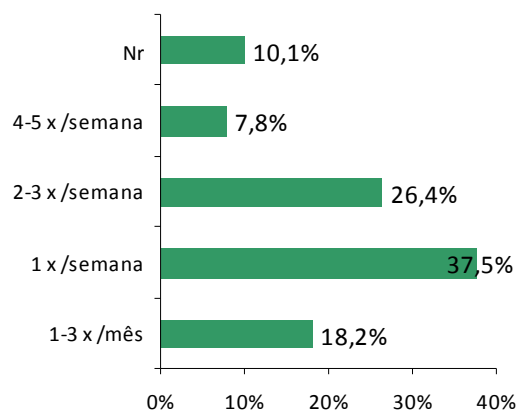
Gráfico 52 – Prática por modalidade



Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 10 aos 14 anos

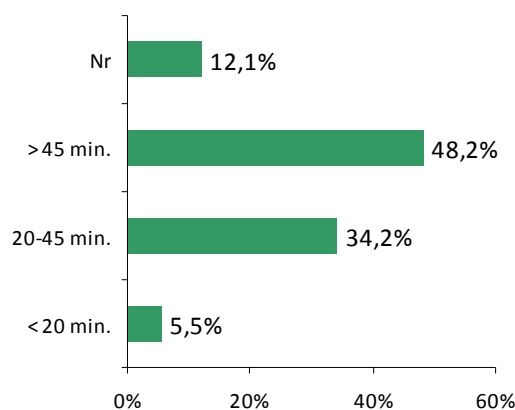
Quanto à frequência com que praticaram desporto escolar, 63,9% dos jovens afirmaram fazê-lo entre 1 a 3 vezes por semana. A frequência “4 a 5 vezes por semana” foi referida em 7,8% dos casos, o que é menos de metade da referida por aqueles desenvolvem a prática desportiva menos frequente, isto é, “1 a 3 vezes por mês” (18,2%). Quanto à duração de cada sessão, 48,2% despende mais de 45 minutos e 34,2% entre 20 e 45 minutos.

Gráfico 53 – Frequência da prática



Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 10 aos 14 anos

Gráfico 54 – Duração da prática



Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 10 aos 14 anos

13.6. CARTA DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS ARTIFICIAIS DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM

A elaboração da Carta das Instalações Desportivas Artificiais de Santarém inseriu-se no conjunto de estudos sectoriais sobre o Desporto no Concelho. Promoveu o levantamento, caracterização e avaliação da realidade do Concelho em matéria de instalações desportivas. O documento obtido e as conclusões encontradas são fundamentais, quer numa perspetiva de planeamento (balanço entre a procura e a oferta de instalações desportivas), quer numa perspetiva de gestão (caracterização da situação das instalações desportivas numa ou mais dimensões e componentes de análise, com a organização e estruturação de indicadores) da oferta de espaços desportivos artificiais (Câmara Municipal de Santarém, 2010).

O regime jurídico das instalações desportivas de uso público foi consagrado no decreto-lei n.º 141/2009, de 16 de junho. As tipologias existentes são agrupadas de acordo com o artigo 5.º e seguintes.

Figura 5 – Tipologias das instalações desportivas segundo o RJIDUP

Instalações desportivas de base	Instalações recreativas	<p>a) Recintos, pátios, minicampos e espaços elementares destinados a iniciação aos jogos desportivos, aos jogos tradicionais e aos exercícios físicos;</p> <p>b) Espaços e percursos permanentes, organizados e concebidos para evolução livre, corridas ou exercícios de manutenção, incluindo o uso de patins ou bicicletas de recreio;</p> <p>c) Salas e recintos cobertos, com área de prática de dimensões livres, para atividades de manutenção, lazer, jogos recreativos, jogos de mesa e jogos desportivos não codificados;</p> <p>d) As piscinas cobertas ou ao ar livre, de configuração e dimensões livres, para usos recreativos, de lazer e de manutenção.</p>
	Instalações formativas	<p>a) Grandes campos de jogos, destinados ao futebol, rãguebi e hóquei em campo;</p> <p>b) Pistas de atletismo, em anel fechado, ao ar livre e com traçado regulamentar;</p> <p>c) Pavilhões desportivos e salas de desporto polivalentes; d) Pequenos campos de jogos, campos polidesportivos, campos de ténis e ringues de patinagem, ao ar livre ou com simples cobertura;</p> <p>e) Piscinas, ao ar livre ou cobertas, de aprendizagem, desportivas e polivalentes.</p>
Instalações desportivas especializadas ou monodisciplinares		<p>a) Pavilhões e salas de desporto destinados e apetrechados para uma modalidade específica;</p> <p>b) Salas apetrechadas exclusivamente para desportos de combate;</p> <p>c) Piscinas olímpicas, piscinas para saltos e tanques especiais para atividades subaquáticas;</p> <p>d) Pistas de ciclismo em anel fechado e traçado regulamentar;</p> <p>e) Instalações de tiro com armas de fogo;</p> <p>f) Instalações de tiro com arco;</p> <p>g) Pistas e infraestruturas para os desportos motorizados em terra;</p> <p>h) Instalações para a prática de desportos equestres;</p> <p>i) Pistas de remo e de canoagem e infraestruturas de terra para apoio a desportos náuticos;</p> <p>j) Campos de golfe;</p> <p>l) Outras instalações desportivas cuja natureza e características se conformem com o disposto no n.º 1;</p> <p>m) Centros de alto rendimento e centros de estágios desportivos.</p>
Instalações desportivas especiais para o espetáculo desportivo		<p>a) Estádios;</p> <p>b) Pavilhões multiusos desportivos;</p> <p>c) Estádios aquáticos e complexos de piscinas olímpicas; d) Hipódromos;</p> <p>e) Velódromos;</p> <p>f) Autódromos, motódromos, kartódromos e crossódromos; g) Estádios náuticos;</p> <p>h) Outros recintos.</p>

O universo de instalações desportivas (Câmara Municipal de Santarém, 2010) foi definido através das:

- ✓ Instalações desportivas cuja propriedade e ou gestão pertencem ao Município ou às Freguesias de Santarém;
- ✓ Instalações desportivas utilizadas pelos clubes desportivos / associações desportivas do Concelho de Santarém, independentemente da entidade proprietária e ou gestora.

13.6.1. TIPOLOGIAS DAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

As tipologias identificadas no Concelho de Santarém, de acordo com o RJIDUP, estão representadas na tabela 14:

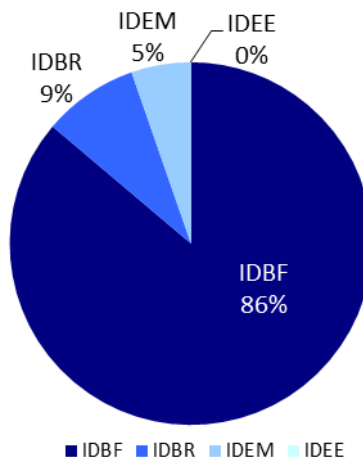
Tabela 11 – Tipologias das ID no Concelho de Santarém

CLASSES TIPOLÓGICAS	SIGLA	N.º
Instalações Desportivas de Base Formativas	IDBF	81
Instalações Desportivas de Base Recreativas	IDBR	8
Instalações Desportivas Especiais ou Monodisciplinares	IDEM	5
Instalações Desportivas Especiais para o Espetáculo	IDEE	0
TOTAL		94

Fonte: Carta das ID artificiais do Concelho de Santarém

Cerca de 86% das instalações desportivas identificadas correspondem à tipologia IDBF. Não foram identificadas instalações da tipologia IDEE no Concelho.

Gráfico 55 – Tipologias das ID no Concelho de Santarém (%)

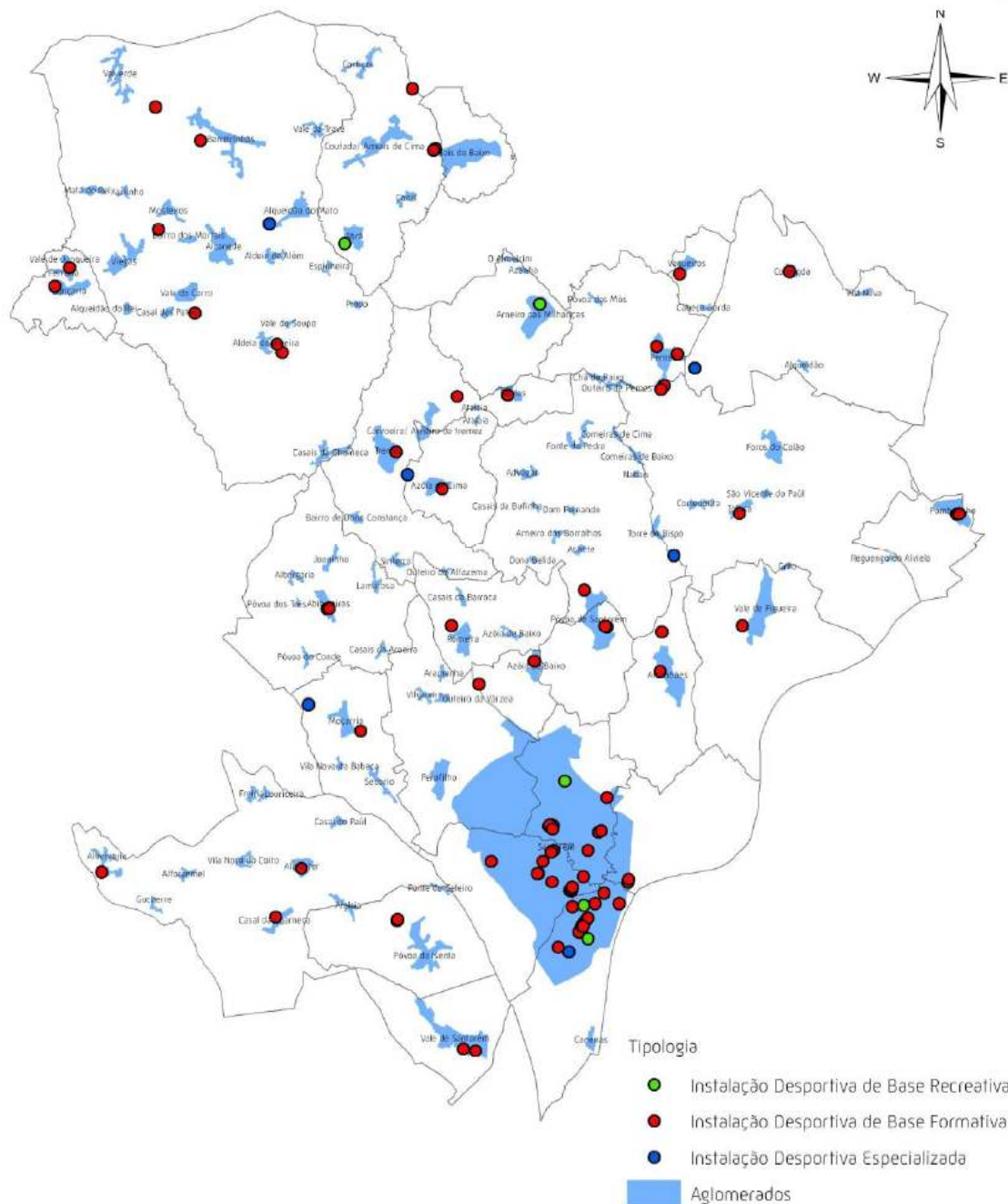


Fonte: Carta das ID artificiais do Concelho de Santarém

A Figura 6 permite constatar que existe uma concentração das instalações desportivas referenciadas no Concelho de Santarém nos aglomerados populacionais urbanos, acompanhando a tendência da população mencionada no número 13.1 (tabela 8). A visualização da dispersão geográfica confirma as IDBF como a tipologia dominante.

Figura 6 – Dispersão geográfica das ID segundo a tipologia

Tipologia das Instalações Desportivas no concelho de Santarém (DL 141/2009)



Fonte: Instituto Politécnico de Santarém - Escola Superior de Desporto de Rio Maior

As tipologias das instalações desportivas predominantes, de acordo com a designação técnica específica, são os Polidesportivos Descobertos (30,9%), Campos de Futebol (29,8%), Polidesportivos Cobertos (12,8%), Salas e Campos de Ténis (7,4%), representando em conjunto 88,3% do total.

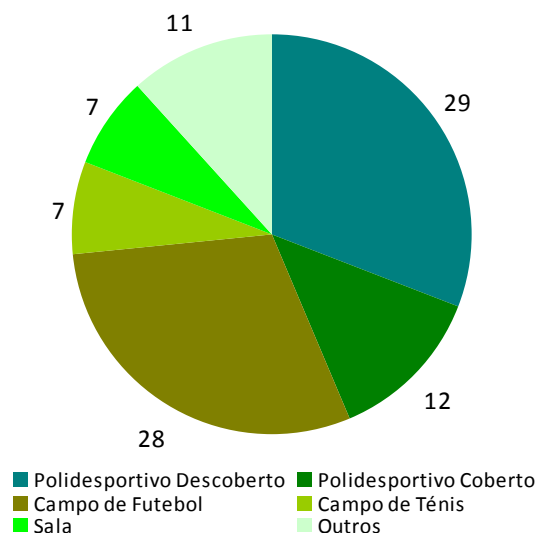
Tabela 12 – ID segundo a designação técnica

Tipologias de ID	N.º	%
Campo de Futebol	28	29,8%
Campo de Râguebi	1	1,1%
Campo de Ténis	7	7,4%
Campo de Tiro	3	3,2%
Centro Hípico	1	1,1%
Crossódromo	1	1,1%
Kartódromo	1	1,1%
Parque de Diversões Aquáticas	1	1,1%
Piscina Coberta	2	2,1%
Pista de Atletismo	1	1,1%
Polidesportivo Coberto	12	12,8%
Polidesportivo Descoberto	29	30,9%
Sala	7	7,4%
TOTAL	94	100,0%

Fonte: Carta das ID artificiais do Concelho de Santarém

Os Polidesportivos Cobertos e Descobertos e as Salas apresentam um grau razoável de adaptação a diversas atividades desportivas. Das 94 instalações desportivas identificadas, 48 (51,1%) correspondem a este conjunto de designações técnicas. Contrariamente, 46 (48,9%) estão vocacionadas para atividades desportivas específicas, sendo que destas, 60,9% são Campos de Futebol.

Gráfico 56 – Principais ID segundo a designação técnica



Fonte: Carta das ID artificiais do Concelho de Santarém

13.6.2. ÁREA DESPORTIVA ÚTIL

Este indicador representa a superfície delimitada pelo traçado do jogo ou prática, acrescida das áreas de segurança mínimas necessárias (Câmara Municipal de Santarém, 2010). É tido como referência a atribuição de uma quota global de 4 m² de superfície útil por habitante.

Os dados apurados por Freguesia¹¹ evidenciam que o Concelho de Santarém apresenta uma ADU média inferior ao valor recomendado, possuindo 2,61 m² de superfície útil por habitante. No entanto, cerca de 11 das 28 Freguesias apresentam uma ADU superior 4 m².

13.6.3. AVALIAÇÃO FUNCIONAL

A avaliação incidiu sobre a tipologia mais representativa no Concelho, ou seja, as instalações desportivas de base formativa. A metodologia seguida definiu 6 dimensões de análise, atribuindo uma ponderação a cada uma, resultando numa escala de pontuação de 0 a 50 pontos. A esta escala corresponde uma classificação qualitativa semelhante à utilizada para os estabelecimentos hoteleiros (1 a 5)¹².

Tabela 13 – Parâmetros da avaliação funcional das IDBF

Dimensão	Ponderação (pontos)	Classificação da instalação desportiva	Intervalo de pontuação
Área Desportiva Útil	13	★★★★★	44-50 pts
Apetrechamento	13	★★★★	36-43 pts
Áreas de apoio	9	★★★	26-35 pts
Segurança e Higiene	7	★★	16-25 pts
Acessibilidade	5	★	1-15 pts
Tecnologia	3		

Fonte: Carta das ID artificiais do Concelho de Santarém

Da avaliação funcional efetuada às IDBF resulta que 54 das 81 instalações (66,7%) revelaram um perfil NÃO APTO, a que corresponde a classificação funcional de 1 e 2 estrelas. Na grande maioria dos casos (85,2%), correspondem a Campos de Futebol (25) e Polidesportivos Descobertos (21).

¹¹ Ver número 13.6.3.

¹² Ver Anexo 6.

Apenas um terço das IDBF do Concelho de Santarém apresentaram uma classificação funcional APTO. No entanto, existe um potencial grande de melhoria daquele indicador, porque 42% das IDBF registaram uma avaliação funcional de 2 estrelas. A avaliação funcional máxima foi conseguida apenas num caso.

As tipologias Campos de Ténis e Piscinas apresentam uma avaliação funcional de perfil APTO na totalidade dos casos.

Tabela 14 – Avaliação funcional das IDBF

Tipologias de ID	N.º	Classificação Funcional das IDBF				
		★	★★	★★★	★★★★	★★★★★
Campo de Futebol	28	12	13	2	1	
Campo de Râguebi	1		1			
Campo de Ténis	7			4	3	
Piscina Coberta	2				1	1
Pista de Atletismo	1	1				
Polidesportivo Coberto	12	1	4	4	3	
Polidesportivo Descoberto	28	6	15	7		
Sala	2		1		1	
TOTAL	81	20	34	17	9	1

Fonte: Carta das ID artificiais do Concelho de Santarém

Tabela 15 – IDBF com avaliação funcional NÃO APTO

Dimensão	N.º	%	Avaliação qualitativa (perfil)
Área Desportiva Útil	60	74,1%	Igual ou inferior a ADU com razoáveis condições de utilização
Apetrechamento	35	43,2%	Inadequado ou adequado mas não conservado
Áreas de apoio	30	37,0%	Degradado
Segurança e Higiene	43	53,1%	Problemas sectoriais de segurança estrutural, de especialidade ou de higiene
Acessibilidade	27	33,3%	Problemas sectoriais de acessibilidade ou múltiplos problemas de acessibilidade
Tecnologia	61	75,3%	Rudimentar ou inexistente

Fonte: Carta das ID artificiais do Concelho de Santarém

Após a avaliação funcional, conclui-se que 19 das 28 freguesias ficam com área desportiva útil zero, o que corresponde a 25.536 habitantes (INE, 2002) sem acesso a IDBF com funcionalidade APTO.

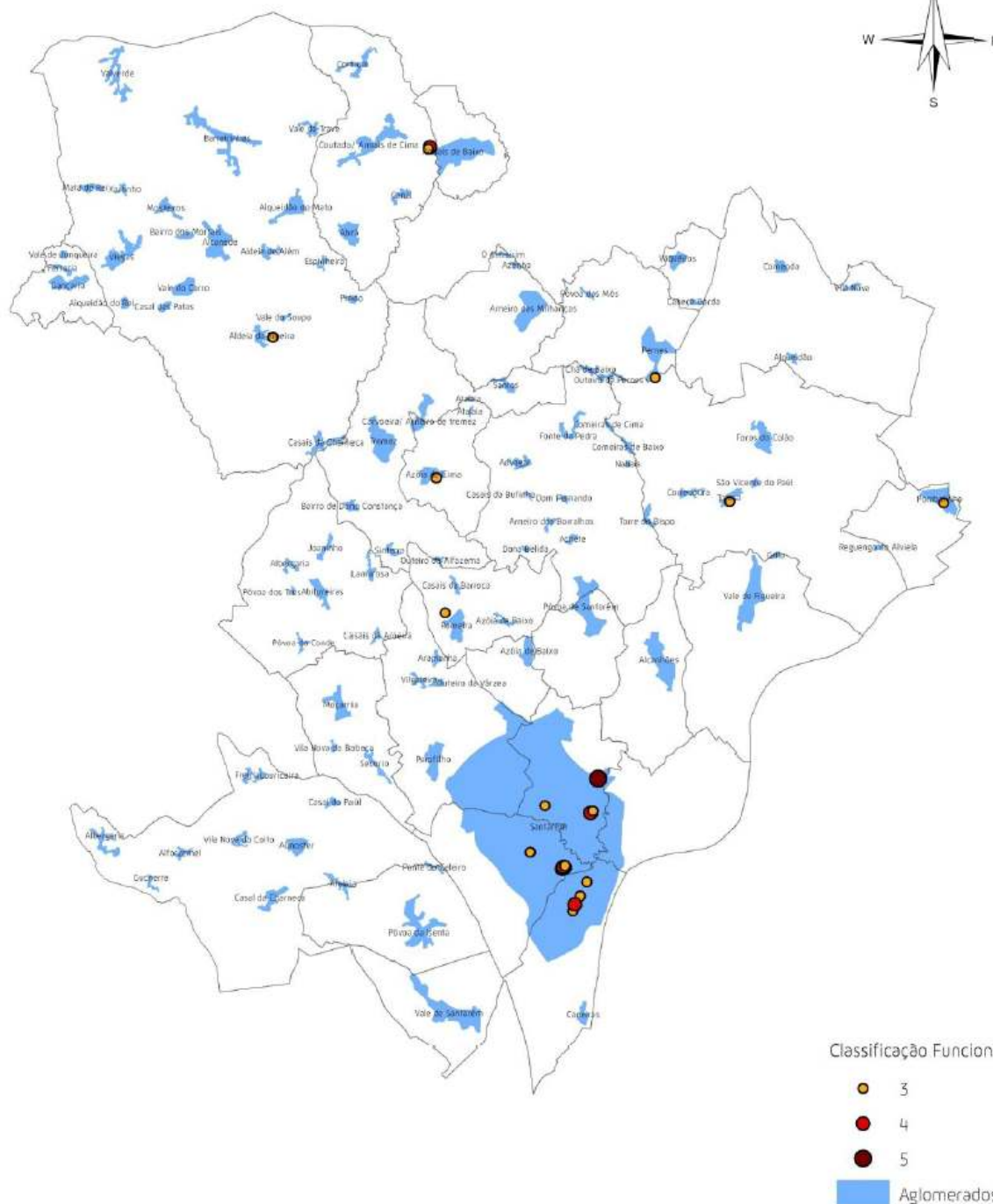
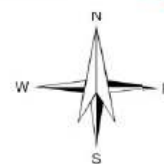
Tabela 16 – ADU das IDBF com avaliação funcional APTO

Unidade Geográfica (Freguesia)	População	ADU (m2)	ADU (m2) IDBF NF3-5	ADU (m2)/Hab.(m2)	ADU (m2)/Hab.(m2) IDBF NF3-5	Ref. Conselho Europa
Abitureiras	1.005	5.300	0	5,27	0,00	4
Abrã	1.221	8.000	6.800	6,55	5,57	4
Achete	1.895	800	0	0,42	0,00	4
Alcanede	5.048	23.300	800	4,62	0,16	4
Alcanhões	1.615	5.300	0	3,28	0,00	4
Almoster	1.827	5.300	0	2,90	0,00	4
Amiais de Baixo	2.079	0	0	0,00	0,00	4
Arneiro das Milhariças	936	450	0	0,48	0,00	4
Azóia de Baixo	278	6.800	0	24,46	0,00	4
Azóia de Cima	537	5.300	800	9,87	1,49	4
Casével	1.034	0	0	0,00	0,00	4
Gançaria	556	5.012	0	9,01	0,00	4
Moçarria	1.212	4.500	0	3,71	0,00	4
Pernes	1.689	5.300	0	3,14	0,00	4
Pombalinho	530	5.300	4.500	10,00	8,49	4
Póvoa da Isenta	1.162	5.300	0	4,56	0,00	4
Póvoa de Santarém	641	5.300	0	8,27	0,00	4
Romeira	775	800	800	1,03	1,03	4
Santa Iria da Ribeira de Santarém	1.021	5.300	0	5,19	0,00	4
Santarém (Marvila)	9.584	18.341	3.316	1,91	0,35	4
Santarém (São Nicolau)	9.036	15.622	5.222	1,73	0,58	4
Santarém (São Salvador)	9.211	13.400	6.660	1,45	0,72	4
São Vicente do Paul	2.085	800	800	0,38	0,38	4
Tremês	2.146	6.100	0	2,84	0,00	4
Vale de Figueira	1.294	4.500	0	3,48	0,00	4
Vale de Santarém	3.144	5.300	0	1,69	0,00	4
Vaqueiros	317	4.500	0	14,20	0,00	4
Várzea	1.685	0	0	0,00	0,00	4
TOTAL	63.563	165.925	29.698	2,61	0,47	4

Fonte: Carta das ID artificiais do Concelho de Santarém

Figura 7 – Dispersão geográfica das IDBF com avaliação funcional APTO

Classificação Funcional das Instalações Desportivas de Base Formativa no concelho de Santarém (DL 141/2009)



Fonte: Instituto Politécnico de Santarém - Escola Superior de Desporto de Rio Maior

14. PLANIFICAÇÃO ESTRATÉGICA DO DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO DO CONCELHO DE SANTARÉM

“A maioria das pessoas patinam para onde está o disco. Eu deslizo para onde ele vai estar.”
Wayne Gretzky

A conjuntura atual coloca um conjunto de desafios transversais à sociedade Portuguesa. Está em marcha um conjunto de medidas que significa uma rutura com a realidade de até há muito pouco tempo, nomeadamente em setores fundamentais como a saúde e educação. O Estado – central, regional e local – modificará forçosamente a sua forma de atuação e organização e o seu relacionamento com os cidadãos para se adaptar às transformações em curso.

O setor do desporto em concreto foi alvo de modificações profundas nas últimas duas décadas, desde logo a edificação de infraestruturas e a “explosão” de legislação sobre o setor, mas também a democratização do acesso ao desporto, o aumento significativo da realização de eventos desportivos, as novas formas de organização da prática desportiva e o aumento da oferta de formação superior nesta área, entre outras. Para que tal fosse possível, tem sido fundamental a ação do Estado, ao ponto do seu envolvimento ser o garante do sucesso desta dinâmica de evolução positiva.

Porém, as restrições financeiras que o País atravessa, as quais se prolongarão nos próximos anos, colocam em causa a continuidade do desenvolvimento desportivo verificada ao longo daquele período. Exige-se aos agentes desportivos uma resposta ao contexto atual que permita, em simultâneo, a sustentabilidade do sistema desportivo e a melhoria dos níveis de participação na atividade física e desporto.

No que respeita à realidade do Município de Santarém, o contexto atual do sistema desportivo, coloca diversos problemas a resolver e necessidades a satisfazer, de acordo com o exposto nos números anteriores, nomeadamente:

Índice de participação desportiva baixo

Os relatórios sobre a prática e procura desportiva da população no Concelho de Santarém revelaram um nível de participação muito baixo em comparação com a média nacional¹³. Por outro lado, ambos os estudos permitiram concluir que o potencial de prática futura, a concretizar-se, situaria o índice concelhio, pelo menos, ao nível da média nacional.

Dever-se-ão introduzir medidas que privilegiem a equidade e democratização do acesso da população às oportunidades de desporto e que se adaptem às novas formas de organização da prática desportiva, de carácter informal e de lazer e com preocupações de relacionamento social.

Relação do desporto com a saúde e educação

A preocupação com a saúde e bem-estar é a principal motivação da população do Concelho para a prática de atividade física e desportiva. Adicionalmente, os índices de excesso de peso e obesidade do País (e certamente do Município), em especial a prevalência na idade infantojuvenil, requerem ações urgentes por parte das entidades públicas de desporto saúde e educação, atuando em parceria dada a complexidade e exigência da resposta.

Área útil de instalações desportivas funcionais reduzida

A elaboração da Carta das Instalações Desportivas Artificiais de Santarém permitiu concluir que o Concelho tem um deficit de instalações desportivas funcionais, sobretudo nas freguesias rurais.

Acresce que a ADU por habitante é inferior aos valores recomendados.

Posicionamento da Câmara Municipal de Santarém face ao desporto

Os objetivos traçados pelos responsáveis políticos pelo desporto municipal, assumiram uma maior importância no anterior e atual mandato, com a consolidação da ação da empresa municipal Scalabisport, E.M.M. e que se traduz no aumento das instalações, equipamentos e programas desportivos por ela geridos, com relativo sucesso.

¹³ De acordo com o mencionado no número 4.1.6.

É recomendável que se estreite a relação com os restantes atores do sistema desportivo municipal, orientando-os na sua vocação operacional e simultaneamente, direcionando os seus recursos para a vertente estratégica de desenvolvimento desportivo.

Alterações demográficas

A tendência de evolução da estrutura etária da população no médio e longo prazo é o principal desafio que se coloca à sociedade Portuguesa de hoje. O sistema desportivo terá de conseguir adequar-se à realidade futura, desde logo, orientando a sua organização para uma população que se espera, mais velha, numerosa, exigente, ativa e saudável.

Sistema desportivo municipal

As entidades públicas municipais de desporto assumirão a responsabilidade pela promoção do envolvimento dos diversos agentes desportivos municipais, dinamizando protocolos de colaboração, em áreas como a gestão de instalações e equipamentos desportivos e liderando parcerias, em especial as que respeitem à ligação entre as escolas e os clubes / associações. Estes últimos, terão um papel fundamental no aumento da base de participação na prática de atividade física e desportiva, através da diversificação da oferta e melhoria da qualidade das atividades desportivas.

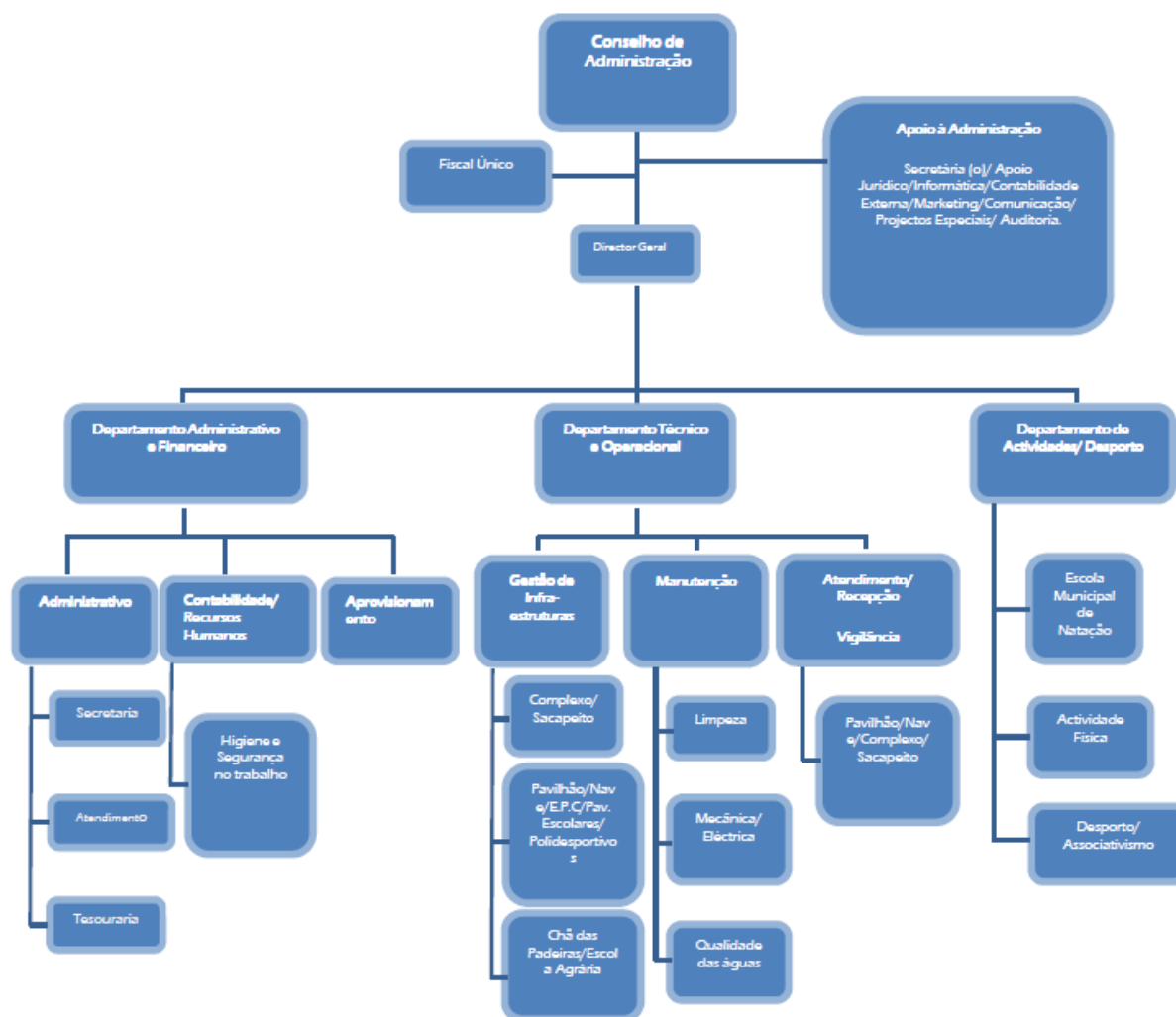
Sustentabilidade

A atual conjuntura económica e social em Portugal gera uma profunda incerteza no futuro. Os agentes desportivos municipais necessitam de adquirir as competências que os preparem para o desempenho das respetivas atividades de forma continuada, gerindo os recursos disponíveis com eficiência, reduzindo a exposição ao risco e criando valor de forma a maximizar o impacto económico-social, como garante da melhoria da qualidade de vida das populações.

14.1. SCALABISPORT, E.E.M.

A Scalabisport, E.E.M. é a empresa municipal que tem como objeto social a promoção de atividades desportivas e a gestão das instalações e equipamentos desportivos no Concelho de Santarém. É uma entidade empresarial local, dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tutelada pela Câmara Municipal de Santarém¹⁴.

Figura 8 – Organograma da Scalabisport, E.E.M.



Fonte: Relatório e contas de 2011, Scalabisport, E.E.M.

¹⁴ Informações de índole corporativa no Anexo 4.

A atividade da empresa tem vindo a aumentar nos últimos anos, quer no número de utentes, quer no volume de negócios. Esta tendência reflete os investimentos na adequação da oferta de instalações, equipamentos e programas desportivos geridos¹⁵, à realidade atual da prática desportiva no Concelho, a qual é considerada baixa.

Os Planos de Atividade de 2010 e 2011 são caracterizados por uma preocupação em inverter aquela tendência. Entendeu-se que seria fulcral melhorar a organização e gestão da empresa, modificando a sua estrutura de forma a responder aos desafios colocados pelas novas competências que recebeu. A estratégia de negócios da empresa está atualmente direcionada para o aumento da oferta de atividades desportivas, com destaque para o segmento sénior da população, para a promoção da saúde e para a colaboração com as escolas do Concelho.

Tabela 17 – Nº de utentes por tipo de ID

Épocas	2009-2010	2010-2011	2011-2012
<u>Piscinas Cobertas</u>			
EMNS	137.376	179.194	128.016
Utilização livre	9.300	11.872	7.453
Inscrições gratuitas	17.745	14.764	12.588
Clubes e Associações	4.791	2.035	1.546
TOTAL	169.212	207.865	149.603
<u>Parque Aquático</u>			
	69.836	107.493	111.398
<u>Pavilhões desportivos</u>			
Nave	33.986	29.904	25.854
Pavilhão	29.536	21.215	20.517
Ginástica	12.284	11.566	11.367
Sala Polivalente	4.389	7.047	6.935
EPC (a partir de 2011)	0	0	6.971
TOTAL	80.195	69.732	71.644

Durante o período em análise (2007 a 2011)¹⁶, a atividade da empresa registou uma dinâmica de crescimento, quer ao nível dos equipamentos e atividades desportivos geridos pela empresa, quer no que respeita ao número de utentes daqueles. Como consequência, o volume de negócios da empresa duplicou naquele período, representando um crescimento médio anual de 18,8%, atingindo cerca de 800 mil euros em 2011. De assinalar o

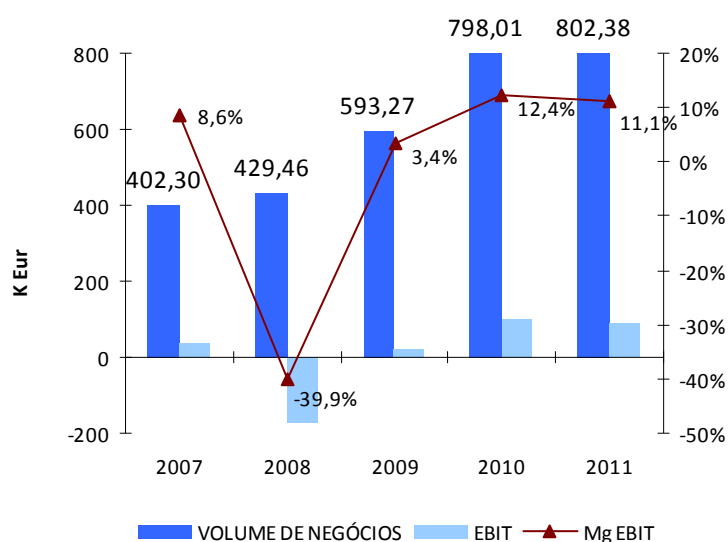
¹⁵ Lista das ID afetas à Scalabisport, E.E.M. pela Câmara Municipal de Santarém para a prossecução do seu objeto social. Ver caracterização de cada item no Anexo 2.

¹⁶ As demonstrações financeiras analisadas integram o Anexo 3.

crescimento de 34,5% em 2010, o qual parece revelar uma tendência de consolidação uma vez que o volume de negócios foi semelhante ao de 2011.

Neste período, o EBIT e o resultado líquido foram negativos apenas em 2008, ano em que os resultados extraordinários penalizaram fortemente a conta de exploração da empresa. Nos três últimos anos, aqueles dois indicadores registaram uma evolução positiva em linha com o volume de negócios, apesar duma ligeira degradação em 2011, embora mantendo uma ordem de grandeza semelhante à de 2010, indiciando um patamar de resultados superior ao de anos anteriores. A empresa foi também mais eficiente, dado o incremento na margem de EBIT sobre o volume de negócios, a qual passou de 8,6% em 2007 para cerca de 11,1% em 2011 (12,4% em 2010).

Gráfico 57 – KPI

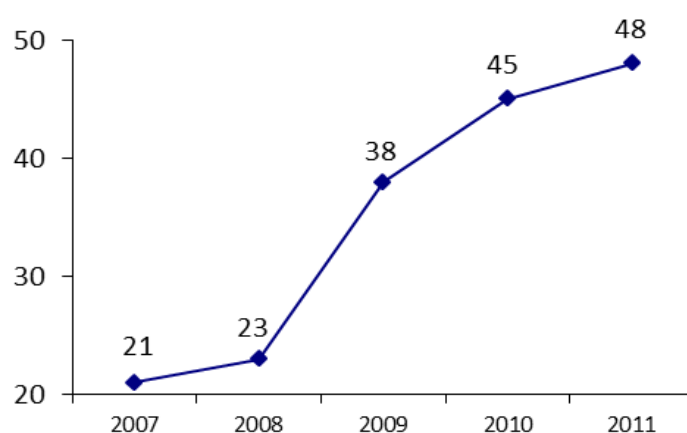


Fonte: Relatórios e contas de 2007 a 2011, Scalabisport, E.E.M.

Apesar do desempenho assinalável nos anos mais recentes, a empresa regista ainda um peso significativo dos subsídios à exploração no total dos seus rendimentos anuais. Aqueles refletem a prática do preço social no tarifário de acesso às Piscinas e a isenção de taxas na utilização Pavilhões e Campos de Futebol pelos Clubes e Associações desportivas do Concelho e resultam do contrato-programa celebrado com a Câmara Municipal de Santarém.

De facto, esta rubrica variou entre os 60% em 2008 e os 54% em 2011 e mantém-se superior ao volume de negócios gerado pela atividade da empresa, embora a tendência evidenciada nos últimos anos demonstre um aumento do rácio entre o volume de negócios e os subsídios à exploração. De assinalar um crescimento de 44,7% em 2009, ano em que o número de colaboradores aumentou de 23 para 38 (valores no final de cada ano), justificado pelo aumento do número de instalações geridas pela empresa conforme referido anteriormente.

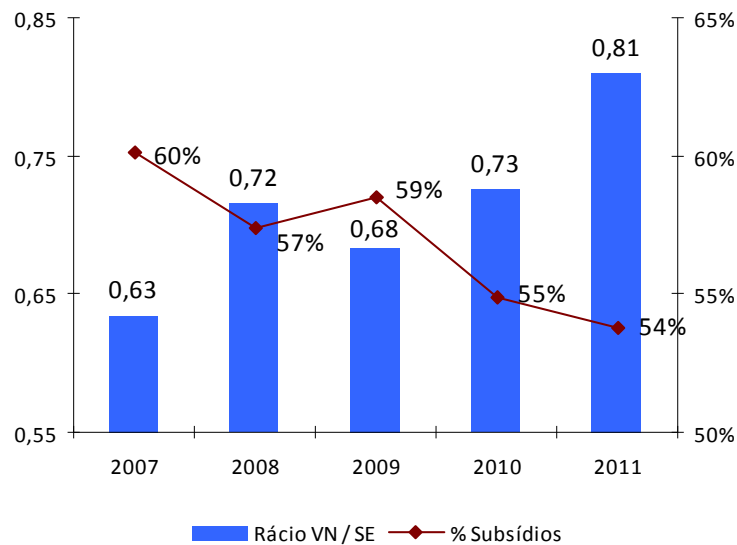
Gráfico 58 – N.º de empregados



Fonte: Relatórios e contas de 2007 a 2011, Scalabisport, E.E.M.

No entanto, esta alteração relevante onerou os gastos fixos da empresa de tal forma que o volume de negócios da empresa passou a ser inferior à rubrica de “Gastos com o Pessoal”. A partir daquele ano, esta passou a ser a que regista maior peso nos gastos totais.

Gráfico 59 – Subsídios à exploração



Fonte: Relatórios e contas de 2007 a 2011, Scalabisport, E.E.M.

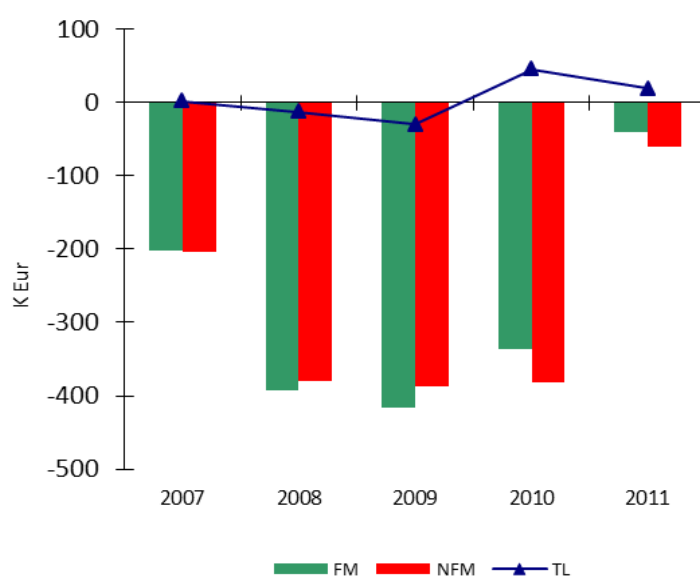
O Capital Social da Scalabisport, E.E.M. aumentou para 19.255.000 Euros em 2011, realizado mediante a incorporação de ativos fixos tangíveis no património, nomeadamente através da transferência de instalações e equipamentos desportivos para a propriedade da empresa. Esta alteração significativa no balanço permitiu que o Capital Próprio fosse reposto, dando assim cumprimento ao disposto no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

A situação exposta no parágrafo anterior permitiu uma alteração profunda na estrutura financeira da empresa, até então reveladora duma solidez e equilíbrio financeiros preocupantes, conforme se comprova pela análise dos indicadores de Autonomia Financeira e Solvabilidade¹⁷. A reversão deste quadro negativo que se verifica no final de 2011, coloca a empresa com uma estrutura financeira robusta, beneficiando a Administração na implementação da sua estratégia de gestão e dando confiança aos *stakeholders* da empresa. Considero que esta decisão era fundamental para a continuidade da empresa, uma vez que lhe dá outro tipo de argumentos para levar a cabo os seus projetos futuros. No entanto, é igualmente crítica a concretização da consolidação da atividade da empresa mencionada anteriormente nos próximos anos.

¹⁷ Ver Anexo 3.

A Tesouraria Líquida apresenta valores positivos nos dois últimos anos, nomeadamente 19 mil Euros em 2011, ano no qual os valores do Fundo de Maneio e das Necessidades em Fundo de Maneio decresceram significativamente. É imperativo que a Câmara Municipal de Santarém tenha capacidade de efetuar as transferências financeiras previstas no contrato-programa com a Scalabisport, E.E.M. de modo a manter ou melhorar este cenário. Doutra forma, a situação poderia deteriorar-se ao ponto de inverter a evolução positiva da exploração da empresa, devidos aos constrangimentos de tesouraria que daí adviriam.

Gráfico 60 – Equilíbrio financeiro



Fonte: Relatórios e contas de 2007 a 2011, Scalabisport, E.E.M.

Tabela 18 – Tesouraria Líquida

Tesouraria Líquida	Unid.	2007	2008	2009	2010	2011
FM	K EUR	-202,84	-392,33	-416,77	-336,68	-40,67
NFM	K EUR	-203,57	-379,86	-386,82	-382,29	-59,84
TL	K EUR	0,73	-12,47	-29,95	45,61	19,17

Fonte: Relatórios e contas de 2007 a 2011, Scalabisport, E.E.M.

Quer a rentabilidade financeira, quer a rentabilidade económica, são penalizadas pelas situações descritas nos dois parágrafos anteriores, embora se registre uma melhoria em alguns dos indicadores nos anos mais recentes, nomeadamente no EBIT, EBITDA e na rentabilidade das Vendas e Serviços prestados¹⁸.

¹⁸ Ver Anexo 3.

14.2. PROCESSO DE PLANIFICAÇÃO ESTRATÉGICA

Perante os desafios que se colocam ao Desporto no Concelho de Santarém, será necessário empreender um esforço de mudança. O processo de planificação estratégica é fundamental neste contexto porque obriga as organizações a refletir onde pretendem chegar e qual o caminho a percorrer no futuro para o conseguir (Roche, 2005).

O processo de planeamento estratégico deverá ser permanente e contínuo, promovendo a tomada de decisões racionais com base na análise das envolventes interna e externa da organização e na fixação de objetivos de médio e longo prazo. Deverá selecionar os objetivos estratégicos que os desenvolvem e definir os projetos e ações a executar para o cumprimento desses objetivos gerais. Permitirá igualmente implicar e motivar todos os colaboradores da organização em relação aos objetivos a alcançar pela mesma (*Ibid.*).

Numa primeira fase, qualquer organização deverá colocar em marcha um processo de reflexão para conhecer a realidade do contexto no qual desenvolve a sua ação. Antes de saber onde pretende chegar e qual o caminho a seguir, é fundamental saber onde se encontra (*Ibid.*).

De seguida, é necessário definir qual o caminho que a organização pretende seguir e o que pretende atingir no futuro, consubstanciados pelas definições de visão, missão e valores da organização.

A visão resultará da capacidade de olhar para o futuro e vislumbrar como será a organização. Trata-se duma reflexão, em parte utópica e num período de tempo alargado, na qual formulamos os nossos desejos de como nos gostaríamos de ver no futuro (*Ibid.*). Para Cordeiro (2004), é o sonho que se pretende tornar realidade.

Segundo Freire (1997), a visão traduz, de uma forma abrangente, um conjunto de intenções e aspirações para o futuro, sem especificar como devem ser atingidas. Desta maneira, a visão tem um papel essencialmente motivador, procurando servir de inspiração para os

membros da organização tirarem o máximo partido das suas capacidades e alcançarem níveis mais elevados de excelência profissional.

A missão é a razão de ser que justifica a existência da organização (Roche, 2005). Para Freire (1997), a missão consiste numa declaração escrita que traduz os ideais e orientações globais da organização para o futuro. Visa difundir o espírito da empresa por todos os seus membros e congregar esforços para a prossecução dos objetivos.

Segundo Hoye et al. (2009), os valores e crenças são as forças que têm impacto ou condicionam os comportamentos que regem um grupo de pessoas.

Os eixos de intervenção representam um propósito a alcançar no médio prazo e definem as áreas chave da entidade (Roche, 2005). Têm que ver com a política a desenvolver no futuro, sendo comuns a toda a organização (*ibid.*)

Os objetivos podem ser definidos como os resultados específicos que a organização pretende atingir na perseguição da sua missão. São essenciais para uma organização porque indicam o caminho, ajudam na avaliação, criam sinergias e definem prioridades (David, 2005). De acordo com Freire (1997), promovem o reforço das competências centrais da organização nos fatores críticos de sucesso da sua atuação.

As estratégias são os meios através dos quais os objetivos serão atingidos. Segundo Freire (1997), definem o caminho a trilhar para alcançar os objetivos selecionados.

14.3. PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO DO CONCELHO DE SANTARÉM 2013-2016

14.3.1. DIAGNÓSTICO

A metodologia utilizada para efetuar o diagnóstico da situação inicial foi a análise SWOT. Integra os aspetos internos e externos, que influenciam positiva e negativamente uma organização, na atualidade ou no futuro, numa mesma análise.

A abordagem interna identifica as forças e fraquezas da organização, ou seja, quais os pontos fortes e os pontos a melhorar, respetivamente. A abordagem externa analisa quais os aspetos que se constituem como oportunidades e ameaças e que têm impacto, na atualidade ou no futuro, sobre a ação da entidade.

Figura 9 – Análise SWOT

ANÁLISE INTERNA	FORÇAS
	<ol style="list-style-type: none">1. REFORÇO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO OBJETO SOCIAL DA EMPRESA.2. CONSOLIDAÇÃO DA OFERTA DE ATIVIDADES DESPORTIVAS, NÚMERO DE UTENTES E VOLUME DE NEGÓCIOS.3. COMPLEXO AQUÁTICO MUNICIPAL.4. ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS MULTIDISCIPLINAR.
ANÁLISE EXTERNA	FRAQUEZAS
	<ol style="list-style-type: none">1. ÁREA DESPORTIVA ÚTIL POR HABITANTE INSUFICIENTE.2. REDUZIDO NÚMERO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS CONCELHIOS COM FUNCIONALIDADE APTA, EM ESPECIAL NAS FREGUESIAS RURAIS.3. FRACA NOTORIEDADE DOS EVENTOS E ATIVIDADES DESPORTIVOS PROMOVIDOS NO CONCELHO.4. DEPENDÊNCIA EXCESSIVA DOS SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO.
ANÁLISE EXTERNA	OPORTUNIDADES
	<ol style="list-style-type: none">1. ÍNDICE DE PROCURA DESPORTIVA NÃO SATISFEITA.2. PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA RELACIONADA COM SAÚDE E RECREAÇÃO.3. NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA.4. ALTERAÇÕES DEMOGRÁFICAS NA POPULAÇÃO.
ANÁLISE EXTERNA	AMEAÇAS
	<ol style="list-style-type: none">1. BAIXO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DESPORTIVA / REDUZIDA TRADIÇÃO DESPORTIVA NO CONCELHO.2. REDUZIDO GRAU DE AFILIAÇÃO DA POPULAÇÃO NOS CLUBES DESPORTIVOS.3. SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM.4. CRISE ECONÓMICO-SOCIAL EM PORTUGAL E NA EUROPA.

14.3.2. VISÃO

“Ser reconhecida como a entidade que lidera o processo de melhoria contínua da qualidade de vida no Concelho de Santarém, em parceria com as entidades do turismo, cultura, saúde, educação e economia social.”

14.3.3. MISSÃO

“Empresa Municipal com responsabilidade pelo desenvolvimento da política desportiva no Concelho de Santarém, mediante a gestão dos recursos desportivos, recreativos e de lazer, existentes e futuros, proporcionando oportunidades para a prática de atividade física e de desporto a todos os munícipes e demais clientes e fomentando o envolvimento dos agentes desportivos, das comunidades empresarial e do ensino e das autoridades de saúde.”

14.3.4. VALORES

Integridade – Conduta que privilegia o fortalecimento da cidadania e a qualidade da governança pública, associativa e privada no desporto.

Excelência – Adoção das melhores práticas de gestão organizacional para a satisfação dos clientes e colaboradores.

Sustentabilidade – Otimização dos recursos disponíveis de modo a garantir a melhoria contínua do desenvolvimento desportivo do município no longo prazo.

Coesão Social – Promoção de atividades físicas e desportivas integradoras em parceria com entidades públicas municipais e nacionais.

14.3.5. EIXOS DE INTERVENÇÃO

Eixo 1 – Prática de atividade física e desportiva

Eixo 2 – Sustentabilidade e Inovação

14.3.6. OBJETIVOS

1. PARTICIPAÇÃO

RESULTADOS ESPERADOS:

- ✓ Aumento do índice de participação desportiva no Concelho de Santarém.
- ✓ Fidelização dos grupos da população menos representados.

2. ESPAÇOS DESPORTIVOS

RESULTADOS ESPERADOS:

- ✓ Maximizar a ocupação e assegurar o apetrechamento funcional dos espaços desportivos.
- ✓ Reforçar as medidas de apoio ao funcionamento dos espaços desportivos.

3. DESPORTO E SAÚDE

RESULTADOS ESPERADOS:

- ✓ Associação da atividade física e do desporto à saúde e bem-estar.
- ✓ Diminuir o número de indivíduos com excesso de peso e obesidade.

4. EVENTOS

RESULTADOS ESPERADOS:

- ✓ Promoção do Concelho e conseqüente aumento do número de visitantes.
- ✓ Aumento da oferta municipal de espetáculos desportivos.

5. TALENTOS

RESULTADOS ESPERADOS:

- ✓ Liderança nacional na iniciação e desenvolvimento desportivos de crianças e jovens numa perspetiva de longo prazo.

6. CONHECIMENTO, ECONOMIA E EMPREGO

RESULTADOS ESPERADOS:

- ✓ Geração de valor acrescentado para a economia regional e nacional.

7. CAPACITAÇÃO

RESULTADOS ESPERADOS:

- ✓ Aumento do número de agentes desportivos.
- ✓ Sistema desportivo municipal melhor preparado.

14.3.7. ESTRATÉGIAS

EIXO 1 – PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS
1 – Participação	1.A – Ajustamento da oferta de programas, equipamentos e enquadramento técnico aos segmentos etários menos representados (mulheres, seniores, crianças e jovens).
	1.B – Assegurar a equidade no acesso à prática de atividade física e desporto e aumentar a participação nos aglomerados populacionais rurais de maior dimensão e densidade populacionais.
	1.C – Aposta nos programas desportivos que respondam às preocupações de forma física, aparência estética e melhoria da saúde.
	1.D – Novas formas de organização da prática desportiva, lazer e recreação (informal / espaços naturais / relacionamento social).
	1.E – Incentivo e apoio ao início da prática de atividade física e desporto e à retenção dos indivíduos na idade adulta.
	1.F – Aumentar a participação em idade escolar, através da promoção de parcerias escolas / clubes e do envolvimento dos Pais no apoio aos jovens praticantes.
	1.G – Informação, comunicação e sensibilização da população.
2 – Espaços desportivos	2.A – Requalificar e construir as instalações desportivas e outros espaços informais e naturais.
	2.B – Adequar as instalações desportivas de proximidade.
	2.C – Promover o envolvimento das freguesias, estabelecimentos de ensino e associativismo no processo de gestão dos espaços desportivos.
	2.D – Monitorizar os processos de gestão através de indicadores padrão, de aplicação generalizada.
	2.E – Avaliar a criação duma Unidade de Gestão, Manutenção, Segurança e Higiene dos espaços desportivos.
3 – Desporto e saúde	3.A – Cooperação entre as autoridades públicas de desporto e saúde.
	3.B – Mobilização para adoção de estilos de vida saudáveis.
	3.C – Combate à obesidade, em especial a infantojuvenil.
	3.D – Incentivo à criação duma clínica especializada em desporto, saúde e bem-estar.
4 – Eventos	4.A – Aquisição e promoção de eventos desportivos de âmbito regional, nacional e internacional.
	4.B – Criação dum produto turístico regional em articulação com estruturas municipais e supra municipais de turismo e cultura.

EIXO 2 – SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS
5 – Talentos	5.A – Implantar a Academia Nacional de Desporto e Recreação.
	5.B – Liderar o Programa Nacional de Identificação e Desenvolvimento de Talentos.
	5.C – Adotar linhas de orientação de promoção das carreiras duais.
6 – Conhecimento, Economia e Emprego	6.A – Criação dum <i>Business Innovation Center</i> para empresas do setor.
	6.B – Desenvolvimento dum centro de I&D no setor.
	6.C – Escola de estudos pós-graduados dedicada ao desporto e saúde.
	6.D – Estabelecer parcerias com o setor privado para obter financiamento.
7 – Capacitação	7.A – Acreditação das organizações desportivas.
	7.B – Formação de agentes desportivos.
	7.C – Apoiar a intervenção dos clubes e da prática organizada nas modalidades consolidadas no Concelho.
	7.D – Formalizar, contratualizar e avaliar os diferentes intervenientes nos processos de gestão desportiva.
	7.E – Preparar os serviços municipais de desporto para a obtenção da certificação de qualidade ISO 9001.
	7.F – Formação de voluntários nos vários domínios da ação dos serviços municipais de desporto e do associativismo desportivo.
	7.G – Criação dum bolsa de voluntários.

15. CONCLUSÕES

De uma forma geral, a legislação nacional existente em matéria do desporto atribui alguma autonomia normativa aos municípios, sobretudo no tocante ao fomento da prática desportiva, ainda que haja dependência em termos da sua vontade política e, obviamente, dos recursos disponíveis. As políticas desportivas devem apostar no desenvolvimento desportivo já que as medidas de sensibilização, promoção e generalização do mesmo constituem, a par das infraestruturas e equipamentos desportivos, as linhas mestras de uma política desportiva baseada nos interesses e direitos dos cidadãos.

O desporto tem de ser percecionado numa perspetiva social e democrática, indo ao encontro do que se encontra previsto na Carta Europeia do Desporto, de que, convém promover a sua prática junto de toda a população e colocando à sua disposição programas diversificados (Januário et al., 2009). De contrário, será muito difícil obter sucesso na política pública de desenvolvimento desportivo, independentemente da crescente atenção dada ao tema na agenda política local. A Política, entendida como uma arte e ciência da organização ao serviço dos países, das comunidades e dos cidadãos, para o caso do desporto e seu desenvolvimento em termos de prática efetiva por um maior número de cidadãos, de nada valerá se não quantificar as suas metas e objetivos no final do ciclo político.

Segundo Parente (2009a), já era tempo de medir e fixar as marcas e metas que queremos alcançar, já que afinal estamos a falar de desporto, e este vive de resultados!

Para tal, também as autarquias se constituem como entidades promotoras do desenvolvimento do desporto e de novas políticas desportivas e não apenas como entidades administrativas. Só desta forma será possível alavancar a política pública desportiva tornando-se de acesso geral e desenvolvida em prol da qualidade de vida da população.

Da leitura da bibliografia consultada, opinião dos autores estudados e dos dados estatísticos revelados para o setor desportivo do município de Santarém sugeríamos as seguintes ações:

- ✓ Fixar um valor de crescimento para o Índice de participação desportiva, concretizando medidas que privilegiem a equidade e democratização do acesso da população às oportunidades de desporto em todos os seus segmentos, adaptando novas formas de organização da prática desportiva, nomeadamente as de carácter informal e de lazer;
- ✓ Colocar a ênfase do desenvolvimento na questão da relação do desporto com a saúde e educação, traduzido pela motivação da população para este facto e por ser urgente desenvolver estratégias de combate ao excesso de peso e obesidade da população, nomeadamente da infantojuvenil;
- ✓ Desenvolver o planeamento e programação de instalações desportivas de proximidade, com preocupação para as de maior procura (otimizando o balanço entre as necessidades sentidas e a oferta). Aumentar a área útil de instalações desportivas funcionais, já que a mesma se encontra com índices reduzidos face às recomendações. Ter também a preocupação com a tipologia e funcionalidade das instalações desportivas nas freguesias rurais e com o ordenamento de espaços desportivos ao ar livre;
- ✓ Criar mecanismos de gestão e promoção das instalações desportivas em rede, envolvendo todos os agentes desportivos do município;
- ✓ Consolidar o modelo de gestão desportiva e ação da empresa municipal Scalabisport, E.M.M., assim como a relação com todos os agentes de desenvolvimento desportivo, procurando maior eficiência e eficácia na gestão dos recursos, traduzida no aumento de espaços para a prática de atividade física e desporto e no aumento dos índices de participação desportiva;
- ✓ Fomentar o desenvolvimento de uma cultura desportiva em todas as gerações, no sentido de garantir uma população saudável independentemente da previsível alteração demográfica em número e na estrutura dos escalões etários;
- ✓ Desenvolver uma atitude orientada para o futuro e uma visão partilhada por todos os agentes, criando um Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo.

16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Allison *et. al* (1999). *The Direct Health Care Costs of Obesity in the United States*. American Journal of Public Health, pp. 1194-1199.

Amaral, D. (1994). *Ciência Política*. Volume I. Lisboa.

Australian Sports Commission (2011). *Strategic Plan 2011-2012 to 2014-2015*. Canberra. Austrália.

Bento, J. (2004). *Desporto: Discurso e Substância*. Coleção: Saberes do Desporto. Porto: Campo das Letras.

Caballero, N. (2001). *Los servicios públicos deportivos*. Universidad Europea. CEES Ediciones. Instituto Andaluz del Deporte.

Caetano, M. (1983). *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*. 6ª Edição. Coimbra: Livraria Almedina.

Câmara Municipal de Santarém (2010). *Carta das Instalações Desportivas Artificiais do Concelho de Santarém*. Santarém.

Comissão das Comunidades Europeias (2005). *Livro Verde “Promoção de regimes alimentares saudáveis e da atividade física: uma dimensão europeia para a prevenção do excesso, da obesidade e das doenças crónicas”*. Bruxelas. Bélgica.

Comissão das Comunidades Europeias (2007). *Livro Branco sobre o Desporto*. Bruxelas. Bélgica.

Comissão das Comunidades Europeias (2007a). *The EU and sport: background and context accompanying document to the white paper on sport*. Bruxelas. Bélgica.

Comissão das Comunidades Europeias (2009). *Study on volunteering in Sport – Portugal*. Bruxelas. Bélgica.

Comissão das Comunidades Europeias (2010). *Eurobarometer 72.3. Sport and Physical Activity*. TNS Opinion & Social. Bruxelas. Bélgica.

Comissão das Comunidades Europeias (2010a). *Eurobarometer 72.3. Sport and Physical Activity – fact sheet Portugal*. TNS Opinion & Social. Bruxelas. Bélgica.

Consejo Superior de Deportes (2010). *Plan integral para la actividad física y el deporte*. Madrid. Espanha.

Cordeiro, R.(2004). *Estratégia*. Edição do Autor.

Correia, J. P. (2008). *Desenvolvimento do Desporto em Portugal*. Disponível no fórum olímpico de Portugal em <<http://www.forumolimpico.org/?q=node/593>>. Acesso em 13/02/2011.

Correia, J. P. (2009). *Políticas Públicas e Desenvolvimento Desportivo do Desporto*. In: Bento, J.; Constantino, J. (coord.), *O Desporto e o Estado*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 7 – 44.

Correia, J. P. (2011). *Políticas Públicas Desportivas*. Disponível no fórum olímpico de Portugal em <<http://www.forumolimpico.org/?q=node/593>>. Acesso em 13/02/2011.

David, F. R. (2005). *Strategic Management, concept and cases*. 10ª Edição. New Jersey: Pearson Prentice Hall.

Dionísio, P. (coord.) (2009). *Casos de Sucesso em Marketing Desportivo*. Alfragide: Livros d’Hoje.

Direção-Geral de Saúde (2005). *Programa Nacional de Combate à Obesidade*. Lisboa.

Elks et al. (2010). *Genetic Markers of Adult Obesity Risk Are Associated with Greater Early Infancy Weight Gain and Growth*. PLoS Medicine, maio 2010, Vol. 7, Issue 5. Disponível em <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2876048/pdf/pmed.1000284.pdf>>. Acesso em 30/04/2011.

Eurostratégies (2011). *Study on the funding of grassroots sports in the EU*, Volume I.

Eurostratégies (2011a). *Study on the funding of grassroots sports in the EU*, Volume II – Country Reports.

Freire, A. (1997), *Estratégia – Casos de Sucesso em Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.

Gardiner, S. et. al. (2006). *Sports Law*. London: Cavendish.

Girginov, V. (2008). *Management of Sports Development*. Oxford: BH.

Haslam, D.; Sattar, N.; Lean, M. (2006). *Obesity – time to wake up*. British Medical Journal, Volume 333, pp. 640-642.

Heidenheimer, A.; Hecló, H.; Adams, T. (1990). *Comparative Public Policy: the politics of social choice in America, Europe and Japan*. St. Martin`s Press, New York.

Higham, J. (2005). *Sport Tourism Destinations*. Oxford: Elsevier.

Hoye, R.; Smith, A.; Nicholson, M.; Stewart, B.; Westerbeek, H. (2009). *Sport Management – Principles and Applications*. 2ª Edição. Oxford: BH.

IDP (2011). *Plano Nacional de Atividade Física*. Lisboa.

IDP (2011a). *Livro Verde da Atividade Física*. Lisboa.

INE (2002). *Censos 2001*. Lisboa.

INE (2009). *Inquérito Nacional de Saúde 2005/2006*. Lisboa.

Januário, C. (2010). *Políticas Públicas Desportivas: estudo centrado nos municípios da Área Metropolitana do Porto*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Desporto. Universidade do Porto.

Januário, C.; Sarmiento, P.; Carvalho, M. J. (2009). *Políticas públicas desportivas: avaliação do nível de execução e eficácia nos municípios da Área Metropolitana do Porto*. Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, Vol. 9(2), pp. 26-32.

Klaus, F. (2000). *Políticas Públicas: um debate conceptual e reflexões referentes à Prática da análise de políticas públicas no Brasil*. Planeamento e Políticas Públicas 21: 211-259.

Mackenzie, W. (1970). *A ciência Política*. Volume III. Amadora: Livraria Bertrand.

Martins, P. (2009). *A política pública desportiva e a reestruturação do IDP, IP*. Dissertação de Mestrado. Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas, Universidade de Aveiro.

Meirim, J. (2001). *Elementos para uma leitura crítica da legislação sobre o desporto*. Algés: Confederação do Desporto de Portugal.

Meirim, J. (2003). *Necessitará o sistema desportivo português de um quadro normativo renovado?* In: Sistema desportivo português: que modelo? Lisboa: Confederação do Desporto de Portugal, pp. 33-36.

Meynaud, J. (1966). *A Política e o Desporto: Repensar o Desporto*. Cultura e Desporto, n.º 28.

Miége, C. (2000). *Le Sport dans les États membres de l` Union européenne: Organisation, enseignement de l` éducation physique et sportive (EPS), encadrement des activités physiques et sportives (APS)*. Presses Universitaires du Sport.

Moreira, V. (2003). *Administração Autónoma e Associações Públicas*. Coimbra: Coimbra Editora.

Neto, J. (2010). *Exercício e Atividade Física – prevenção, manutenção e recuperação, pa(ss)os para a saúde*. Edição do Autor.

Neves, J. C. das (2012). *Análise e Relato Financeiro – Uma Visão Integrada de Gestão*. Alfragide: Texto Editores.

Offaly Sports Partnership (2011). *Strategic Plan 2011-2015*. Tullamore. República da Irlanda.

OMS (2012). *Fact sheet nº 311*. Disponível em <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs311/en/index.html>>. Acesso em 05-08-2012.

Paixão, J. A. da; Sanches, J. G.; Destro, D. de S. (2009). *Políticas Públicas e prática desportiva de alto rendimento no Brasil e Portugal*. Revista de Educação Física, Jun, Nº 45, Rio de Janeiro, pp. 37-43.

Parente, F. (2009). *Instalações Desportivas para Todos*. Diário do Minho - 7 de maio.

Parente, F. (2009a). *Programas Eleitorais e Desporto*. Diário do Minho - 18 de setembro.

Parente, F. (2010). *Plano Integrado para a atividade Física e Desporto*. Diário do Minho - 12 de março.

Parente, F. (2010a). *Política de parcerias para o desenvolvimento desportivo*. Diário do Minho - 9 de julho.

Parente, F. (2010b). *A Economia do (nosso) Desporto*. Diário do Minho - 17 de dezembro.

Pires, G. (1989). *A estrutura e a Política Desportivas: o caso português – estudo da intervenção do aparelho estatal no sistema desportivo português*. Lisboa: G. Pires. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Motricidade Humana.

Programa do XIX Governo Constitucional (2011). Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/Documents/prg-XII1.pdf>>, acesso em: 2012/04/23.

Roche, F. P. (2005). *La planificación estratégica en las organizaciones deportivas*. 4ª Edição. Badalona: Paidotribo.

Romão, J. C. (2005). *Políticas Educativas e Sociais no Desporto*. Congresso do Desporto – Congresso Distrital de Faro.

Rosário, A. (1996). *O desporto em Portugal: reflexo e projeto de uma cultura*. Coleção Epistemologia e Sociedade. Lisboa: Instituto Piaget.

Scalabisport, E.E.M. (2008). *Relatório e contas 2007*. Santarém.

Scalabisport, E.E.M. (2009). *Relatório e contas 2008*. Santarém.

Scalabisport, E.E.M. (2010). *Relatório e contas 2009*. Santarém.

Scalabisport, E.E.M. (2011). *Relatório e contas 2010*. Santarém.

Scalabisport, E.E.M. (2012). *Relatório e contas 2011*. Santarém.

Sport England London (2004). *The London plan for sport and physical activity. Action Plan. Working together for an active and successful sporting capital*. Londres. Inglaterra.

Sport Northern Ireland (2011). *Sport Northern Ireland Corporate Plan 2011-2015*. Belfast. Irlanda do Norte.

Stewart, B. (2007). *Sport Funding and Finance*. Oxford: BH.

Tavares, A. F. (2006). *Estudo e Ensino da Administração Pública em Portugal*. Escolar Editora. Edição do CEAP – Centro de Estudos de Administração Pública – Universidade do Minho.

Teixeira, M. (2009). *Portugal, Poder Local e Desporto*. Edição do autor. Lisboa.

Waelbroeck-Rocha, E.; Montel, J. (2010). *The different funding model for grassroots sports in the EU*. EU Conference on Grassroot Sports. Bruxelas. Bélgica.

LEGISLAÇÃO

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, *Lei Constitucional n.º 1/2005*, de 12 de agosto, Sétima Revisão Constitucional, in Diário da República, I série – N.º 155.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, *Lei n.º 52/2005*, de 31 de agosto, Grandes Opções do Plano para 2005-2009, in Diário da República, I série – N.º 167.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, *Lei n.º 5/2007*, de 16 de janeiro, Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, in Diário da República, I série – N.º 11.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, *Lei n.º 64-A/2011*, de 30 de dezembro, Grandes Opções do Plano para 2012-2015, in Diário da República, I série – N.º 250.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, *Resolução da Assembleia da República Nº 28/90*, de 13 de julho, in Diário da República I Série, Nº 245 de 23/10/1990.

17. ANEXOS

ANEXO 1 – OBESIDADE E EXCESSO DE PESO

Tabela 19 – Riscos relativos a problemas de saúde frequentemente associados ao excesso de peso

Muito aumentado	Moderadamente aumentado	Ligeiramente aumentado
Diabetes mellitus (tipo 2)	Doença coronária	Cancro
Doenças da vesícula biliar	Hipertensão arterial	Anomalias das hormonas da reprodução
Hiperlipidemia	Osteoartrite (joelhos)	Síndrome do ovário poliquístico
Dispneia	Hiperuricemia/gota	Diminuição da fertilidade
Apneia do sono		Lombalgia devida à obesidade
		Aumento do risco anestésico
		Anomalias fetais associadas a obesidade materna

Fonte: Roche Portugal

1. Índice de massa corporal (IMC)

O Índice de Massa Corporal (IMC) ou Índice de Quetelet é o processo mais utilizado para avaliar o excesso de peso/obesidade e calcula-se a partir da seguinte fórmula:

$$\text{IMC} = \text{peso (Kg)} / (\text{altura} \times \text{altura}) (\text{m}).$$

A classificação do estado ponderal do adulto, segundo o IMC e o risco de comorbilidades, compreende as seguintes classes (de acordo com a OMS):

Tabela 20 – IMC e risco de comorbilidade

IMC	Classificação	Risco de Comorbilidade
<18,5	Baixo peso	Baixo
18,5-24,9	Peso normal	
25-29,9	Excesso de peso	Aumentado
30-34,9	Obesidade de Classe 1	Moderado
35-39,9	Obesidade de Classe 2	Grave
>= 40	Obesidade de Classe 3	Muito Grave

Fonte: OMS

2. Perímetro da cintura

O perímetro da cintura, medido no ponto intermédio entre a crista ilíaca e o bordo inferior da caixa torácica (última costela), é uma medida simples e adequada que apresenta uma íntima correlação com a acumulação de tecido adiposo abdominal. Não aplicado a atletas, crianças e mulheres grávidas ou a amamentar.

Tabela 21 – Perímetro da cintura e risco metabólico

Sexo	Aumento do Risco	Risco muito aumentado
Homens	>= 94 cm	>= 102 cm
Mulheres	>= 80 cm	>= 88 cm

Fonte: OMS

Outra forma de classificação é baseada no quociente cintura/anca, determinação simples que indica a distribuição de gordura no organismo. Com base no quociente cintura/anca distinguem-se dois tipos de obesidade:

- ✓ Obesidade androide ou central (forma de maçã). Quando a gordura está localizada sobretudo no tórax, abdómen e face, associa-se a um risco superior de dislipidemias, diabetes, doenças cardiovasculares e mortalidade em geral. É mais frequente nos homens.
- ✓ Obesidade ginóide ou periférica (forma de pera). Localiza-se basicamente nas ancas e nádegas. Associa-se a problemas de retorno venoso e artroses dos joelhos. É mais frequente nas mulheres.

3. Bioimpedância

O excesso de massa gorda corporal pode ser facilmente avaliado pelo teste da bioimpedância. Este teste é realizado com um aparelho próprio e permite saber, de uma forma fácil e rápida, a composição corporal e a quantidade de gordura corporal presente.

Esta avaliação é, por vezes, muito útil porque nem sempre um peso excessivo para a altura corresponde a uma situação de gordura corporal excessiva. É o caso dos atletas, por exemplo, cujo peso elevado se deve ao desenvolvimento muscular.

Recomenda-se que a massa gorda represente, aos 20 anos, 10% do peso corporal nos homens e 20% nas mulheres. Estes valores aumentam 1 % de 3 em 3 anos até aos 50 anos.

ANEXO 2 – DESCRIÇÃO DAS ID A CARGO DA SCALABISPORT, E.E.M

CAMPOS E POLIDESPORTIVOS

Destinam-se à prática desportiva informal da população de Santarém, não gerando qualquer proveito de exploração.

CIRCUITO DE MANUTENÇÃO

Equipamento desportivo implantado numa área natural com 3 hectares, constituído por um circuito de manutenção com 8 estações destinadas à prática da atividade física. No local podem ser encontrados equipamentos para a realização de vários exercícios e ainda espaços de repouso com bancos e mesas em madeira. O circuito tem um grau de dificuldade médio, estando preparado para receber praticantes de todas as idades.



COMPLEXO DE TÊNIS

Constituído por 5 courts de ténis de piso rápido, uma parede de aprendizagem e pelo edifício sede do Clube de Ténis de Santarém (CTS). Apenas os 2 courts mais antigos e a parede de aprendizagem são da propriedade do Município, sendo as restantes estruturas da propriedade do CTS.



CAMPO SINTÉTICO DE FUTEBOL – ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA

Inserido nas instalações da Escola Superior Agrária de Santarém, esta instalação é composta por um campo de futebol em relva sintética com 6.700 m², com um campo de futebol de 11 e dois campos de futebol de 7. Este campo tem como instalações de apoio, 2 balneários e 2 contentores balneários, permitindo a realização de treino e jogos em simultâneo.

Tem uma bancada para o público e dispõe de iluminação artificial que permite a sua utilização no período noturno.



POLIDESPORTIVO DO SACAPEITO

Piso em resina tipo sintético, com bancadas numa das laterais, equipado com duas balizas e iluminação, bem como um espaço anexo com uma tabela de basquetebol.



POLIDESPORTIVO DE S.DOMINGOS

Piso de betão / cimento, com bancadas numa das laterais e num dos tops, equipado com duas balizas e uma tabela de basquetebol.



POLIDESPORTIVO DOS LEÕES

Piso em resina tipo sintético, com bancadas numa das laterais, equipado com duas balizas, duas tabelas de basquetebol e iluminação.



POLIDESPORTIVO DE VALE DE ESTACAS

Piso de betão / cimento, equipado com duas balizas e duas tabelas de basquetebol.



POLIDESPORTIVO DE ALFANGE

Piso de betão / cimento, equipado com duas balizas.



PAVILHÕES GIMNODESPORTIVOS E NAVE DESPORTIVA

Estas instalações têm recebido com regularidade algumas intervenções de manutenção, com o objetivo de melhorar as suas condições de utilização, permitindo alargar a oferta às necessidades do Concelho.

Durante o ano de 2011 realizaram-se cerca de 419 provas e eventos competitivos, em diversas modalidades como por exemplo, Andebol, Basquetebol, Ginástica/Trampolins, Dança desportiva, Karaté, Hoquei em Patins, Patinagem Artística, Voleibol e Futsal.

As utilizações do espaço de jogo e treino e a ocupação permanente de Salas por Clubes e Associações abrangidas pelo Programa de Apoio e Financiamento ao Associativismo Desportivo (PAFAD), celebrado entre estas entidades e o Município de Santarém, não gerando proveitos para a empresa.

São proveitos da empresa as utilizações por grupos informais ou utilizadores individuais, não abrangidos por programas celebrados com o Município.

NAVE DESPORTIVA MUNICIPAL

Piso em madeira, bancadas amovíveis com 380 lugares.

Permite a prática de modalidades coletivas (exceto hóquei em patins) e individuais, estando equipada com 2 marcadores para alta competição de Basquetebol e respetivas tabelas, balizas de andebol ou futsal e postes de voleibol.

Está igualmente equipada com um espaço permanente para a prática de trampolins, com 6 trampolins, duplos-minis e mini trampolins, assim como uma pista de tambling.

Num dos topos existe uma parede de escalada.



PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO

Piso em madeira, bancadas com 900 lugares e oito balneários de apoio que servem igualmente a Nave Desportiva.

Permite a prática de todas as modalidades coletivas e individuais, estando equipado com tabelas e respetivas balizas para a prática do hóquei em patins, bem como balizas de andebol ou futsal, tabelas de basquetebol e um marcador eletrónico.



PAVILHÃO DESPORTIVO EPC

Inserese no perímetro da antiga Escola Prática de Cavalaria (EPC). Este equipamento dispõe de um capô em piso sintético com uma área de 850 m², permitindo a prática de várias modalidades. Em

anexo ao recinto de jogo, existe uma galeria, também em piso sintético, que neste momento serve 3 modalidades, Esgrima, Judo e Ténis de Mesa.

A instalação é servida por 2 balneários para atletas e 1 para árbitros. Dispõe de uma bancada com 600 lugares e de uma zona de lazer e de convívio no topo norte do Pavilhão.



PISCINAS COBERTAS – COMPLEXO AQUÁTICO E SACAPEITO

COMPLEXO AQUÁTICO MUNICIPAL – INTERIOR

É composto por um conjunto de 3 planos de água, 10 balneários (F/M) destinados a crianças, adultos e funcionários, sala polivalente, secretaria, gabinetes, sala de primeiros socorros, salas de arrumos e um refeitório.

Os espaços aquáticos existentes são:

- ✓ Piscina desportiva com 25m x 21m x 2,20m com 8 pistas e bancada com 420 lugares;
- ✓ Tanque de aprendizagem com 16,65m x 11m x 0,70m/1,20m, com um espaço de visualização para cerca de 20 pessoas;
- ✓ Chapinheiro com 6,15m x 2,75m x 0,70m



PISCINAIS MUNICIPAIS DO SACAPEITO

Composto por um conjunto de 2 planos de água, 2 balneários (F/M), sala de primeiros socorros e um espaço de visualização comum aos dois planos de água.

Os espaços aquáticos existentes são:

- ✓ Piscina desportiva com 24,85m x 11,80m x 1,84m/1,24m com 6 pistas;
- ✓ Tanque de aprendizagem com 12,45m x 5,90m x 1,00m/1,10m.



PARQUE AQUÁTICO

Conjunto de 5 planos de água: piscina recreativa com 2 jogos de água e uma cascata, jacuzzi, escorregas com 3 pistas fofas e 2 em caracol, piscina de ondas, piscina de crianças e chapinheiro para bebés.

Dispõe de espaços de sombras com 75 colmos, um campo de futebol de areia, uma zona de conforto para utilizadores com necessidades especiais, um espaço de jogos de mesa e um bar com esplanada.



ANEXO 3 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SCALABISPORT, E.E.M

A empresa preparou as demonstrações financeiras com base no normativo contábilístico em vigor em cada um dos anos. Assim foi aplicado o Plano Oficial de Contabilidade (POC) nos exercícios de 2007 e 2008 e o Sistema de Normalização Contábilística (SNC) entre 2009 e 2011.

Para efeitos da presente dissertação e de modo a facilitar a leitura para a totalidade do período em análise, as demonstrações financeiras são apresentadas com base nos modelos do SNC. Assim, os exercícios de 2007 e 2008 foram reclassificados para as rubricas e denominações do normativo contábilístico em vigor na atualidade. No entanto, não foi efetuado qualquer ajustamento ou remensuração, eventualmente necessários, de modo a garantir a comparabilidade daqueles exercícios com os restantes.

BALANÇO	2007	2008	2009	2010	2011
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	146.144,33	159.520,05	199.063,95	186.658,51	19.256.712,26
Total do ativo não corrente	146.144,33	159.520,05	199.063,95	186.658,51	19.256.712,26
Ativo corrente					
Inventários	1.615,60	852,60	1.991,20	1.736,75	1.360,37
Clientes	25.145,50	0,00	10.008,00	88.442,85	48.581,83
Estado e outros entes públicos	78.710,44	32.159,97	38.542,02	10.021,92	9.962,88
Outras contas a receber	204.206,60	0,35	176.910,01	340.683,37	1.012.844,89
Diferimentos	1.816,45	1.066,56	0,00	16.582,88	13.216,11
Caixa e depósitos bancários	731,83	1,48	20.053,97	45.611,19	19.169,82
Total do ativo corrente	312.226,42	34.080,96	247.505,20	503.078,96	1.105.135,90
TOTAL DO ATIVO	458.370,75	193.601,01	446.569,15	689.737,47	20.361.848,16
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
CAPITAL PRÓPRIO					
Capital realizado	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	19.255.000,00
Reservas Legais	0,00	1.570,27	1.570,27	1.570,27	1.570,27
Resultados Transitados	-188.100,64	-158.265,55	-334.375,39	-319.276,76	-98.180,08
Resultado líquido do período	31.405,36	-176.109,84	15.098,63	67.685,05	57.654,04
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	-56.695,28	-232.805,12	-217.706,49	-150.021,44	19.216.044,23
PASSIVO					
Passivo não corrente					
Total do passivo não corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo corrente					
Fornecedores	149.931,62	301.036,04	398.874,66	401.832,48	790.044,61
Estado e outros entes públicos	10.871,84	11.708,85	45.680,23	44.193,18	59.926,77
Financiamentos obtidos	0,00	12.467,69	50.000,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	354.262,57	101.193,55	46.928,43	193.733,25	295.832,55
Diferimentos	0,00	0,00	122.792,32	200.000,00	0,00
Total do passivo corrente	515.066,03	426.406,13	664.275,64	839.758,91	1.145.803,93
TOTAL DO PASSIVO	515.066,03	426.406,13	664.275,64	839.758,91	1.145.803,93
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	458.370,75	193.601,01	446.569,15	689.737,47	20.361.848,16

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	2007		2008		2009		2010		2011	
RENDIMENTOS E GASTOS										
Vendas e serviços prestados	402.303,00	100%	429.456,02	100%	593.265,81	100%	798.008,88	100%	802.375,52	100%
Subsídios à exploração	634.892,04	158%	600.414,57	140%	868.745,64	146%	1.100.000,00	138%	990.000,00	123%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1.507,19	0%	1.081,90	0%	-1.075,70	0%	-657,80	0%	-480,38	0%
Fornecimentos e serviços externos	650.838,42	162%	661.262,34	154%	-694.461,14	117%	-857.639,31	107%	-768.692,85	96%
Gastos com o pessoal	336.328,38	-84%	380.867,27	-89%	-720.217,92	121%	-957.182,49	120%	-849.954,55	106%
Provisões (aumentos / reduções)	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	-8.348,00	1%	0,00	0%
Outros rendimentos e ganhos	18.425,73	5%	16.408,25	4%	22.987,62	4%	105.678,68	13%	48.384,62	6%
Outros gastos e perdas	7.277,86	-2%	147.386,44	-34%	-5.150,33	1%	-21.808,49	3%	-30.444,16	4%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	59.668,92	15%	-144.319,11	-34%	64.093,98	11%	158.051,47	20%	191.188,20	24%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	25.266,17	-6%	27.003,65	-6%	-43.843,54	7%	-59.442,01	7%	-102.016,14	13%
Imparidade de ativos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)					0,00		0,00		0,00	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	34.402,75	9%	-171.322,76	-40%	20.250,44	3%	98.609,46	12%	89.172,06	11%
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0%	0,05	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
Juros e gastos similares suportados	2.341,73	-1%	4.218,19	-1%	-3.496,56	1%	-11.851,15	1%	-6,15	0%
Resultado antes de impostos	32.061,02	8%	-175.540,90	-41%	16.753,88	3%	86.758,31	11%	89.165,91	11%
Imposto sobre o rendimento do período	655,66	0%	568,94	0%	-1.655,25	0%	-19.073,26	2%	-31.511,87	4%
Resultado líquido do período	31.405,36	8%	-176.109,84	-41%	15.098,63	3%	67.685,05	8%	57.654,04	7%

BALANÇO FUNCIONAL	2007	2008	2009	2010	2011
Capital investido (2+5+17)	-56.695,28	-220.337,43	-167.706,49	-150.021,44	19.216.044,23
Ativo não corrente (3+4)	146.144,33	159.520,05	199.063,95	186.658,51	19.256.712,26
Ativo não corrente operacional	146.144,33	159.520,05	199.063,95	186.658,51	19.256.712,26
Ativo não corrente financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Necessidades em fundo de maneiio (6-12)	-203.571,44	-379.858,96	-386.824,41	-382.291,14	-59.837,85
Ativo cíclico (7+8+9+10+11)	311.494,59	34.079,48	227.451,23	457.467,77	1.085.966,08
Inventários	1.615,60	852,60	1.991,20	1.736,75	1.360,37
Clientes	25.145,50	0,00	10.008,00	88.442,85	48.581,83
Estado e outros entes públicos	78.710,44	32.159,97	38.542,02	10.021,92	9.962,88
Outras contas a receber	204.206,60	0,35	158.535,54	340.683,37	1.012.844,89
Diferimentos	1.816,45	1.066,56	18.374,47	16.582,88	13.216,11
Passivo cíclico (13+14+15+16)	515.066,03	413.938,44	614.275,64	839.758,91	1.145.803,93
Fornecedores	149.931,62	301.036,04	398.874,66	401.832,48	790.044,61
Estado e outros entes públicos	10.871,84	11.708,85	45.680,23	44.193,18	59.926,77
Outras contas a pagar	354.262,57	101.193,55	169.442,97	193.733,25	295.832,55
Diferimentos	0,00	0,00	277,78	200.000,00	0,00
Tesouraria ativa (18+19)	731,83	1,48	20.053,97	45.611,19	19.169,82
Caixa e depósitos bancários	731,83	1,48	20.053,97	45.611,19	19.169,82
Outros ativos, exceto relacionados com a exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Capital de financiamento (21+22)	-56.695,28	-220.337,43	-167.706,49	-150.021,44	19.216.044,23
Capital próprio	-56.695,28	-232.805,12	-217.706,49	-150.021,44	19.216.044,23
Dívida financeira (23+24)	0,00	12.467,69	50.000,00	0,00	0,00
Passivo não corrente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tesouraria passiva (25+26)	0,00	12.467,69	50.000,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	0,00	12.467,69	50.000,00	0,00	0,00
Outros passivos, exceto relacionados com a exploração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS	2007	2008	2009	2010	2011	Observações
ESTRUTURA / ENDIVIDAMENTO						
			SNC			
Autonomia Financeira	-12,4%	-120,2%	-48,8%	-21,8%	94,4%	Capital próprio / Ativo
Solvabilidade	-11,0%	-54,6%	-32,8%	-17,9%	1677,1%	Capital próprio / Capital alheio
Estrutura do endividamento	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	Capital alheio corrente / Capital alheio Ativo / (Capital próprio + Capital alheio não corrente)
Estrutura financeira	-257,8%	-68,5%	-91,4%	-124,4%	100,2%	corrente)
EBITDA / Passivo	11,6%	-33,8%	9,6%	18,8%	16,7%	EBITDA / Capital alheio
Passivo / EBITDA	9	-3	10	5	6	Capital alheio / EBITDA
LIQUIDEZ						
Liquidez geral	0,61	0,08	0,37	0,60	0,96	Ativo corrente / Capital alheio corrente (Capital próprio + Capital alheio não corrente) - Ativo não corrente
Fundo de maneo (Eur)	-202.840	-392.325	-416.770	-336.680	-40.668	
FUNCIONAMENTO						
Rotação do ativo	87,8%	221,8%	132,8%	115,7%	3,9%	Volume de negócios / Ativo
Prazo médio de recebimentos (dias)	23	0	6	40	22	Cientes / Volume de negócios * 365
Prazo médio de pagamentos (dias)	84	166	210	171	375	Fornecedores / FSE * 365
(Vendas e FSE s/IVA incluído)						
RENDIBILIDADE ECONÓMICA						
Rentabilidade dos capitais investidos	-60,7%	77,8%	-12,1%	-65,7%	0,5%	ambos negativos
Volume de negócios por empregado	19.157,29	18.672,00	15.612,26	17.733,53	16.716,16	
Resultado líquido por empregado	1.495,49	-7.656,95	397,33	1.504,11	1.201,13	
Gastos com o Pessoal / EBITDA	5,6	-2,6	11,2	6,1	4,4	Gastos c/ pessoal / EBITDA
Custo Líquido de Financiamento	-2.341,73	-4.218,14	-3.496,56	-11.851,15	-6,15	Gastos financeiros - Rendimentos financeiros Resultado antes do financiamento, deprec. e amort. e impostos
EBITDA	59.668,92	144.319,11	64.093,98	158.051,47	191.188,20	
Margem EBITDA	14,8%	-33,6%	10,8%	19,8%	23,8%	EBITDA / Volume de negócios
EBIT	34.402,75	171.322,76	20.250,44	98.609,46	89.172,06	Resultado operacional
Margem EBIT	8,6%	-39,9%	3,4%	12,4%	11,1%	EBIT / Volume de negócios
Nº empregados	21	23	38	45	48	
RENDIBILIDADE FINANCEIRA						
Rentabilidade das Vendas e Serviços Prestados	7,8%	-41,0%	2,5%	8,5%	7,2%	Resultado líquido / Volume de negócios
Rentabilidade do Capital Próprio	-55,4%	75,6%	-6,9%	-45,1%	0,3%	ambos negativos
Fundo de Maneio / Vendas e Serviços Prestados	-50,4%	-91,4%	-70,3%	-42,2%	-5,1%	
Cobertura do Ativo Não Corrente	-38,8%	-145,9%	-109,4%	-80,4%	99,8%	

ANEXO 4 – SCALABISPORT, E.E.M

INFORMAÇÕES DE ÍNDOLE CORPORATIVA

Designação Social	Scalabisport, Gestão de Equipamentos e Atividades Desportivas, E.E.M.
Sede	Edifício do Complexo Aquático Municipal de Santarém, Jardim de Cima, Santarém
Data de Constituição	28 de julho de 2003
Objeto social	Construção, gestão, manutenção, conservação, remodelação, beneficiação e desenvolvimento de instalações e equipamentos desportivos, recreativos e de lazer do Concelho de Santarém; Promoção de atividades, eventos, projetos e programas de desenvolvimento desportivo do Concelho de Santarém; Fomento, promoção e participação na elaboração de estudos sobre o sistema desportivo do Concelho de Santarém; Colaboração no cumprimento dos programas ou eventos desportivos de iniciativa da Câmara Municipal de Santarém.
Capital Social	19.255.000 €
Estrutura Acionista	Câmara Municipal de Santarém (100% do Capital Social)
Órgãos Sociais	Conselho de Administração Presidente Executivo – Luís Arrais Vogal – António Anjinho Vogal – Inês Barroso Fiscal Único Rosa Lopes, Gonçalves Mendes e Associados, S.R.O.C.
Colaboradores (31-12-2011)	50

MATRIZ DE FUNÇÕES

Área Funcional	Cargo	Administrador executivo	Diretor Financeiro	Diretor Operacional	Técnico superior	Técnico Profissional	Encarregado	Serviços Administrativos	Técnico de manutenção	Rececionista	Auxiliar Operacional	Total
Administração		1										1
Marketing e comunicação					1	2						3
Informática						1						1
Apoio jurídico												0
Secretária												0
Nadadores Salvadores							2					2
Dept. Administrativo e Financeiro			1									1
Administrativo												0
Secretaria								4				4
Atendimento								1				1
Tesouraria								1				1
Contabilidade/RH					1			1				2
HST								1				1
Aprovisionamento												0
Dept. Técnico e Operacional				1								1
Gestão de infraestruturas									6			6
Complexo/Sacapeito							1					1
Pavilhão/Nave/EPC/...							1					1
Chã das Padeiras/ESA												0
Manutenção					1							1
Limpeza									1		1	2
Mecânica/elétrica												0
Qualidade das águas									3			3
Atendimento/receção/vig.										7		7
Pavilhão/Nave/Complexo...										3		3
Dept. Atividades/Desporto												0
EMNS					4							4
Atividade física												0
Desporto/Associativismo					2							2
TOTAL		1	1	1	9	5	2	8	10	10	1	48

ANEXO 5 – DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA DOS ESTUDOS DA PRÁTICA E PROCURA DESPORTIVA NO CONCELHO DE SANTARÉM

Foram promovidos dois estudos pela Câmara Municipal de Santarém e efetuados pela Escola Superior de Desporto de Rio Maior. Os inquéritos à população que estiveram na base dos mesmos, foram efetuados em 2008. A metodologia seguida pelos autores dos estudos está explanada de seguida.

Procuramos apresentar a nossa própria interpretação e apresentação gráfica como não poderia deixar de ser, por exemplo através da junção de informações constantes nos dois estudos num mesmo gráfico, ainda que resultantes de amostras diferentes. Em alguns casos, as informações constantes nos estudos não o permitiram fazer, podendo coincidir com o neles exposto, por ser de facto o que entendemos ser relevante.

1. Prática e Procura Desportiva no Concelho de Santarém - Estudo dos 15 aos 74 anos

PROCEDIMENTOS

O estudo teve como fonte de informação os resultados do Inquérito aos Hábitos Desportivos da População, aplicado a uma amostra da população residente no concelho de Santarém entre os 15 e os 74 anos. A amostra foi obtida de um universo de 54.625 indivíduos (Censos 2001), com idades compreendidas entre 15 e 65 anos ou mais.

Os indivíduos que integraram a amostra foram selecionados com base no método de estratificação por quotas segundo o sexo, idade e proporcionalidade habitacional em função da freguesia de residência. O tamanho da amostra foi de 1.026 indivíduos, o que corresponde a um erro de amostragem inferior a 3%, para uma probabilidade de erro $<0,05$. A matriz de seleção ou desenho da amostra reproduziu a estrutura sociodemográfica da população residente no concelho de Santarém.

A técnica de recolha de informação foi o inquérito sociográfico, através de entrevistas diretas de rua realizadas por 11 colaboradores. O trabalho de campo realizou-se entre os dias 23 de maio a 30 de junho de 2008, entre as 9.00 e as 17.00 horas.

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

GÉNERO E IDADES

As idades dos inquiridos foram agrupadas em segmentos de idades, considerando a data de 31-12-2008. O segmento de idades compreendido entre os 20 e os 34 anos foi o que integrou major número de indivíduos (27,3%), seguido do segmento dos 35 aos 49 anos, com 25,1% dos inquiridos. O segmento de idades com menor número de indivíduos foi o dos 15 aos 19 anos, com 9,6%. No que respeita ao género, foram inquiridos 51,1% de indivíduos do sexo feminino e 48,9% de indivíduos do sexo masculino.

Tabela 22 – Segmentos de idade dos inquiridos

Segmentos	(%)
15-19 Anos	9,6
20-34 Anos	27,3
35-49 Anos	25,1
50-59 Anos	15,8
60-74 Anos	22,2
Total	100,0

Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

FREGUESIA DE RESIDÊNCIA

A freguesia de residência é apresentada no quadro seguinte, no qual se observa que 15,3% dos inquiridos residem na freguesia de Marvila, 14,9% na freguesia de São Salvador e 14,6% em São Nicolau, valores que correspondem a 44,8% dos inquiridos. Os restantes elementos da amostra (55,2%), são residentes nas demais freguesias do Concelho.

Tabela 23 – Freguesia de residência dos inquiridos

Freguesia	(%)
Abitureiras	1,1
Abra	2,1
Achete	3,1
Alcanede	7,8
Alcanhões	2,5
Almoster	2,0
Amiais de Baixo	3,3
Arneiro das Milhari4as	1,6
Azóia de Baixo	0,4
Azóia de Cima	0,8
Casével	1,6
Gançaria	0,9
Moçarria	2,3
Pernes	2,8
Pombalinho	0,9
Pova da Isenta	1,9
Pova de Santarém	1,2
Romeira	1,3

Santarém (Santa Iria da Ribeira de Santarém)	1,5
Santarém (Marvila)	15,3
Santarém (São Nicolau)	14,6
Santarém (São Salvador)	14,9
São Vicente do Paul	3,0
Tremês	3,4
Vale de Figueira	2,1
Vale de Santarém	4,4
Vaqueiros	0,6
Várzea	2,7
Total	100,0

Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

Para melhorar a análise dos resultados do estudo, convencionou-se agrupar as freguesias em urbanas e rurais. Sendo as urbanas: Marvila, Santa Iria da Ribeira de Santarém, São Nicolau e São Salvador e as demais foram agrupadas num conjunto designado por rurais.

Tabela 24 – Freguesias urbanas e rurais dos inquiridos

Agrupamento de Freguesias	(%)
Urbanas	46,4
Rurais	53,5

Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

NACIONALIDADE

A nacionalidade dos inquiridos é na maioria Portuguesa, 93,6%. Os restantes, 1,4%, distribuem-se de forma decrescente pelas seguintes nacionalidades: Angolana (4), Brasileira (3), Ucraniana (2), Belga, Cabo-Verdiana, Italiana, Mocambicana, Romena (1).

Tabela 25 – Nacionalidade dos inquiridos

Nacionalidade	N.º de indivíduos	(%)
Portuguesa	1.010	98,6
Angolana (4), Belga, Brasileira (3), Cabo-Verdiana, Italiana, Moçambicana, Romena, Ucraniana	14	1,4
NR	2	0,0
Total	1.026	100,0

Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

NÍVEL DE ESCOLARIDADE

O nível de escolaridade dos inquiridos foi maioritariamente o Secundário (11º/12º ou Complementar), 31,4% da amostra, seguido do nível correspondente ao 9º Ano ou 5º Ano antigo, que representou 31,3% da amostra. O nível de escolaridade mais elevado correspondente aos estudos superiores integrou 11,7% dos inquiridos e o grupo dos

indivíduos com nível de escolaridade mais baixo, que corresponde ao 1º Ciclo ou Ensino Básico e Sem ler nem escrever, incluiu os indivíduos que perfazem 16,7% da amostra.

Tabela 26 – Nível de escolaridade dos inquiridos

Nível de escolaridade	(%)
Sem ler nem escrever	1,1
1º Ciclo ou Ensino Básico	15,6
2º Ciclo ou Ensino Preparatório	9,0
9º Ano ou 5º Ano antigo	31,3
11º / 12º Ano ou complementar	31,4
Bacharelato	5,3
Licenciatura	5,6
Pós-graduação, Mestrado ou Doutoramento	0,8
Total	100,0

Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

PROFISSÃO

A maioria dos inquiridos (57,0%) enquadra-se na situação de ativo perante o trabalho, seguido do grupo dos reformados (19,7%), dos estudantes (14,9%) e dos desempregados (7,1%).

Tabela 27 – Situação dos inquiridos perante o trabalho

Situação	(%)
Profissionalmente ativo	57,0
Desempregado	7,1
Reformado	19,7
Estudante	14,9
Outra	1,3
Total	100,0

Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

Os indivíduos profissionalmente ativos foram agrupados segundo a profissão principal exercida nos termos da Classificação Nacional de Profissões do Instituto do Emprego e Formação Profissional (2001). O grupo das profissões do Pessoal dos Serviços e Vendedores foi o mais representado, com 30,3% dos inquiridos: inclui os trabalhadores que asseguram os serviços pessoais e os de proteção e segurança, nomeadamente no que respeita a viagens, trabalhos domésticos, restauração, cuidados pessoais ou proteção contra incêndios e atos delituosos, ou fazem demonstração de mercadorias e vendas em estabelecimentos de comércio por grosso ou a retalho ou similares. O segundo grupo mais representativo foi o dos Operários, Artífices e Trabalhadores Similares, com 13,7% dos inquiridos, o qual contempla, entre outras profissões, as que montam estruturas metálicas, fabricam ou reparam máquinas e ferramentas ou equipamentos, executam trabalhos de impressão e fabricam e preparam produtos alimentares.

O grupo dos Trabalhadores Não Qualificados foi o terceiro mais representado, com 13,0% dos inquiridos, incluindo os que executam tarefas simples e auxiliares para as quais é requerido esforço físico assim como a utilização de ferramentas e processos manuais. O grupo que integra os Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa foi o grupo que integrou menor número de inquiridos, (4,4%).

Tabela 28 – Profissão dos inquiridos

Profissão	(%)
Pessoal dos Serviços e Vendedores	30,3
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	13,7
Trabalhadores Não Qualificados	13,0
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	10,4
Técnicos e Profissionais de Nível Intermediário	9,3
Pessoal Administrativo e Similares	8,0
Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores de Montagem	5,5
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	5,4
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores da Empresa	4,4
Total	100,0

Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 15 aos 74 anos

2. Prática e Procura Desportiva no Concelho de Santarém - Estudo dos 10 aos 14 anos

A população residente no concelho de Santarém no grupo etário dos 10 aos 14 anos é de 3.127 jovens (Censos 2001) e o número de alunos matriculados no ano letivo 2007-2008 nas Escolas do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e nas Escolas Secundárias com 3º ciclo do Concelho de Santarém é de 3.176 (Fonte: Departamento de Assuntos Sociais e Culturais da Câmara Municipal de Santarém). Para acedermos a este segmento da população com idades entre os 10 e os 14 anos de idade, designado alunos matriculados no 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico em escolas do Concelho de Santarém, inseridos na escolaridade obrigatória, foi solicitada a colaboração das oito escolas existentes que integram alunos nestes ciclos de escolaridade, ou seja:

1. Colégio Infante Santo;
2. Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Alexandre Herculano;
3. Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos D. João II;
4. Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos D. Manuel I - Pernes;
5. Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Alcanede;
6. Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Mem Ramires;
7. Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico Dr. Ginestal Machado;
8. Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico Sá da Bandeira.

Tabela 29 – Nº de alunos matriculados, ano letivo 2007-2008, no 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, por escola

Estabelecimento de ensino	Nº alunos matriculados
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Alexandre Herculano	660
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos D. João II	596
Colégio Infante Santo	503
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Mem Ramires	453
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Alcanede	296
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos D. Manuel I - Pernes	248
Escola Secundaria com 3º Ciclo do Ensino Básico Dr. Ginestal Machado	234
Escola Secundaria com 3º Ciclo do Ensino Básico Sá da Bandeira	186
Total	3.176

Fonte: Procura e Prática Desportiva no Concelho de Santarém – Estudo dos 10 aos 14 anos

Para dar início ao processo de recolha de informação, foi enviada pelo Vereador com o Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Santarém ao Presidente do Conselho Executivo de cada uma das escolas uma carta destinada a solicitar a cooperação para realização do estudo. Seguidamente, o responsável pela investigação realizou uma reunião com os Presidentes dos Conselhos Executivos para coordenar a aplicação de inquéritos destinados à recolha de dados sobre os hábitos desportivos dos jovens.

Os inquéritos foram aplicados aos alunos das turmas no mês de maio de 2008 pelos Professores Diretores de Turma, aos quais foi entregue um guia com instruções para aplicação. A amostra do nosso estudo é composta por 732 alunos matriculados no 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico das 8 escolas do Concelho de Santarém, representando 23,0% da população alvo, o que corresponde a um erro de amostragem inferior a 3%, para uma probabilidade de erro <0,05.

O instrumento de recolha de informação foi o questionário construído para o estudo em causa com o objetivo de analisar os hábitos desportivos dos jovens do concelho de Santarém, no contexto escolar e extraescolar e compreende as seguintes partes:

I - Contexto Escolar:

a) No contexto do Desporto Escolar (prática, caracterização das modalidades, regularidade e duração - Questão 1);

II - Contexto Extraescolar:

a) Prática desportiva (prática, caracterização das modalidades, regularidade e duração, âmbito, período do dia em que pratica, expectativa de futuro, preferências de modalidades, prática no concelho e razões de mobilidade - Questões 2, 3, 4, 7, 8, e 10);

b) Agentes de socialização no desporto (com quem costuma praticar - Questão 6);

c) Razões da prática e não prática desportiva, e perceção de saúde (Questões 9, 16 e 17);

d) Instalações desportivas (frequência de utilização e grau de satisfação - Questão 5);

e) Práticas de interesse desportivo (associativismo desportivo, meios de comunicação, programas desportivos do concelho, assistência a espetáculos desportivos - Questões 11, 12, 13 e 14 15);

f) Atividades desportivas de ocupação dos tempos livres, estímulos familiares e materiais (Questões 18, 19, 20 e 21);

g) Questões demográficas (idade, género, escolaridade, profissão do pai e mãe, freguesia de residência, nacionalidade - Questões - identificação do aluno).

ANEXO 6 – DESCRIÇÃO DOS CINCO NÍVEIS FUNCIONAIS DAS ID

Figura 10 – Descrição dos 5 níveis funcionais das ID

Classificação da ID	Intervalo de Pontuação Avaliação Funcional da ID	Descrição qualitativa da situação tendo por referência as 6 Dimensões da Avaliação Funcional
☆	1 – 15 Pts	ID com área desportiva útil em condições impraticáveis, sem qualquer apetrechamento ou, se existente, inutilizável. As áreas de apoio são inexistentes ou degradadas. Verificam-se múltiplos problemas de segurança estrutural, de especialidades, de higiene e com múltiplos problemas de acessibilidade. A ID apresenta tecnologia inexistente ou, se existente, revela-se como rudimentar.
☆☆	16 – 25 Pts	ID com área desportiva útil com reduzidas condições de utilização e com apetrechamento inutilizável ou inadequado. As áreas de apoio apresentam sinais de degradação significativa. Verificam-se problemas de segurança estrutural, de especialidades, de higiene e com problemas sectoriais de acessibilidade. A ID apresenta uma tecnologia rudimentar.
☆☆☆	26 – 35 Pts	ID com área desportiva útil com razoáveis condições de utilização e com apetrechamento inadequado ou adequado, mas não conservado. As áreas de apoio apresentam-se razoavelmente conservadas. A ID apresenta-se segura do ponto de vista físico, mas sem enquadramento técnico, revelando problemas de higiene, limpeza e ou manutenção. Apresenta problemas pontuais de acessibilidade e uma tecnologia básica.
☆☆☆☆	36 – 43 Pts	A ID revela boas condições de utilização / prática ao nível da área desportiva útil e um apetrechamento adequado e conservado. As áreas de apoio apresentam-se conservadas, mas denota desorganização funcional intra e inter-áreas. A ID apresenta-se segura do ponto de vista físico, com enquadramento técnico e eventuais problemas de higiene, limpeza e ou manutenção. A ID não apresenta problemas de acessibilidade e possui uma tecnologia básica e pontualmente inovadora.
☆☆☆☆☆	44 – 50 Pts	A ID revela excelentes condições de utilização / prática ao nível da área desportiva útil e um apetrechamento actual, totalmente adequado e conservado. As áreas de apoio apresentam-se conservadas e em perfeita organização funcional intra e inter-áreas. A ID apresenta-se segura do ponto de vista físico, com enquadramento técnico e aplicam-se com frequência planos de segurança e higiene. A ID apresenta condições privilegiadas de acessibilidade e uma tecnologia inovadora.

Fonte: Carta das ID artificiais do Concelho de Santarém